

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Bianca Pinto Mendes

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS  
LIVRES DE DIAMANTINA - MG**

Santa Maria, RS  
2017



**Bianca Pinto Mendes**

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS LIVRES DE  
DIAMANTINA - MG**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mendes, Bianca  
A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS LIVRES  
DE DIAMANTINA - MG / Bianca Mendes.- 2017.  
132 p.; 30 cm

Orientador: Renato Santos de Souza  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2017

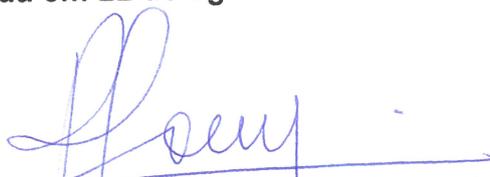
1. Ferialivre 2. Canal curto de comercialização 3.  
Globalização 4. Sistema agroalimentar I. Santos de Souza,  
Renato II. Título.

Bianca Pinto Mendes

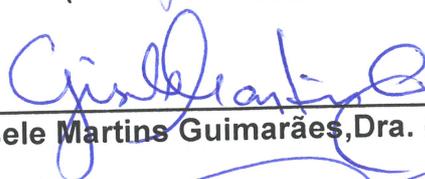
**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS LIVRES DE  
DIAMANTINA, MG**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

**Aprovada em 22 de agosto de 2017:**



**Renato Santos de Souza, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**



**Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM)**



**Tatiana Aparecida Balem, Dra. (UFFAR)**

**Santa Maria, RS  
2017**



## AGRADECIMENTOS

O final de um trabalho, ainda que imerso em uma individualidade, é a soma de diversas contribuições que vão se entrelaçando e sendo alinhadas ao longo do tempo.

Quero nesse espaço demonstrar minha gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente nesta jornada de costurar todos os retalhos dessa imensa colcha que começou a ter suas primeiras cores há dois anos e meio atrás e agora se apresenta como essa dissertação, longa e desafiadora, mas enfim terminada.

Reconheço e agradeço a todos aqueles que sempre estiveram prontos para oferecer contribuições.

A espiritualidade maior que guiou meu coração em meio aos desesperos, minha gratidão.

À minha mãe que vibrou junto.

Ao Emerson, meu companheiro de jornada pela paciência, meu amor.

Ao Renato, meu orientador pelas conversas esclarecedoras e regadas de mansidão.

Aos professores do programa de pós-graduação em Extensão Rural por todas as experiências compartilhadas.

A banca da defesa em especial ao Gustavo, que antes mesmo de avaliar o trabalho já havia auxiliado para eu encontrar meu norte.

A CAPES, pelo apoio financeiro que oportunizou a realização deste trabalho.

A todos os amigos que foram preenchendo meus caminhos de norte a sul.

Aos feirantes e todas as pessoas que me acolheram em Diamantina, agradeço pelas informações fornecidas.

Obrigada a todos pela contribuição!



**O AUTO DA CATINGUEIRA – IV CANTO  
DOS PEDIDOS**

*Já que tu vai lá pra feira  
traga de lá para mim  
Água da fulô que cheira,  
Um novelo e um carrim  
Traz um pacote de miss  
[...]*

*Passa naquela barraca  
Daquela mulé resera  
Onde almoçamo paca,  
Panelada e frigideira  
Inté você disse uma loa  
Gabando a bóia boa  
Das casas da cidade  
Aquela era a primeira  
Traz pra mim umas brevidades  
Que eu quero matar a saudade  
Faz tempo que eu fui na feira  
Ai saudade...  
[...]*

*E tem mais dois garrafão  
Com dois canguim responsador  
Ah! Pois sim vê se não esquece  
De trazê ruge e carmim  
Ah! Se o dinheiro desse  
Eu queria um trancelim  
E mais três metros de chita  
Que é pra eu fazê um vestido  
E ficar bem mais bonita  
Que Madô de Juca Dido,  
Zefa de Nhô Joaquim  
Já que tu vai lá pra feira  
Meu amigo, tras essas coisinhas  
Para mim*

*Elomar Figueira Melo*



## RESUMO

### A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS LIVRES DE DIAMANTINA - MG

AUTORA: Bianca Pinto Mendes  
ORIENTADOR: Renato Santos de Souza

As reflexões que fazem parte deste trabalho são fruto do estudo de caso realizado de 2015 a 2017, com os feirantes das feiras livres de Diamantina, Minas Gerais. A pesquisa apoiou-se na abordagem qualitativa dos elementos das feiras, e se desenvolveu em três fases: a) construção do referencial teórico; b) coleta de dados por saturação através de entrevistas semiestruturadas e consulta a dados secundários e, c) na interpretação dos dados obtidos e escrita do trabalho propriamente dito. O objetivo central busca analisar as feiras livres da cidade de Diamantina, Minas Gerais identificando os agentes envolvidos na consolidação desses canais curtos de comercialização e investigar em que medida as feiras livres são alternativas viáveis de comercialização para a agricultura familiar da região. Através desse objetivo esperamos responder, principalmente, quais são as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no acesso e na permanência nas feiras livres do município de Diamantina, Minas Gerais. Diamantina, por séculos teve sua economia baseada na extração de minério, ouro e diamantes, esta condição contribuiu para que outros setores da economia fossem deixados de lado, como ocorreu com a agricultura familiar e os canais de escoamento da produção desses agricultores. A existência do comércio informal, caracterizado pela feira livre em Diamantina não é recente, e deriva desde o período dos tropeiros, no entanto, a comercialização com o foco na produção da agricultura familiar do município, sim. As feiras são locais de trocas econômicas e possuem importância social e cultural na medida em que estar na feira acontece por vários motivos, inclusive pela expressão e reprodução mais forte da tradição do município. Contudo, com o surgimento da última feira, a Feira Livre do Largo Dom João, alguns elementos relacionados ao acesso e permanência ficaram em evidência, representando as maiores dificuldades para os agricultores feirantes. Observou-se que a concorrência com atravessadores e intermediários, o transporte dispendioso e estradas precárias, a falta de unidade entre os feirantes representada pela inércia das associações no fortalecimento e busca de alternativas frente às dificuldades encontradas, além do pouco acesso pelos consumidores a estes canais, são as principais causas de desistência na comercialização nas feiras. Verificou-se também, que as sociabilidades proporcionadas pela feira possui importância mais significativa para os feirantes aposentados ou assalariados, sendo a feira apenas um complemento da renda familiar.

**Palavras-chave:** Canal curto de comercialização. Globalização. Feirantes.



## **ABSTRACT**

### **THE INSERTION OF SMALL FARMING IN THE DIAMANTINA (MG) FREE TRADE FAIRS**

**AUTHOR:** Bianca Pinto Mendes

**ADVISOR:** Renato Santos de Souza

The reflections that are part of this work is the result of the case study carried out from 2015 to 2017, with the free trade fairs of the Diamantina, Minas Gerais. The research was based on the qualitative approach of the elements of the fairs, and was developed in three steps: a) construction of the theoretical reference; B) data collection by saturation through semi-structured interviews and consultation of secondary data, and c) in the interpretation of data obtained and work writing. The main objective is to analyze the free trade fairs of the Diamantina city, Minas Gerais, identifying the agents involved in the consolidation of these short marketing channels and to investigate the extent to which free trade fairs are viable market alternatives for the region's small farmers. Through this objective we hope to answer, mainly, which are the difficulties faced by small farmers in accessing and remain in the free trade fairs of the city of Diamantina, Minas Gerais. Diamantina, during centuries, had its economy based on the extraction of ore, gold and diamonds, this condition contributed to other sectors of the economy being left aside, as happened with the small farm and the runoff channels of the production of these farmers. The existence of the informal trade, characterized by the free trade fair in Diamantina is not recent, and since the tropeiros time, however, the commercialization with focus on the small farm production is recent in the municipality. The fairs are places of economic exchange and has social and cultural importance because this fair happens for several reasons, including by the strongest expression and reproduction of the municipality tradition. However, with the appearance of the last fair, the Free Trade Fair of Largo Dom João, some elements related to access and permanence became evidents, representing the greatest difficulties for the fairground farmers. It was observed that competition with intermediaries, expensive transportation and precarious roads, the lack of unity among the fairground farmers represented by the associations inertia in the strengthening and search for alternatives to the difficulties encountered, besides the poor access by consumers to these channels, are the main reasons of desistência in the commercialization in the fairs. It was also verified that the sociabilities provided by the fair has more significant importance for the retired or salaried fairground farmers, where in these case the fair is only a complement to the family income.

**Keywords:** Short marketing channel. Globalization. Fairground farmers.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma da coleta de dados. ....	30
Figura 2 – Mapa de Minas Gerais e suas subdivisões.....	69
Figura 3 – Sub-divisões do mesorregião do Jequitinhonha.....	70
Figura 4 – Mercado Velho de Diamantina no período dos tropeiros.....	82
Figura 5 – Mercado Velho no ano de 2016.....	83
Figura 6 – montagem das bancas para a feira do Mercado Velho.....	85
Figura 7 – Comércio na área externa do Mercado Velho .....	86
Figura 8 – As barracas da feira do Largo Dom João. ....	90
Figura 9 – As bonecas de palha da Dona Maria Luz, artesanato típico de Diamantina.....	93



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos entrevistados em categorias.....	<b>98</b>
Tabela 2 – Sistematização dos dados das Feiras Livres de Diamantina.....	<b>108</b>



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASARTE	Associação de Artesão de Diamantina
CCC	Canal Curto de Comercialização
CTNs	Corporações Transnacionais
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
Idene	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FMI	Fundo Monetário Internacional
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCAJ	Projeto Caminhando Juntos
SEDINOR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRUDUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBALIZADO</b> .....	<b>31</b>
3.1	GLOBALIZAÇÃO .....	31
3.2	INSTRUMENTOS DE CONTROLE GLOBALIZANTES .....	35
3.3	SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBALIZADO .....	42
3.4	A CRIAÇÃO DE “NÃO LUGARES” – DESTERRITORIALIZAÇÃO .....	47
3.5	OPORTUNIDADES TRAZIDAS PELA GLOBALIZAÇÃO .....	48
<b>4</b>	<b>AS FEIRAS LIVRES: UMA ABORDAGEM TEÓRICO CONCEITUAL</b> .....	<b>53</b>
4.1	AS SIGNIFICAÇÕES AO REDOR DO TERMO .....	54
4.2	O SURGIMENTO DAS FEIRAS LIVRES .....	57
4.3	PARA ALÉM DO ECONÔMICO .....	59
4.4	O UNIVERSO DA FEIRA E SEUS ATORES .....	62
<b>5</b>	<b>AS DIMENSÕES DAS FEIRAS LIVRES ESTUDADAS</b> .....	<b>67</b>
5.1	DESCRIÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA .....	67
<b>5.1.1</b>	<b>O Vale do Jequitinhonha</b> .....	<b>68</b>
5.2	AS FEIRAS LIVRES DE MINAS GERAIS .....	76
5.3	AS FEIRAS LIVRES DE DIAMANTINA .....	81
<b>5.3.1</b>	<b>A Feira Livre do Mercado Velho</b> .....	<b>81</b>
<b>5.3.2</b>	<b>A Feira Livre do Largo Dom João</b> .....	<b>86</b>
<b>5.3.3</b>	<b>Quem são os feirantes?</b> .....	<b>91</b>
5.4	AS MOTIVAÇÕES PARA ACESSAR A FEIRA .....	98
5.5	A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DOS AGRICULTORES NAS FEIRAS .....	100
5.6	AS POSSIBILIDADES DA FEIRA .....	109
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>119</b>
	<b>ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FEIRANTES</b> .....	<b>129</b>
	<b>ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-FEIRANTES</b> .....	<b>131</b>
	<b>ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PODER PÚBLICO</b> .....	<b>132</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo fundamental estudar a viabilidade dos canais curtos de comercialização para agricultura familiar, particularmente, as feiras livres, e tem como objeto de estudo as Feiras Livres de Diamantina, cidade polo do alto Jequitinhonha, Minas Gerais.

O Vale do Jequitinhonha, região emblemática do norte de Minas Gerais, é conhecido pelos índices de pobreza e alta taxa de emigração, com aproximadamente 36% da população em área rural (BRASIL, 2013), sendo grande parte desse rural formado de agricultores e agricultoras que sobrevivem do que produzem e transformam. Acessar mercados de proximidade, normalmente as feiras livres, presentes em quase todas as cidades da região, é a forma que esses agricultores encontram para escoar sua produção e manter a sustentabilidade da agricultura familiar na região.

Dessa foram, as reflexões que integram esta dissertação são frutos do estudo de caso realizado com os feirantes das feiras livres de Diamantina, Minas Gerais. O problema que se pretende responder com a pesquisa é: quais são as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no acesso e na permanência nas feiras livres da cidade de Diamantina, Minas Gerais? Especificamente, as feiras livres como canal curto de comercialização, tal como se configuram atualmente, são alternativas viáveis para a reprodução social e econômica destes agricultores?

Nesse sentido, nossa primeira hipótese baseia-se na afirmativa de que os feirantes encontram dificuldades no acesso e permanência nas feiras livres de Diamantina, devido a fatores relacionados ao transporte e armazenamento de seus produtos; a segunda hipótese diz que a desproporcionalidade entre a oferta de produtos pelos agricultores e demanda -quantidade e variedade- pelos consumidores favorece a presença de outros sujeitos não produtores nas feiras, como os intermediários ou atravessadores, e afeta a viabilidade econômica deste canal curto de comercialização para os agricultores feirantes locais;

Em busca da resposta à problemática proposta, nos guiamos por alguns objetivos. O objetivo geral propõe analisar as feiras livres da cidade de Diamantina, Minas Gerais, identificando os agentes envolvidos na consolidação desses canais curtos de comercialização, assim como investigar em que medida as feiras livres são

alternativas viáveis de comercialização para a agricultura familiar da região. Deste derivaram outros quatro objetivos específicos: a) Caracterizar os sujeitos que utilizam as feiras livres de Diamantina como canal de comercialização; b) Compreender o que leva diferentes sujeitos a confluírem na experiência das feiras livres; c) Verificar quais os fatores que impendem ou limitam a inserção dos agricultores familiares de Diamantina nas feiras livres da cidade e, d) Analisar as feiras livres de Diamantina como oportunidade de comercialização para agricultura familiar do município.

As feiras, com sua constância no movimento e periodicidade na realização, se fundem com a realidade local e acaba por invisibilizar o movimento no comércio que promovem, além da economia informal que fomentam. Por vezes são consideradas insignificantes e por geralmente atenderem a um público específico, os sujeitos ali presentes não conseguem se articular e por isso raramente se tornam pauta para programas de desenvolvimento rural ou geração de renda local. No entanto, uma atividade que gera ocupação desde a produção até a comercialização, gera receita e valoriza a identidade da região merece destaque em nosso estudo.

A economia rural do município tem característica produtiva diversificada ao mesmo tempo em que é pouco integrada nos processos que compõem a cadeia produtiva. Por isso estudar as feiras de Diamantina pode oferecer subsídios para se pensar o espaço como oportunidade para fortalecer as organizações dos agricultores e trabalhar em cima das dificuldades relatadas pelos feirantes para tornar esse canal de comercialização viável para o acesso e permanência desses sujeitos.

Dessa forma, esse trabalho se justifica em primeiro lugar, pela importância econômica que a o município de Diamantina representa para o Alto Jequitinhonha, e por ser a maior cidade do Alto, concentra referências desde a área da saúde até a agropecuária. Além disso, abriga em toda sua extensão outros 11 distritos com características predominantemente rurais, de onde a cidade, sendo a sede do município, recebe o excedente da produção. Desde o período dos tropeiros, Diamantina exerce um importante papel na comercialização de alimentos frescos e processados da agricultura familiar.

Ademais, em todos os 4000km<sup>2</sup> de extensão do município que abriga a sede e seus 11 distritos, é apenas em Diamantina que são realizadas feiras direcionadas

para a venda de produtos oriundos da agricultura familiar, e outra que conta com o movimento turístico, também representando fonte de renda para aqueles feirantes.

E em segundo lugar, por abrigar no mesmo território duas feiras distintas, que funcionam em dias diferentes, bairros diferentes, trabalham com objetivos diferentes, buscam públicos distintos, no entanto ambas movimentam a economia local e se conformaram em uma possibilidade para venda da produção dos agricultores da região.

Assim, a pesquisa é relevante porque contribui com a reflexão sobre questões que embora não sejam novas, persistem na contemporaneidade. A distância entre territórios e espaços e tempos estão cada vez mais diluídas no modus operandi atual, promovendo mudanças nos regimes alimentares, entre os quais acabam por reduzir os sistemas de comercialização local, ampliando as relações desencontradas de significação (GIDDENS, 1991). Exemplo disso é a disponibilidade de comidas típicas de países do outro lado do globo em prateleiras das grandes redes de varejo mais próximas.

O advento da globalização e a mercantilização da alimentação, onde o consumo de alimentos industrializados, de rápido e fácil acesso, se tornou indispensável para responder satisfatoriamente às demandas atuais e caber no ritmo de vida contemporâneo, fez com que surgissem movimentos contrários a esse processo, buscando o resgate das relações ancestrais com o ato de alimentar-se, juntamente com a valorização do alimento local, produzido em consonância com o meio ambiente e respeitando a vida. A criação de novos canais de comercialização e o fortalecimento e valorização dos mercados já existentes são instrumentos importantes para favorecer a soberania e segurança alimentar das famílias rurais.

No entanto, Sahlins (1997) desenvolve uma discussão interessante acerca das relações com a alimentação na contemporaneidade e discorda do exposto acima, quando afirma que não existe um caminho de homogeneização da alimentação, costumes ou cultura, pois o que existem são dois movimentos construindo processos contrários e simultâneos, de um lado a globalização com a emergência de impérios alimentares promovendo a industrialização da alimentação, do outro, um grupo reestabelecendo e valorizando as relações com o alimento local através do consumo via redes alternativas ou circuitos curtos como mencionado por Wilkinson (2003).

As feiras livres, uma das formas de comercialização via canal curto de comercialização, sempre estiveram presentes no decorrer da histórica, co-evoluindo com as dinâmicas locais de comercialização. Para Ribeiro et al (2007a, p. 85), “as feiras geram receitas que dinamizam os municípios, criam e colocam em circulação recursos que contribuem para a soberania alimentar. As feiras livres beneficiam os agricultores, o comércio urbano e os consumidores”. Além disso, são uma forma rotativa e solidária de distribuir a produção familiar, sendo, portanto, espaços que aproximam o produtor do consumidor, e assim os agricultores têm a chance de negociar. A diversificação na produção promove a diversidade da cultura alimentar, comumente desvalorizada pelo incentivo à industrialização da agricultura e da alimentação.

Para consolidar a pesquisa, este trabalho foi dividido em quatro capítulos que nos conduzirá para as reflexões proposta aqui.

No primeiro capítulo, trataremos dos **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS** empregados para realização do trabalho.

No segundo capítulo, ao tratar do **SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBALIZADO**, abordamos como a busca pela reconexão entre consumidores e a alimentação, realocalizando o consumo e priorizando as cadeias curtas de comercialização, tem origem na crescente insegurança alimentar ocasionada pelo processo continuado de desterritorialização decorrente da globalização.

No terceiro capítulo, intitulado **AS FEIRAS LIVRES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA CONCEITUAL** procuramos trazer autores que contribuíram para o entendimento desde o significado da palavra, até os significados que o espaço da feira livre representa para os sujeitos que estão lá.

No quarto capítulo, **AS DIMENSÕES DAS FEIRAS LIVRES DE DIAMANTINA**, trazemos os resultados da pesquisa a partir das análises dos sujeitos feirantes e ex-feirantes, além da contextualização do local de pesquisa com alguns fatos históricos que refletem até hoje nas estruturas dos mercados.

Por fim, são apresentadas as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, alicerçadas nas relações encontradas entre o arcabouço teórico utilizado na escrita dos capítulos iniciais e a observação das relações desenvolvidas no processo de comercialização nas feiras.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender as questões propostas, utilizamos a metodologia do estudo de caso. Este tipo de metodologia é utilizada no intuito de realizar uma análise profunda de uma experiência, uma história ou um processo, que seja considerado único, especial ou interessante (NEALE et al., 2006). O estudo de caso tem como objetivo demonstrar e descrever o que aconteceu e onde, com quem e que consequências este processo gerou. Ou seja, permitem que sejam aprofundados e detalhados de forma exaustiva os aspectos e características encontrados no objeto delimitado (GIL, 2014). De acordo com Yin (2003), embora o estudo de caso não permita uma generalização estatística, seus resultados analíticos gerais podem contribuir para a ilustração, representação ou generalização da teoria empregada. Neste sentido, a principal contribuição do estudo de caso neste trabalho é que este promove uma pesquisa muito mais detalhada e aprofundada de uma experiência do que outras metodologias poderiam promover.

Para esta pesquisa, o processo de investigação se desenvolveu no município de Diamantina, localizada no Alto do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, cujas características ambientais e econômicas da região refletem diretamente nas estratégias usadas pelos agricultores para acessar os diferentes mercados e escoar a produção familiar.

Ao apoiar-se na abordagem qualitativa destas feiras, a pesquisa relaciona os aspectos do acesso e permanência em feiras livres por agricultores familiares do município. Apesar da diversidade presente na proposta de caso a ser estudado, que engloba questões específicas relacionadas desde os ex-feirantes até os atuais feirantes, o que demanda uma maior complexidade de análises, acredita-se que é possível responder satisfatoriamente à heterogeneidade dos elementos conceituais envolvidos no estudo.

De acordo com Minayo (1994, p. 21-22),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço

mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Dessa forma, para se estudar o fenômeno das feiras livres, a pesquisa qualitativa é indicada quando a proposta engloba a compreensão de uma situação única e dentro de um contexto específico que leva em consideração as interações presentes neste contexto (NEALE et al., 2006), como é o caso das relações sociais, culturais e econômicas entre os feirantes das feiras livres de Diamantina.

Esta pesquisa pode ainda, de acordo com LAKATOS & MARCONI (2001), ser definida como pesquisa de campo, por se tratar da busca de informações e respostas a respeito do problema e da comprovação das hipóteses através de entrevistas. Além disso, também a caracterizamos como multicaso, pois compreende o estudo de duas feiras livres distintas, ainda que localizadas no mesmo município. Segundo as autoras, “este método permite obter um conjunto de características comuns aos dois casos, o que proporciona o desenvolvimento de generalizações mais consistentes ao problema proposto” (LAKATOS; MARCONI, 2001).

O desenvolvimento da pesquisa se deu em três fases: construção do referencial teórico, coleta de dados e a efetivação da escrita da dissertação, com a utilização dos seguintes instrumentos: acesso a dados secundários, estudo exploratório, entrevista semi estruturada e observação livre do objeto de estudo.

O acesso a dados secundários e o estudo exploratório consistiu na consulta a diagnósticos e censos existentes, contato com instituições que já possuem histórico de atuação na região e revisão bibliográfica referente ao objeto de estudo e aos conceitos e questões que compõem o trabalho, tal como a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha, soberania e segurança alimentar, economia solidária e as feiras livres como circuitos curtos de comercialização, como forma de organização de produtores e consumidores. A partir da revisão de literatura e a busca por informações secundárias relacionadas ao objeto, foi possível estabelecer uma relação com o local, compreender a trajetória e disputa entre os atores das feiras, as questões históricas que influíram no desenvolvimento econômico do município, além de um aprofundamento na realidade específica estudada, resultando após essa etapa em um planejamento mais próxima da realidade para a concretização da pesquisa.

Esta etapa foi realizada no período de março a agosto de 2016, quando entramos em contato com várias organizações presentes no município em busca de informações para a construção da escrita e para orientar a seleção de sujeitos-chaves para a realização das entrevistas. A UFVJM, a EMATER-MG, a ASARTE, e as Secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e a Secretaria de Cultura e Turismo de Diamantina, foram as instituições buscadas. Além disso, foram feitas visitas constantes à Biblioteca Pública Municipal de Diamantina, que abriga um rico acervo histórico da região, desde a chegada da Coroa Portuguesa. A partir do desdobramento desta etapa inicial de pesquisa, adentramos na segunda fase, com a aproximação real do objeto de estudo e a realização de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos pré-selecionados, além da observação livre do nosso objeto de estudo.

Esta segunda fase ocorreu de setembro a dezembro de 2016, e se caracterizou pela efetiva coleta de dados junto aos sujeitos relacionados ao objeto de estudo. A busca inicial por organizações presentes no município nos possibilitou a aproximação e contato com os agricultores que participam das feiras para conhecer a realidade da produção e comercialização de seus produtos. A aproximação com os feirantes ocorreu através do contato com os responsáveis pela coordenação de cada feira, sendo ambas as feiras coordenadas por secretarias da prefeitura de Diamantina - a Feira do Largo Dom João, que acontece aos domingos, é coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, e a Feira do Mercado Velho, que acontece aos sábados, pela Secretaria de Cultura e Turismo. O contato com cada um dos secretários e coordenadores das feiras possibilitou que a nossa chegada à feira não fosse carregada de desconfiança. Em relação a isso, concordamos com Freitas (2002) quando ela afirma que o movimento inicial de uma pesquisa qualitativa deve ser o de aproximação com o objeto e inserção no campo de estudo para estabelecer uma familiaridade com o novo meio a ser estudado.

Como ferramenta metodológica para abordagem técnica e coleta de dados, utilizamos a entrevista semi-estruturada em profundidade, através desta ferramenta foi possível levantar aspectos como: estrutura de trabalho familiar, cultivos realizados, saberes locais, comercialização da produção e a importância dos mercados de circuito curto e longo para cada família entrevistada nas feiras. Com as

entrevistas foi possível aprofundar na interpretação das questões propostas, pois “possibilitam um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante” (NETO, 1997, p. 59), além de ser uma ferramenta que fornece um material amplo, com informações mais completas para a compreensão da realidade e relações existentes entre a história e a atuação dos atores no que tange às questões propostas.

Assim, as entrevistas foram conduzidas em etapas bem definidas de acordo com Gil (2014, p. 115-120):

Preparação do roteiro da entrevista; estabelecimento do contato inicial; formulação das perguntas; estímulo a respostas completas; manutenção do foco; atitude perante questões delicadas; registro das respostas; conclusão da entrevista.

A seleção dos informantes chaves de cada uma das feiras se deu através da indicação dos secretários da prefeitura de Diamantina entrevistados, e logo os seguintes entrevistas foram indicações dos anteriores e dessa forma a coleta de dados foi conduzida. O número de entrevistados em cada uma das feiras foi definido pela amostragem por saturação, ou seja, a coleta de dados foi interrompida quando constatado que os mesmos elementos começavam a ser repetir e que nenhum outro surgia para subsidiar o objetivo almejado, ainda que os discursos apresentassem teores diferentes. Em relação a essa metodologia, Fontanella (2008, p. 17) afirma que:

A amostragem por saturação é uma ferramenta conceitual frequentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas em diferentes áreas (...), é usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes. (...) O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados.

Levando em conta que “a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (Minayo, 1992, p. 20), foram realizadas 25 entrevistas, sendo elas: com os secretários da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e da Secretaria de Cultura e Turismo; com um representante da Emater local; com a Presidenta da Associação de Artesãos (ASARTE); com oito feirantes do Mercado Velho, seis feirantes do Largo Dom João e sete ex-feirantes.

Nas entrevistas realizadas com os secretários da prefeitura de Diamantina, buscamos compreender o universo administrativo das feiras, o papel do poder público local na organização das mesmas, o envolvimento de outros agentes, coletar dados referentes ao seu histórico e desenvolvimento e ao mesmo tempo tomar conhecimento daqueles feirantes que são considerados chaves na organização e desenvolvimento de cada uma das feiras.

Nas entrevistas realizadas com os feirantes, questões relativas á vida familiar, produção e formas de comercialização da produção foram as norteadoras. E por fim, ao realizarmos as entrevistas com os ex-feirantes, esses indicados pelos atuais feirantes diante da dificuldade que entramos em conseguir registros de feirantes e ex-feirantes de ambas as feiras, buscamos compreender principalmente os fatores que os levaram a abandonar a feira para comercialização de sua produção, e como essa atividade era realizada agora. “Através desse procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos, sendo que estes últimos se relacionam aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados” (LAVILLE, 1999, p 35).

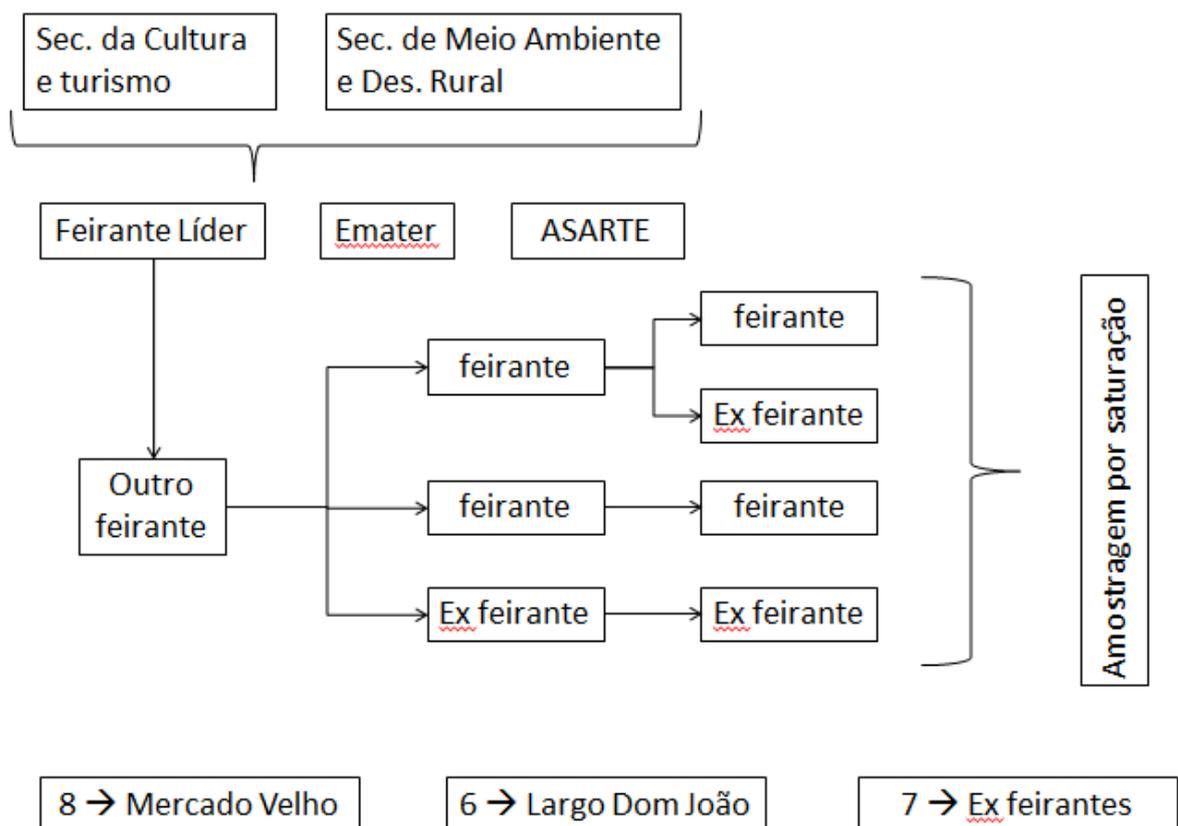
Utilizamos também o registro fotográfico durante as entrevistas, pois para Laville (1999, p 35), “o registro visual amplia o conhecimento do estudo porque proporciona documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado, rico em possibilidades interpretativas.”.

A terceira fase culminou nas análises e transcrições parciais das entrevistas, assim com uma análise e discussão das mesmas baseadas em informações e elementos trazidos pela literatura. De acordo com Tchuman (1994), a confrontação das entrevistas e o resultado das observações com os elementos conceituais têm por finalidade compreender os fatos, de modo a construir uma narrativa que explique, de maneira significativa e satisfatória, o fenômeno estudado. Conforme

acordado com os entrevistados, eles serão aqui identificados em suas falas por números sequenciais, garantindo a privacidade das entrevistas.

Assim, este trabalho destaca o posicionamento dos agricultores feirantes e ex-feirantes diante das relações sociais, culturais e econômicas que se desenvolvem no processo de comercialização nas feiras livres. A sua visão de mundo acerca do nosso objeto é que conduz este estudo, delimitando a opção dos autores referente aos interesses de outros sujeitos que constroem as feiras, como por exemplo, os consumidores.

Figura 1 – Fluxograma da coleta de dados.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

### 3 SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBALIZADO

*“A ciência gera tanto conhecimento como ignorância” (PLOEG, 2008, p.33).*

Este capítulo é dedicado à revisão conceitual do sistema agroalimentar globalizado. Para tal, faremos a discussão de três domínios em particular, os caminhos da globalização, destacando como esse processo permeia vários campos, especialmente a produção e consumo de alimentos. Em segundo lugar, discutiremos o surgimento e expansão dos impérios alimentares e quais estratégias para sua consolidação e legitimação no intuito de analisar como este processo transforma a demanda e cria novos padrões alimentares artificializados e desregionalizados. Finalmente, terminaremos discutindo como os agricultores encontram oportunidades de mercado nesse processo, acessando os canais curtos de comercialização e as feiras livres, que é o objeto do estudo de caso dessa dissertação, recuperando, agricultores e consumidores, certo sentindo do ato de alimentar-se.

O enfoque dado ao tema nos faz acreditar que pode oferecer uma contribuição útil para a compreensão da expansão da globalização e seus impactos na cultura alimentar, nas relações sociais estabelecidas entre produtores e consumidores e nos modelos de mercado, especialmente porque os estudos atuais que fazem uma relação entre o sistema agroalimentar e a globalização, são difusos e pouco reflexivos sobre as possibilidades de resistência e surgimento de oportunidades para os mercados alternativos e o fortalecimento dos tradicionais, como são as feiras livres, pauta que discutiremos com maior profundidade no próximo capítulo.

#### 3.1 GLOBALIZAÇÃO

Foi a partir da Revolução Industrial, que a globalização, um fenômeno apontado como capitalista e que parece ter emergido na época dos grandes descobrimentos, teve seu ápice de expansão. Analisada por economista e cientistas das ciências sociais como um fenômeno pós guerra, passou grande período despercebida em função da não percepção das consequências associadas à sua

propagação. Em um sentido amplo, desde o século XVI com o desenvolvimento do capitalismo, a globalização está presente (Giddens, 1991).

Calundungo (2003) aponta que a globalização nada mais é do que resultado da acumulação por parte das corporações em economias desenvolvidas e que para superar a crise resultante do processo de acumulação, reclamam a abertura dos mercados, apoiados por organizações internacionais como o FMI e Banco Mundial. Sklair (1995) considera que o agente central da globalização são as corporações transnacionais presentes em uma gama de setores da economia. Já para Stiglitz (2002), a globalização, da forma como vem sendo conduzida, representa apenas um sentido para a maior parte do mundo, acumulação de riqueza com incremento do PIB, com melhorar aparentes, no entanto, com ameaças reais ao modo de vida da maior parte da sociedade. A visão de Milton Santos acerca da globalização se assemelha à de Joseph Stiglitz, para o autor, o fenômeno da globalização compreende certa perversidade com a intensificação dos problemas sociais como a fome, desemprego, acesso à educação, aumento da pobreza e miséria.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 20).

No entanto, ao analisar os impactos da globalização, duas posições antagônicas são encontradas, uma que sustenta que os resultados da globalização são benéficos principalmente em países em desenvolvimento, uma vez que a abertura de mercados representa oportunidades, e outra que coloca o processo de globalização como acelerador das desigualdades sociais, corroborando com os autores já citados.

Não diferente dos apontamentos anteriores, na área da economia, que apresenta vasta literatura, a globalização é discutida por duas vertentes: de um lado os entusiastas, que apontam o processo como sendo conduzido por uma lógica dominante com adaptações das instituições para as (novas) exigências do sistema capitalista globalizado; e do outro os céticos, que consideram exagero colocar a

globalização com novidade econômica e também atribuir grande alcance á sua proposta.

A abordagem cética considera que o atual estado da internacionalização da economia nada mais é do que uma das várias conjunturas da economia internacional na qual as poucas empresas verdadeiramente transnacionais desenvolverem a sua atividade produtiva, comercial, financeira e de investimentos em bases fortemente nacionais ou regionais, sem que se vislumbre alguma expressiva tendência de alteração deste quadro. Observa-se, assim, que existe grande desacordo, também, com relação às tendências atuais na dimensão econômica (CALUNDUNGO, 2003, p. 33).

Hirst e Thompson (2001), autores chaves nas contribuições céticas acerca do alcance da globalização, colocam em questão o real alcance de suas novidades e relatam uma ocorrência cíclica do processo de internacionalização e todas as desigualdades resultantes desse modus operandi datam da Idade Média na Europa com a internacionalização das operações comerciais ultramaras.

Em estudos anteriores realizados por Granwald & Flamm, citados por Sklair (1995), dentro das duas interpretações avessas aos fenômenos associados à globalização, enquanto alguns autores consideram nocivas as ações que movem o processo da globalização, para outros, representam nada mais do que a única alternativa viável para a mobilidade social, no entanto, como bem explana Ploeg, a ascensão social dentro do modelo do Império, é utópica.

[...] o Império fortalece duas outras tendências. A primeira é a da imediação, isto é, a produção (a agregação imediata de dinheiro) prevalece sobre a reprodução. A segunda relaciona-se com o fato de os únicos processos de conversão favorecidos (ou mesmo permitidos) ser os que convertem dinheiro em mais dinheiro. Outras conversões úteis, por exemplo, de trabalho em terras melhoradas, ou de espaço experimental em um novo mercado de saída, são – no contexto definido e governado pelo Império – progressivamente impossíveis. (PLOEG, 2008, p. 265):

Vinculadas a essa visão de mundo, alguns argumentos são apontados como válidos e suficientes para que as controvérsias da globalização sejam amenizadas e aceitas. O primeiro deles é relacionado à criação de empregos. Quando se trata num

sistema de abertura das fronteiras, a movimentação das corporações transnacionais também é favorecida e com isso criam-se novos empregos na localidade na nova sede. No entanto, Sklair (1995) pontua muito bem quando fala que é necessário observar a dinâmica desencadeada na localidade de origem da empresa, porque os empregos normalmente são transferidos, e não criados; “deste modo, cada melhoria técnica de uma corporação transnacional é orgulhosamente anunciada no país hospedeiro e é apontada no país de origem como evidência de destruição do emprego.” (CALUNDUNGO, 2003, p.17).

Um segundo ponto ainda se relaciona com a movimentação corporativa, quando são apontados como benefícios os recursos financeiros empregados e gerados na nova localidade de instalação da corporação, mas na realidade, são poucos os recursos que ficam na localidade hospedeira.

A este fato, Moreira (2002) afirma que o capital empregado na produção na nova localidade favorece a movimentação econômica local e “cria empregos” (grifo nosso), o que de certa forma chama a atenção de governos e autoridades locais desejosas por esse tipo de investimento, mas lembra de que essa condição é temporária e proporcional à quantidade de incentivos ofertados por aquela localidade, e que o investimento hora empregado, desloca-se segundo sua conveniência em busca de baixos custos de produção.

A busca por mercados que favorecem a produção de lucro baseado em incentivos e investimentos oferecidos pela localidade hospedeira assume cada vez mais o status de áreas de disputas entre as grandes corporações, que de acordo com Calundungo (2003, p. 66), “(...) podem assumir uma estrutura oligopolista com todos os efeitos perversos que a caracterizam, inclusive quanto à constituição de ‘barreiras de entrada’ a competidores locais.”.

No caso dos países em desenvolvimento, a globalização tem ocorrido dentro de um contexto que não se limita à redução da capacidade de regulação econômica das atividades dos Estados Nacionais, mas tem se manifestado em si mesmo na crise dos Estados em termos fiscais e na perda da legitimidade social. [...], na atualidade, algumas instituições pública e do Estado, estão sendo intencionalmente desmanteladas de modo a eliminar formas de regulação social que se opõem a objetivos de negócios transnacionais. (CALUNDUNGO, 2003, p. 66).

Simultâneos ao processo de abertura de mercados e disputas oligárquicas existem forças opostas que por um lado ou outro, se colocam contra corrente, propondo alternativas à globalização, algumas com mais eficácia que outras. A estes movimentos se juntam trabalhadores, associações de agricultores, grupos ambientalistas entre outros. Embora estes movimentos atuem constantemente denunciando e apresentando críticas ao sistema capitalista globalizado, para Sklair (1995) eles não têm força suficiente para opor-se a ele. “A insuficiência de sua força política está, em parte, relacionada ao poder de adaptação das CTNs e, sobretudo, relacionada ao apoio que as CTNs recebem das classes políticas dos países onde realizam seus investimentos.” (CALUNDUNGO, 2003, p.23).

Ainda que com todos os contrapontos apresentados por diversos autores, entre eles os aqui citados, “(...) a visão entusiasta e a sustentação do poder hegemônico capitalista global reside no contínuo trabalho em persuadir as pessoas de que o sistema é natural, justo e, sobretudo melhor do que qualquer alternativa realista.” (CALUNDUNGO, 2003, p.22).

Há de se considerar que ao assumir a globalização com única salvação para o mundo, vamos ao encontro com os grandes discursos corporativos e desconsideramos todos os estudos apontando as ambivalências e as falsas ideias e mitos, fechando os olhos para os já visíveis resultados negativos relacionados ao processo de globalização em todas as áreas, com a mercantilização de valores e culturas. Apesar da diferença presente nas interpretações de um mesmo processo, é mister em ambas, o reconhecimento de que é necessário repensar a expansão da globalização, desacelerando o processo especialmente nos locais mais pobres, que se tornam cada vez mais vulneráveis.

### 3.2 INSTRUMENTOS DE CONTROLE GLOBALIZANTES

O controle é essencial para o sucesso nesse modo de ordenamento e governança. Os Impérios, assim denominados por Ploeg (2008), como sendo as instituições emergentes decorrentes do processo de globalização, possuem uma particularidade, estas instituições estão transformando elementos do mundo social em elementos susceptíveis ao controle.

[...] Assim sendo, o Império também se manifesta como um ordenamento administrativo e amplamente difundido da sociedade e da natureza. E embora seja uma ilusão insensata pensar que tudo (e todos) pode ser planejado e controlado, os desvios inevitáveis da regra são representados, dentro dessa ordem, como infrações que devem ser punidas. (PLOEG, 2008, p. 263).

As punições colocadas pelo auto podem ser reconhecidas através dos esquemas reguladores impostos cada vez mais aos setores da indústria e da agricultura. Assim, o Estado entre como regulador com imposição de normas e procedimentos padronizados sem considerar as diferenças relevantes presentes nos elementos sociais e naturais.

A esse fato podemos citar exemplos presentes na legislação brasileira que regulamenta, por exemplo, o processamento de alimentos em indústrias alimentares. Sendo elas empreendimentos oriundos da agricultura familiar ou uma corporação de grande porte, os esquemas reguladores são os mesmos, o que visivelmente dificulta e até mesmo impossibilita a real adequação por parte dos empreendimentos de pequeno e médio porte em função das obrigações estabelecidas legalmente. “Assim são criados termos altamente desiguais que, frequentemente, são prejudiciais para os agricultores bem como para as pequenas e médias empresas de alimentos” (PLOEG, 2008, p. 261).

O Império governa, de forma hierárquica, através de esquemas reguladores abrangentes e em rápida expansão que especificam os códigos de conduta necessários e definem a (re)alocação e uso de recursos. Esses esquemas provêm tanto dos aparelhos estatais como das grandes corporações. Seria até possível defender que existe uma congruência e encadeamento consideráveis, e provavelmente não intencionais, precisamente e neste ponto, pois as grandes corporações podem corresponder muito melhor e muito mais facilmente aos mecanismos reguladores desenvolvidos pelo Estado do que as pequenas e médias empresas que estão sujeitas a custos de transação elevados devido aos mesmos esquemas reguladores. (PLOEG, 2008, p. 261).

Ainda podemos citar como exemplo, a busca pela certificação de alimentos orgânicos, amplamente incentivada sob o viés da segurança alimentar. Não raro são

os agricultores presentes nas feiras que são produtores de alimentos que podem ser considerados orgânicos devido a condução da produção dentro das normas vigentes, mas não possuem a certificação oficial, em sua maioria fornecida por empresas certificadoras, em função dos custos associados, no entanto, gozam da validação social, não reconhecida formalmente por se relacionar com conceitos subjetivos e muitas vezes imensuráveis, como é a validação fruto da confiança construída através do tempo entre produtor e consumidor.

Ploeg (2008), em seu livro “Camponeses e Impérios alimentares”, nos apresenta vários exemplos de como atuam esses esquemas reguladores para conformação dos Impérios alimentares, e é interessante trazer um famoso caso do leite cru ocorrido em Bruxelas, Bélgica, que pode facilmente ser reconhecido dentro da realidade brasileira. O autor relata que as grandes empresas de laticínio pressionaram de tal forma o governo Belga para a criação de regulamentações que proibissem o uso do leite cru sob a premissa de possíveis perigos para saúde. É interessante analisar como essa ação eliminaria a concorrência feita pelas pequenas e médias empresas que utilizam o leite cru para a produção de queijos tradicionais, como ocorre hoje na produção do queijo tipo Minas. “As grandes corporações são frequentemente capazes de influenciar, através do lobby, a constituição de novos esquemas reguladores.” (PLOEG, 2008, p. 261).

No Brasil temos uma gama de exemplos relacionados a esquemas reguladores criados para responder às pressões corporativistas, no entanto, para este estudo, citar os casos de liberação de agrotóxicos, assim como ocorrem as mudanças na legislação ambiental, se adequa melhor.

Na discussão sobre o novo código florestal sancionado em 2012, “ficou evidenciada a imposição dos conceitos ruralistas – recurso natural visto como matéria-prima à disposição do capital, em contraposição ao pensamento contra hegemônico, que estabelece limites de interesse público” (AUGUSTO et al., 2015, p. 99). Para Delgado (2012), a mudança na legislação institucionalizou a exploração dos recursos naturais em detrimento de custos sociais e ambientais elevados.

Algo semelhante acontece com a questão dos agrotóxicos, a liberação de novas substâncias e a intensificação do uso de agrotóxicos se relaciona com a expansão agropecuária das commodities, nesse caso, a deterioração de recursos naturais acontece com o incremento do uso do pacote tecnológico introduzido na

revolução verde cada vez mais especializado e necessário para artificialização do ambiente que exige o cultivo de variedades biológicas adaptadas com o objetivo de “obtenção de rendas fundiárias extraordinárias” (AUGUSTO et al., 2015, p. 104), resultando no “agravamento de diversos problemas sociais e ambientais, que a história do desenvolvimento da agricultura no país perpetuava, assumindo a forma de modernização conservadora (HESPANHOL, 2008, p. 119)”.

Em termos gerais, Colás (2007, p. 71) observa que “os Impérios fomentaram a infraestrutura administrativa, comunicativa, legal e militar tanto para o comércio de longa distância como para o comércio local.” Ele também observa que “as parcerias público-privadas” são frequentemente decisivas a esse respeito (2007, p. 73).”.

Com a constituição do império, a forma como as coisas são feitas é exaustivamente especificada através da aplicação de novas normas, aqui já não importa mais os resultados e sua qualidade, se não a forma como são atingidos, garantindo o seguimento a risca das normas que permitem a padronização do modo de fazer e, portanto a padronização alimentar da colheita, dos sabores. Nesse caso podemos citar as grandes redes de alimentação, cujo sabor dos alimentos é similares quanto comprados na América do Sul ou na Europa. “Os resultados já não importam. O que conta é se as coisas foram feitas de acordo com as normas e procedimentos. Isso está fortemente associado ao fraco desempenho de muitas instituições da sociedade civil (de cuidados, educação, segurança, etc.), enquanto é simultaneamente traduzido numa explosão de custos de transação.” (PLOEG, 2008, p. 263).

Para Colás (2007), os impérios históricos possuem como características comuns à expansão, a hierarquia e a ordem, e como demonstrado do Ploeg (2008), essas mesmas características também são comuns aos Impérios alimentares atuais.

O Império estimula a monopolização. Os “pontos de entrada” das redes são bem defendidos. O Império regula, por exemplo, quem tem acesso a crédito e a capital. O Império também controla os “pontos de venda”. Fora do Império, geralmente é difícil chegar aos consumidores. Assim, o Império representa um controle coordenado sobre os pontos de entrada e de venda. Esse controle específico representa um poder extra econômico usado para monopolizar mercados. Os Impérios alimentares, por exemplo, não funcionam apenas *dentro* dos mercados. Ao contrário, eles representam o

controle *sobre* esses mercados. Ele faz com que o mundo *pareça* um mercado, uma vez que existem muitos processos de compra e venda e os fluxos associados. Contudo, a *rota* desses fluxos é monopolizada, e as transações associadas só podem ser realizadas de acordo com as condições impostas pelo próprio Império. Para aqueles que têm de vender, os pontos de entrada do Império são *pontos de passagem cada vez mais obrigatórios*, ainda mais por o Império procurar eliminar ativamente doas as alternativas possíveis. O mesmo se aplica àqueles que querem comprar. (PLOEG, 2008, p. 214)

Outro elemento essencial para exercer o controle no processo de globalização são as TIC's (Tecnologias da Informação e da Comunicação). As TIC's efetivam a implementação de esquemas reguladores e ainda permite que sejam terceirizadas. "Elas permitem ligações entre uma miríade de lugares e um centro controlador, assim criando e estendendo a visibilidade, a controlabilidade e, no final, a determinabilidade." (PLOEG, 2008, p. 261).

A disseminação da utilização massiva das TIC's na área da agricultura que vai da produção até a comercialização de alimentos, passando pelo processamento, pode ser explicada por cinco fatores: a terceirização da produção de bens e da prestação de serviços em escala global; a necessidade de precisar a distribuição evitando a formação de estoques e diminuindo os custos de armazenamento; gestão da cadeia, possibilitando o rastreamento de todas as fases de produção; controle dos protocolos reguladores impostos pelos aparelhos estatais, como são os controles relacionados à preservação do meio ambiente e ao bem estar animal, por exemplo; e por fim, garantir uma boa administração e controle frente às constantes mudanças legislativas e surgimento de novas regras.

A terceirização da produção de bens e da prestação de serviços à escala global pode ser compreendida através da expressão "alimento padronizado", isso quer dizer que esse fator atua no controle da produção de cada parte específica do alimento, principalmente os processados, garantindo assim um padrão possível de ser reproduzido em qualquer parte do mundo, a exemplo desse fator, está a produção do leite em pó, dos processados cárnicos e também a produção de lanches do tipo 'fast food'. O segundo fator associado ao controle da distribuição utiliza das TIC's para que as distâncias geográficas não sejam barreiras entre diferentes produtores e fornecedores de matéria prima e o centro consumidor. O

terceiro motivo para a necessidade de TIC está associado ao segundo garantindo o rastreamento da origem de cada item produzido, permitindo que quando surja, o erro no processo de produção seja identificado com precisão. O quarto fator pode ser explicado pela necessidade de se criar uma imagem positiva da empresa, assim são criados protocolos com detalhamento de práticas a serem seguidas para garantir que questões tidas como secundárias, mas hoje ainda mais valorizadas, sejam cumpridas com êxito, são questões relacionadas à higiene, meio ambiente e qualidade no manejo animal, esse sistema permite uma fiscalização aprofundada por agentes reguladores através da comparação das representações geradas eletronicamente com a realidade; por fim, o quinto fator pode ser explicado principalmente pelo viés econômico de apoio à agricultura, visto que os incentivos e a garantia de crédito são dados apenas àqueles agricultores que cumprem uma série de requisitos legais gerados e acompanhados eletronicamente (PLOEG, 2008).

Em relação ao quinto fator, podemos questionar qual o real apoio para a produção de alimentos, de que direção vem e para onde é prioridade o investimento e incentivos. Além de reforçar a questão de regras legais iguais para todos, enquanto as características da produção e agroindústria familiar diferem da produção massiva do Império.

Ploeg (2008) é categórico ao afirmar que a emergência dos Impérios alimentares, sua expansão e controle seria impossível sem as TIC's, e que sua aplicação pode trazer a tona alguns aspectos negativos. O primeiro deles é a linguagem binária e sucinta, apenas através da linguagem simplificada e sem a possibilidade de significados múltiplos a um mesmo conceito é que as TIC's são eficientemente aplicadas. Outro aspecto é a utilização de um mesmo esquema regulador para a indústria e para agricultura, não diferenciando os procedimentos de acordo com as especificidades, tal problema não é decorrente da aplicação da TIC's, mas é intensificado por sua utilização.

[...] O problema sério surge quando estamos lidando com conceitos como 'uma bela paisagem', 'terra fértil e bem trabalhada', 'estrume bom' e 'agricultura cuidada', nenhuma dos conceitos tem apenas um significado específico e inequívoco. [...] num mundo digitalizado, é necessário trabalhar com o 'sim' e o 'não', mas não com o 'talvez'. Assim, quando as TIC se tornarem dominantes, o mundo real correrá o risco de ser reduzido à

simplicidade e à uniformidade, isto é, essencialmente alienado de si próprio. Esse perigo é ainda mais premente – e esse é o segundo problema – quando se leva em consideração os dois princípios de projeto que se aplicam tanto à agroindústria como aos aparelhos estatais. Esses princípios podem ser sintetizados da seguinte forma: ‘simplicidade de prescrição’ e ‘simplicidade de controle’. Isso implica que os objetivos, protocolos e procedimentos não são diferenciados conforme as especificidades das situações locais. Conseqüentemente, tanto os aparelhos estatais como as indústrias alimentares tendem a ligar, tanto quanto possível, a agricultura e o campo de uma forma global, ou seja, não diferenciada. [...] essas abordagens globais [...] tendem a gerar atritos e deturpações que resultam em uma homogeneização indesejável do local – especialmente quando aplicadas de forma coerciva. (PLOEG, 2008, p. 273).

Como terceiro componente regulador da globalização, que permite sua expansão e reprodução ao longo da história, está a ciência. É através da ciência que se garante a legitimidade para exploração de novos recursos.

[...] o Império precisa continuamente de novos campos de recursos para ‘explorar’. E precisa deles desesperadamente. Por conseguinte, os grandes programas de pesquisa (em parte financiados pelas grandes corporações), orientados para a exploração de novas possibilidades tecnológicas e para a concepção de roteiros para alcançá-las, são importantes. Assim sendo, a busca por novas formas de engenharia dos alimentos e a reconstrução da natureza através da biotecnologia são convertidas em uma série de intervenções praticamente implacáveis na própria vida – com todos os riscos que essas intervenções implicam” (Hansen et al., 2001 apud PLOEG, 2008, p. 278).

Contudo, ainda que a ciência exerça o papel de legitimadora da exploração de novas áreas pelos Impérios alimentares, com afirmações de segurança e controle, não podemos deixar de pontuar, como em períodos recentes, constatou-se a serviço de quem está ciência quando por detrás de todos os discursos seguros vêm à tona escândalos alimentares que resultam em efeitos negativos “em longo prazo [...] na demanda, assim como na credibilidade dos mecanismos de regulamentação das companhias agroalimentares” (CONTRERAS, 2011, P. 40), ou ainda, os casos de contaminação ambiental, como ocorre nos rios e mares que

aumentam “o risco de infecções bacterianas e virais e colocam em cheque a pureza dos produtos do mar” (CONTRERAS, 2011, P. 34) e o direcionamento de produtos para a utilização na agropecuária, mas que, no entanto, foram produzidos com outros objetivos, e destino final quase sempre é o “descarte” na agricultura, como é o caso do DDT, sintetizado em 1939, meados da Segunda Guerra Mundial.

A síntese química foi amplamente desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, especialmente no período das duas guerras mundiais, com o objetivo de produzir armas químicas para dizimar o inimigo (seres humanos). O DDT, sintetizado em 1939, deu a largada dessa cadeia produtiva. Finda a Segunda Guerra Mundial, a maioria das indústrias bélicas buscou dar outra aplicação aos seus produtos: a eliminação de pragas da agricultura, da pecuária e de doenças endêmicas transmitidas por vetores. A saúde pública ajudou a legitimar a introdução desses produtos tóxicos e a ocultar sua nocividade sob a alegação de combater esses vetores. (CARNEIRO, et al., 2015, p. 77)

Além disso, de acordo com Contreras (2011) a confiança dos consumidores foi abalada nos últimos anos com os recorrentes escândalos alimentares, que colocaram em questão os sistemas de prevenção de riscos e a eficácia dos mecanismos de controle.

### 3.3 SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBALIZADO

O início da década de 1990 foi marcado pela emergência de literaturas empenhadas em discutir as mudanças ocorridas nos regimes alimentares a partir da racionalização do capitalismo. A reestruturação do mundo social e natural que a globalização provoca atinge todos os setores, e o setor agropecuário, produtor de matéria prima para a indústria alimentícia, não está fora, muito pelo contrário, é alvo de mudanças e reorganizações direcionadas para a criação de novos alimentos, novas necessidades nutricionais e novos limites seguros para ingestão de substâncias tóxicas.

Harriet Friedmann (1990, 2006), uma das autoras que delimita temporalmente e caracteriza esses regimes, aponta que a estruturação do sistema agroalimentar em escala global ocorre na verdade desde os últimos quatro séculos, e mais

intensamente nos últimos 100 anos (TRIHCES, 2015), suscitando maiores análises e contribuições acadêmicas. A autora distingue desde a década de 1870 dois regimes alimentares, o primeiro, a partir de 1870 até 1939 é chamado de regime alimentar colonial arraigado basicamente nos princípios do comércio livre, enquanto que a partir de 1940 manifesta-se o regime alimentar mercantil e industrial com a regulação como característica marcante, até 1990. Após essa divisão dos regimes alimentares em períodos até a década de 1990, PLOEG (2008, p. 281) defende que “um novo regime alimentar tem vindo a se desenvolver” agregando características dos outros dois, o comércio livre e a regulação.

O conjunto de transações associadas a essa nova forma de organização é referida por Ploeg (2008) como “Império alimentar”, tal como por (HARDT e NEGRI (2002); HOWE (2002); CHOMSKY (2005) e STIGLITZ (2002, 2003) apud PLOEG (2008)). Dessa forma, a constituição do Império representa também a manifestação dos processos de globalização atuais. “Neste regime, ao mesmo tempo em que os mercados são reordenados, as formas de regulação são desintegradas e novas formas de hierarquia são estabelecidas fundamentadas nos interesses dos grandes grupos de agronegócio e dos aparelhos estatais” (Ploeg, 2008, p. 281).

Ainda que parcialmente, os Impérios alimentares tem suscitado de forma dicotômica, a abertura do sistema agroalimentar com o estabelecimento de novas barreiras, favorecendo o protecionismo, essa estratégia contribui para a construção positiva da imagem de corporações transnacionais, no entanto, nada mais é do que a garantia de lucro em contextos locais ao mesmo tempo em que na conjuntura internacional. Neste sentido, Calundungo (2003, p. 2) salienta que “o movimento de internacionalização e reestruturação patrimonial no domínio das indústrias de alimentos tem sido dinâmico e ocorre, na generalidade, através de processos de fusões e aquisições transfronteiriças”.

A incorporação do Brasil no sistema agroalimentar internacional não é um fator novo, de acordo com esse mesmo autor, o dinamismo das corporações através das fusões e aquisições, permite o controle total dos fatores de produção e provoca transformações nos padrões tecnológicos e desempenho da indústria nacional, resultando para aquelas que não conseguem acompanhar as novas demandas, em seu enfraquecimento e até o desaparecimento por não ser capaz de se equilibrar

com as pressões competitivas do oligopólio que se fortalece a cada nova proposta de reestruturação.

A conquista imperial se processa igualmente na economia, através da apropriação de pequenas empresas independentes por grandes grupos empresariais e do seu reordenamento total – as primeiras devem alimentar as necessidades dos últimos. [...] a conquista imperial também afeta instituições não-mercantis de todos os tipos através da imposição de procedimentos universais que prescrevem, condicionam e sancionam – de forma meticulosa – as práticas e processos existentes.” (PLOEG, 2008, p. 255 -256).

Nesse contexto, podem ser citados alguns estudos que analisam a crescente onda de fusões internacionais entre as líderes do setor alimentar seguidas de aquisições de empresas em diversos países. Assim, contribuem para discussão os estudos realizados por Azevedo et. al (2002) que comparam as indústrias alimentares americanas e brasileiras, as colocações de Farina et Al. (2002), ao analisar os efeitos dos processos de fusões e aquisições no setor de lácteos, assim como Franzini (2004) ao focar seu trabalho no caso da Parmalat, típica representação do Império agroalimentar na América Latina. A consolidação e queda da Parmalat é um caso interessante da expressão do Império, em primeiro lugar porque estabeleceu um modelo que favoreceu a ligação entre as atividades produtivas e as distributivas ao mesmo tempo em que propiciou a ligação entre “lugares pobres e lugares ricos” submetendo-os ao controle centralizado e a novos princípios orientadores, reunindo tecnologias já existentes de forma ousada (PLOEG, 2008). Outras operações como a fusão da Bayer e Monsanto em 2016, as aquisições da Quaker pela Pepsi e da Bestfoods pela Unilever, representam como exposto por (WILKISON, 2002, p. 157) “apenas algumas das mais agressivas de uma febre de aquisições que afetaram todas as categorias de produtos alimentares e de bebidas, nessa e noutras regiões em desenvolvimento.”.

Paralelo a isso, também é possível perceber no varejo a mesma movimentação protagonizada pelas gigantes europeias Ahold, Metro, Carrefour e mais timidamente a Wal-Mart, mas ainda assim, a aglutinação no varejo avança

velozmente, com previsões indicando uma concentração ainda maior com a “redução do número de atores globais” (WILKISON, 2002, p. 158).

Em todos estes casos, é comum a presença mais ou menos explícita de elementos essenciais para garantir a regência do Império, o controle e a apropriação. Consoante com Hardt e Negri (2000, xii apud PLOEG, 2008, p. 255), o Império é “um aparelho descentralizado e desterritorializado de governação que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão”. Por conseguinte, o reordenamento contínuo como forma de manutenção do controle, se faz necessário para manter o ordenamento do Império.

No entanto, o controle da forma como é exercido, interligando redes de maneira intrincada, dificulta a compreensão por completo do estabelecimento do Império, as dinâmicas de chegada, a diversidade de origens com expressões múltiplas e não raro, contraditórias, corroboram para o embaraço no entendimento por completo dos mecanismos de funcionamento do Império. Numa ótica gerencial, o cerne da problematização de novas associações emergentes ao processo de globalização agroalimentar se desloca para as questões de coordenação e gestão da cadeia de suprimentos agroalimentar (FLEXOR 2006).

A transnacionalização, portanto, induz a redefinição dos padrões do sistema agroalimentar brasileiro para que as empresas nacionais consigam competir com o capital estrangeiro. Para conseguir sobreviver no mercado, algumas promovem parcerias com o propósito de favorecer sua inserção no mercado global e permanência no mercado nacional, para Flexor (2006) a criação da Inbev através da fusão da Ambev brasileira com a belga Interbrew, compondo uma indústria na área de bebida de alcance global, é o caso mais representativo.

Em suma, assim como exposto anteriormente, os processos de globalização e por consequência, os impérios agroalimentares operam com controle à distância através de protocolos padronizados para todas as etapas da produção; controlam as ligações entre lugares e pessoas de forma coercitiva, ou seja, o controle é exercido entre elos estratégicos ao mesmo tempo em que estruturas alternativas são coibidas ou subtraídas, “dentro das redes, se criam constantemente novas possibilidades. Fora das redes, a sobrevivência é cada vez mais difícil” (Castells, 1996, p. 171).

Especificamente para o sistema agroalimentar, outro fator se tornou primordial para garantir a movimentação interfronteiriça dos alimentos: a durabilidade. Nessa

abordagem, as contribuições de Friedmann (1990) sugerem que desde o primeiro regime alimentar em 1870, quando começou a haver compra de alimentos nos supermercados, seguido pela criação do segundo regime alimentar no final de 1940 com o desenvolvimento de tecnologias para a produção em massa e de baixo custo de alimentos no período pós-guerra, é que a distribuição eficiente e em grande escala foi requerida. A partir daí, e para atender plenamente a essa nova necessidade, é que se intensificou a produção de alimentos através de uma natureza artificializada, com aditivos químicos para prover maior durabilidade e garantir que chegassem intactos aos destinos longínquos (TRICHES, 2015).

O mar de plástico em Almería, Espanha, considerada uma das principais regiões produtora de hortaliças em ambiente protegido no país, é o local com maior número de estufas da Espanha, ocupando uma extensão de aproximadamente 50 mil hectares produzindo anualmente o equivalente a 1.828.000 toneladas de frutas e hortaliças (EMBRAPA, 2017), e ainda que a região se apresente com características de clima árido, mais da metade da agricultura espanhola “bajo plástico” se encontra ali (MESEGUER, 2011). No entanto, para garantir estes números, é necessário modificar o ciclo dos cultivos e artificializar as condições ambientais para que se tornem amplamente controláveis, garantindo assim um maior período de disponibilidade destes “alimentos” no calendário agrícola para ofertá-los em períodos de maior demanda, já que o lucro da agricultura intensiva provém do aumento da produtividade com menos gastos relacionados à mão de obra e maior preço final do produto (MESEGUER, 2011).

Los avances tecnológicos aplicados al riego y al ciclo natural de la planta, se incorporan al cultivo forzado bajo cubierta, logrando modificar el ciclo de cultivo, con una amplitud en los calendarios para presentar el producto en los momentos de mayor demanda. El interés de esta agricultura intensiva de invernaderos, mallas y acolchados radica en su mayor productividad, empleo y precio final del producto. (MESEGUER, 2011, p. 155)

Portanto, invisibilizar o local é também fonte de esforços para assegurar a produção rentável. Já não importa mais se as condições físicas não são favoráveis, o que importa é a capacidade de se movimentar para onde as circunstâncias se

apresentem mais favoráveis às condições, leia-se imposições, de produção e de mercado.

Assim, diante das estratégias no setor agroalimentar para massificar o consumo, com a homogeneização e mercantilização da alimentação, surgem tendências sociais através de movimentos, principalmente entre consumidores, que colocam em questão a produção e origem dos alimentos.

Neste contexto, estes movimentos contrários clamam pela reaproximação da produção e consumo, implicando na ruptura com o Império alimentar, apoiados pela ideia de restauração da confiança na produção de alimentos “mediante cadeias alimentares localizadas e pautadas em novas concepções e construções de qualidade” (TRICHES, 2015).

### 3.4 A CRIAÇÃO DE “NÃO LUGARES” – DESTERRITORIALIZAÇÃO

Os mecanismos utilizados para proporcionar um controle efetivo dos Impérios alimentares criados através dos processos de globalização ocasionou a desterritorialização da alimentação, resultando na produção de não lugares.

Friedmann (2006) chama atenção para como por toda parte são observados “conjuntos de normas e parâmetros generalizadores” (Friedmann, 2006, p. 464) que controlam e limitam todas as práticas locais, “consequentemente, o Império se materializa numa conquista continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e agrupa para garantir o controle e exploração”. “Ao fazê-lo, o Império elimina o local, o transformando em um “não-lugar”.” (PLOEG, 2008, p. 255).

A criação de não lugares está intimamente relacionada à diminuição dos custos de produção, ou seja, as corporações se instalam onde serão garantidos menores custos de produção, que consiste em diminuir custo com mão de obra, procurando obter matéria prima, insumos e maquinário mais baratos, onde existam mais subsídios e crédito governamental (FOLADORI, 1992; CALUNDUNGO, 2003).

Ainda de acordo com os autores, para reduzir os custo com matéria prima, as corporações se deslocam e se instalam em lugares do mundo em que a compra ou produção de matéria prima seja mais barata, e garantem a venda do produto final em mercados que proporcionem maiores lucros.

Moreira (1999), apoiado em Chandler, refere que é característico nesse ordenamento a concentração de produção em algumas zonas e a territorialização de uma nova, deixando outra área antes produtiva em completo abandono.

Os atuais Impérios alimentares são [...] tão vazios. Eles não representam valor, nem produzem qualquer valor próprio: eles sugam valores produzidos por outros. Os impérios alimentares não possuem nem desenvolvem seus próprios recursos independentes: eles basicamente usurpam e/ou controlam os recursos de outros. [...] não precisam da propriedade direta de uma base de recursos, nem representam necessariamente valor acumulado. Suas redes simplesmente estruturam o mundo social e o mundo natural através da reunião de recursos, processos, territórios, pessoas e imagens em constelações específicas que simultaneamente canalizam a riqueza em direção ao centro. A característica do vazio mencionada também se aplica aos aparelhos estatais na medida em que estes são parte do Império. Esses aparelhos são “ignorantes e incapazes”. (PLOEG, 2008, p. 258).

À vista disso, o processo de globalização e a emergência dos chamados Impérios alimentares, produzem uma ordem contraditória, de um lado é criada uma imagem sustentável, segura e limpa afirmando a necessidade desse modelo, apenas assim o mundo poderá progredir, e de outro, gera uma confusão caótica com a mercantilização da alimentação, a partir que se torna uma mercadoria desterritorializada, aniquilando fronteiras, deixando pobreza e excluindo da rede, aqueles considerados fracassados quando se negam a entrar no círculo ou simplesmente não estão aptos.

### 3.5 OPORTUNIDADES TRAZIDAS PELA GLOBALIZAÇÃO

A abertura e mudança das fronteiras reproduzidas pelos impérios (Colás, 2007) com a redefinição da ideia de alimento (PLOEG, 2008) e a criação de novas necessidades nutricionais, ocorre desde o primeiro regime alimentar caracterizado por (FRIEDMAN, 1990), onde as dietas alimentares altamente diversificadas foram reduzidas a uma alimentação centrada em proteínas e amidos, no segundo regime, gorduras e adoçantes passaram a compor a pirâmide alimentar para suprir necessidade ditas essenciais para sobrevivência, e agora “o regime alimentar

imperial, por seu turno, é centrado na artificialização dos alimentos.” (PLOEG, 2008, p. 281).

A artificialização da alimentação altera a natureza dos alimentos e as relações de consumo através do domínio e apropriação dos territórios, exercendo controle da produção até a circulação de alimentos, o que implica em impactos na área da saúde até os setores econômicos. Tal como dito por FOLADORI (1992), a homogeneização se operacionaliza com a conquista da natureza e da identidade dos consumidores. “A conquista dá Aspartame a pessoas que apenas querem tomar refrigerantes, dá demasiadas gorduras digestíveis (através da homogeneização do leite) àqueles que querem simplesmente algo saudável” (PLOEG, 2008, p. 260).

Desta maneira é criada uma nova noção de alimento e redefinidos novos conceitos para saúde, agricultura, frescor, sabor, tangíveis apenas àqueles que são susceptíveis às novas diretrizes impostas pelo Império, para o restante, sobra o desejo insatisfeito das necessidades criadas.

Atrelado a isso, existem muitos outros aspectos controversos ao Império. A crescente dependência dos consumidores de redes de abastecimento de varejo, os supermercados e da indústria alimentar com soluções práticas para o dia a dia, vem acompanhada da dependência dos produtores, que cada vez mais precisam comprar sua matéria prima e comprar ainda a possibilidade do escoamento, nos diferentes pontos de saída da rede, da matéria prima processada.

As consequências do Império não se manifestam apenas nos muitos bairros degradados da América Latina e nos padrões de má nutrição associados. Elas também estão presentes na reestruturação da agricultura europeia, nas taxas de obesidade ou nos riscos desconhecidos associados à engenharia genética e à inclusão generalizada de OGMs na alimentação (Hansen et al, 2001 apud PLOEG, 2008, p. 264).

Assim, a globalização do sistema agroalimentar propiciando a emergência dos impérios alimentares com todas as suas normas pradrônicas para a produção de alimentos artificializados, se depara com ondas de negação por parte, principalmente, dos consumidores que a cada novo episódio de crise, dependência e escândalos alimentares, que ilustram a falta de segurança revelada pelo caráter dicotômico do Império, que intensifica a pobreza local, põe hábitos culturais

alimentares e provoca a homogeneização em massa da alimentação, se fortalecem e crescem enquanto movimentos contrários à expansão e aos processos de mercantilização.

Dessa forma, diversos sujeitos que compõem a cadeia agroalimentar, mas não se integram à rede, seja por resistência ou por insuficiência, incluindo os agricultores familiares, ao se depararem com esse quadro de insegurança criada pelos impérios alimentares, encontram uma brecha neste sistema altamente controlado e oferecem uma saída para a reconexão das relações entre produção e consumo. A principal demanda era como vender os produtos fora dos mercados convencionais, onde predominam grandes empresas, uma saída comumente encontrada foram às vendas diretas através das CCC - cadeias curtas de comercialização.

As vendas diretas ao consumidor têm sido referidas na literatura como circuitos curtos de comercialização (COMUNELLO, 2010) ou mercados de proximidade social (WILKISON, 2008) ou ainda cadeias curtas de produção-comercialização (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003), os circuitos envolvem proximidade geográfica, que implica em facilidades de distribuição, transporte e gestão das vendas (COMUNELLO, 2010) e a noção engloba as vendas coletivas em redes, comércio em eventos, feiras, diretamente a restaurantes, entregas de cestas em domicílio, pontos de vendas familiares (GAZOLLA, 2012).

Observamos que os agricultores sempre interagiram com o mercado, em épocas se submetendo a preços por eles não estabelecidos e em outras praticando preços ainda mais baixos do que nas redes varejistas para garantir a venda, mesmo que apenas para pagar os custos de produção. No entanto, vários são os que estão incorporando valores trazidos pelos movimentos contrários à globalização e acessando mercados que priorizam o resgate dos significados do ato de alimentar-se, reconectando “a produção do consumo, a atividade agrícola do ecossistema local e os alimentos produzidos da comida” (NIERDELE, 2008).

A emergência de movimentos “contra imperiais” em escala global, como é o caso da via campesina e de um conjunto crescente de movimentos em que os consumidores têm assumido um papel de destaque (slow food, fair trade) revelam algumas formas de resistência. [...] ao mesmo tempo em que o

Império aumenta seu controle sobre determinados domínios, assistimos à criação de novas formas de resistência. (NIERDELE, 2008)

Assim, buscam maneiras de reestabelecer os mecanismos de confiança derivados do contato direto entre consumidores e produtores através do apelo por alimentos localizados com qualidades específicas da origem e a valorização do modo de produção tradicional. Dentre elas, as feiras livres assumem um importante papel ao responder positivamente como meio acessível de recuperação das relações perdidas entre as origens dos produtos e seu consumo localizado. A partir dessa perspectiva, podemos perceber que “o agricultor familiar que comercializa na feira e está inserido no mercado é um sujeito movido por diversos elementos sociais e não apenas pela lógica econômica do lucro” (OLIVEIRA, 2015, p. 59). “Tal processo, que implicou no deslocamento das lutas dos movimentos para ser desempenhada também nos mercados, é parte da institucionalização econômica dos movimentos sociais no quadro dos “novos movimentos sociais econômicos” (GENDRON; BISAILLON; OTERO, 2009; WILKINSON, 2008).

Diante deste contexto é que o surgimento de vias alternativas de produção, venda e consumo de alimentos tem ganhando força e adeptos. No entanto, nem sempre estas alternativas são viáveis para os agricultores na medida em que exige que os mesmos sejam também comerciantes e não raro cozinheiro e transformador do alimento para garantir a sua venda.



#### 4 AS FEIRAS LIVRES: UMA ABORDAGEM TEÓRICO CONCEITUAL

“Na feira ninguém está só”  
(Fernand Braudel)

Para este capítulo, nosso objetivo consiste em fazer uma revisão teórica do objeto de estudo: as feiras livres. Assim, nossa abordagem se relaciona com a premissa de que a Feira Livre, um tipo de mercado tradicional e que nasceu na idade média, persiste até hoje com características peculiares e tradicionais ao mesmo tempo em que vai se moldando e transformando para atender à demanda da nova modernidade, e nesse sentido, como se constitui um espaço viável para comercialização dos produtos da agricultura familiar com a modificação dos valores e da estrutura, como é o caso do Mercado Velho e da Feira Livre do Largo Dom João.

No contexto da globalização e mercantilização da alimentação, analisar as dinâmicas de transformação pelas quais as formas tradicionais de comércio passam como é o caso das feiras livres, se torna um desafio. O desafio surge diante da tentativa de compreender como são estudadas essas formas dentro de um plano ideológico que tende a homogeneizar os espaços, assim como, diante do momento de alta modernização que difunde outras configurações de comércio, resistem de maneira viável as formas tradicionais (DANTAS, 2007).

Embora seja vasta e diversa a bibliografia sobre o tema deste capítulo, nos últimos anos são as formas modernas de mercado, como shoppings centers, franquias, conveniências, e-commerce, que tem ganhado mais espaço no mundo acadêmico (ORTIGA, 2003). O interesse maior ao redor dessas formas de expansão se justifica pela necessidade de acompanhar as mudanças de padrões de consumo da sociedade nas últimas décadas, conforme elucidado no capítulo anterior.

Na busca por respostas aos questionamentos da pesquisa que se relacionam com a viabilidade da feira livre para os agricultores familiares<sup>1</sup> de Diamantina, é

---

<sup>1</sup> A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

necessário compreender como se deu a consolidação e evolução dos mercados e formas de comércio no município. Assim, este capítulo também trará a tona questões históricas acerca do crescimento econômico do município, bem como do desenvolvimento das formas de comércio praticadas ali a partir das quais se estabeleceram o que conhecemos hoje como a Feira do Mercado Velho e logo depois a Feira do Largo Dom João.

As feiras livres são abordadas sob diferentes perspectivas, e em função disso, faremos inicialmente uma discussão teórica acerca das diferentes concepções das feiras, resgatando as definições e conceitos a partir de autores das ciências sociais; logo traremos para discussão questões que envolvem os significados que o espaço da feira assume de acordo com os sujeitos que a compõe, e por fim, discutiremos as feiras sob os aspectos característicos de Minas Gerais e do Jequitinhonha. Essas percepções são norteadoras para compreender a abordagem dada neste trabalho.

#### 4.1 AS SIGNIFICAÇÕES AO REDOR DO TERMO

No sentido etimológico, o termo feira tem sua origem no latim da palavra *feria*, cujo significado é “dia de festa”. Era na idade média, usada para caracterizar locais públicos destinados à exposição e venda de mercadorias. No entanto, muitos autores também utilizam o termo mercado quando estão discorrendo sobre feira, fundindo em si o que representa cada um destes termos. O termo mercado, também de origem latina, de *mercatus*, “é utilizado para designar um lugar fechado onde se comercializam gêneros alimentícios e outras mercadorias”. (DANTAS, 2007, p. 24).

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, o termo feira é utilizado para caracterizar “local onde se expõem e vendem mercadorias. Local onde se vendem frutas, legumes e outros produtos alimentares” (FERREIRA, 1986, p. 543). “Na literatura internacional, as feiras livres são denominadas de *marché* (francês) ou *periodic market* (inglês), que significam, respectivamente, mercado e mercado periódico” (QUEIROZ, 2012, p. 115).

Embora vários autores utilizem os termos feiras e mercados para designar um mesmo espaço e atividade, Huberman (1979) afirma que na Europa, a diferença entre mercado e feira está na sua dimensão espacial, assim, os mercados são pequenos espaços destinados à comercialização de produtos de origem agrícola e

de abrangência local, enquanto que as feiras eram espacialmente grandes, instaladas em grandes praças e a maioria das negociações eram de mercadorias por atacado cuja origem se remetia a diversos locais do mundo (DANTAS, 2007).

Além disso, em algumas sociedades, os mercados são reconhecidos por seu espaço físico, geralmente fixo e previamente demarcado, por isso, “é historicamente reconhecido como importante entreposto de circulação regional e em relação ao qual se constroem representações coletivas de múltiplos significados”. (SERVILHA, 2008, p. 22).

Portanto, é possível afirmar que na Europa, tanto os mercados como as feiras tinham como mesmo objetivo o abastecimento da população local com produtos diversos. No entanto, ainda existe uma diferença entre elas se buscarmos sua origem em períodos históricos, “os mercados desenvolveram-se nos primeiros tempos da Idade Média e as feiras surgem num momento de maior afirmação do comércio intercontinental” (DANTAS, 2011, p. 25).

Mott (1975) citado por Dantas (2007), ao realizar um estudo antropológico sobre a feira de Brejo Grande, Sergipe, põe em questão qual conceito, se feira ou mercado, melhor se aplica àquela realidade, e para responder a tal questão, argumenta que para estudar tais instituições se faz necessário confrontar com a realidade econômica local, além das relações estabelecidas entre produção e consumo. Contudo, para os nossos objetivos, as duas terminologias abordadas referem-se à mesma instituição que se desenvolve no Nordeste de Minas Gerais e em outras partes do Brasil.

Hoje, os mercados públicos, também conhecidos como municipais, são os locais onde se encontram instaladas a maioria das feiras livres, principalmente no Vale do Jequitinhonha. Geralmente estabelecidas em espaços não fixos, muitas vezes com estrutura precária, existir um local com estrutura fixa e capaz de abrigar feirantes e proporcionar maior comodidade aos consumidores e garantir um padrão sanitário melhor aos produtos, é resultado de um olhar público local mais atento às necessidades dos produtores que reivindicam melhores condições estruturais para negociação e escoamento de sua produção. O fato é encarado como uma evolução do ponto de vista do espaço da feira com todos os significados que carrega.

Uma das maiores contribuições do conceito de mercados do ponto de vista sociológico foi deixada pelo intelectual alemão Max Weber (1996), para ele “[...]”

deve-se falar de um mercado tão logo quando ocorra, ainda que apenas de uma parte, uma pluralidade de interessados na troca e nas possibilidades de troca” (tradução nossa). A análise da visão weberiana de mercados, segundo Raud-Mattedi (2005 apud Dantas, 2007) significou considerá-los como interação social com a introdução do elemento tempo pela primeira vez dentro do modelo econômico. Dessa forma, Weber contribuiu para o surgimento e consolidação dos estudos dos mercados como construção social, inspirando a partir da década de 1970 a emergência da nova sociologia econômica (DANTAS, 2007).

Ainda, segundo Raud-Mattedi, os mercados resultam de duas formas de interação social: a troca e a competição. A troca caracteriza uma relação mútua onde os interessados se entregam bens ou possibilidades de forma recíproca; já a competição ocorre entre sujeitos ativos e passivos nas feiras, entre vendedores e seus concorrentes e também entre vendedores e compradores que possuem interesses quase que opostos.

Christaller (1981), geógrafo clássico defende que os bens podem chegar até os consumidores de duas formas distintas, concentrados em um lugar central caracterizando o espaço do mercado onde os consumidores buscam por suas demandas gerais, ou de forma descentralizada em que os produtos chegam até o consumidor de forma exclusiva e personalizada, sem a necessidade da existência de um espaço central para que ocorram as trocas.

Se considerarmos essa diferenciação proposta por Christaller, as feiras de Diamantina, aqui estudadas, podem ser inseridas dentro do que seriam os lugares mercados, na medida em que tais instituições estão fixas em localidades centrais que permite o acesso de certo número de consumidores.

Além disso, essas duas instituições apesar de diferirem entre si desde a estrutura, oferta de produtos e até público alvo, podem também ser consideradas como feiras, já que naquele mesmo espaço ocorrem múltiplas relações socioculturais e de comercialização. Assim como acontece em outras partes do Vale do Jequitinhonha, a exemplo da feira na cidade de Araçuaí descrita por Servilha, (2008, p.4).

De história e de histórias. De relações humanas construídas e vivenciadas no cotidiano deste lugar, que para além das compras e vendas, sempre se

caracterizaram pelo contato face-a-face entre os homens, assim como pelas diversas dinâmicas socioculturais por esse contato produzidas.

## 4.2 O SURGIMENTO DAS FEIRAS LIVRES

Representando uma das formas mais antigas de comercialização e troca de produtos agrícolas, as feiras livres datam desde 3.000 a.C quando os povos sumérios da Mesopotâmia já se utilizavam desse processo para realizarem a comercialização de seus produtos através das trocas e barganhas em locais específicos da cidade e em dias pré determinados da semana. Munford (2004), ao considerar que nas cidades antigas não eram encontrados espaços abertos destinados a tal fim, afirma que era no interior dos templos onde ocorriam as operações de mercado, e foi somente após o desenvolvimento dos meios de transporte que o excedente da produção pôde ser intercambiado. Ainda para o autor, o principal fator para o surgimento das feiras está na formação de excedentes de produção. Foi a oferta de alguns produtos atreladas às necessidades de determinados grupos que não o produzia que fez com que o intercâmbio de mercadorias se tornasse uma operação viável para sobrevivência. Para Dantas (2007, p. 60- 63)

muitas sociedades tinham sua economia voltada para a produção de subsistência não realizando trocas comerciais externas, mas restritas ao grupo. [...] a autossuficiência que caracterizava a economia feudal se constitui num dos principais elementos para se explicar o fraco desenvolvimento do comércio durante o período. Isto ocorria, pois, à medida que havia um baixo nível de trocas comerciais, não havia a necessidade de produção de excedentes em grande escala.

Com base neste fator, o de produção de excedentes, é que a maioria dos autores considera que estas têm sua origem no século IX, na Europa, quando os mercados locais eram organizados a fim de que a população tivesse acesso aos alimentos que precisavam consumir (ARAÚJO, 2004). Braudel (1998, apud SERVILHA, 2008, p. 16) destaca como as feiras simbolizavam uma das engrenagens do desenvolvimento das cidades no século XV.

Frequentada em dias fixos, a feira é um naturalmente o centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras.

O teórico Polanyi, nos anos de 1980 observava que as feiras da Idade Média europeia conservaram por séculos seu caráter localizado e agrícola; as transformações produtivas que integraram a economia da Europa pós-revolução industrial e a grande circulação mercantil passaram ao largo dessas feiras, que sobreviveram como facetas específicas dessas sociedades, ao mesmo tempo econômicas e culturais, pois as feiras são locais do pequeno no comércio, muito impermeável às mudanças econômicas. Os feirantes ocupam espaços bastante reservados para suas trocas periódicas, que não são regulados somente pelas normas que vigoram nos grandes mercados, mas pautados pela particularidade, pela solidariedade, pela complementariedade, pela informalidade que resultam da sedimentação histórica dessas relações locais (RIBEIRO, 2007a).

Para muitos autores, o desenvolvimento da atividade comercial daquele momento foi impulsionado por basicamente dois fatores: a construção de cidades e o surgimento de “atividades ditas civilizatórias” (DANTAS, 2007, p. 60). É plausível considerar que a origem das feiras se relaciona com o ressurgimento, entre a idade média e a idade moderna, das atividades de trocas comerciais impulsionadas pela produção de excedentes agrícolas. Assim,

a troca de produtos surge e se desenvolve na sociedade, no momento em que passa a existir um excedente regular de produção que, por sua vez, é fruto do desenvolvimento das forças produtivas (e é estimulado pela divisão social do trabalho). [...] A existência regular de um excedente de produção passa a ser regulada, e sua expansão permite o aparecimento da figura do comerciante, bem como da atividade comercial, aumentando a divisão social do trabalho (PINTAUDI, 1984, p. 38-39 apud DANTAS, 2007, p. 62).

Para Servilha (2008), foi Malinowski (1978) e Mauss (1974) que revolucionaram em seus estudos antropológicos a compreensão das relações de

trocas e também das relações econômicas “a partir da observação das sociedades primitivas” (2008, p. 5).

Se não se produz tudo o que se utiliza e consome, alguém produz, portanto, há a troca. Se utilizamos serviços de outrem, trocamos. Entre tantos mecanismos e espaços histórica e socialmente construídos para a realização das trocas pelo homem, estão os mercados públicos. (SERVILHA, 2008, p. 230)

Dessa forma, Dantas (2007) concorda que é fundamental que exista meios de se conectar produção e consumo para que alimentos, objetos e mercadorias produzidas sejam efetivamente distribuídos e consumidos. Para Marx (1974, p. 118), “a distribuição é um produto da produção”, pois é ela quem determina a participação dos indivíduos no consumo, ainda que sua articulação se dê na produção”.

#### 4.3 PARA ALÉM DO ECONÔMICO

As feiras livres são elementos fundamentais na vida dos agricultores e dos municípios abastecidos por elas. Para além de interesses econômicos, estão presentes nas feiras outras tantas atividades e “arranjos sociais” (Servilha, 2008, p. 23). Seus feirantes e frequentadores não podem ser enquadrados apenas dentro da “racionalidade estruturada na objetivação econômica” (Servilha, 2008, p. 23). Existe sempre, traços marcadamente locais, associados à cultura e às tradições dessas comunidades.

Araújo (2004), ao tratarem das características que historicamente se perpetuaram, tanto dos mercados quanto das feiras, afirmam que o papel que esses espaços cumprem em muitas sociedades ultrapassa o econômico e comercial, e que o significado como um local de trocas imateriais através de manifestações culturais e aprendizado, se fortalece à medida que favorecem o surgimento dos laços de sociabilidade.

A compreensão do mercado como lugar de trocas sociais, culturais e histórica é resultado da contribuição de antropólogos, historiadores e geógrafos. Dentro desse contexto, Fernand Braudel, em “O jogo das trocas”, trata das trocas de forma

geral, e não apenas das diretas como geralmente são abordadas nas ciências sociais. Além disso, Geertz (1979), assim como Braudel (1999), engloba neste mesmo conceito de troca qualquer relação ou operação em que dois ou mais indivíduos troquem algo, envolvendo ou não dinheiro como moeda.

Ao abordar a história das trocas com a preocupação de compreender as relações econômicas na vida social da Europa, apresentou de forma muito clara a importância social do mercado, como instituição e como espaço físico para a vida dos homens, onde estratégias de sobrevivência e relações de laços sociais são construídas e intercambiadas, assim como manifestações e valores culturais desfeitos, metamorfoseados ou consolidados. A relevância dos mercados, assim como das feiras, espaços utilizados pelo homem para a troca, vai muito além da econômica no jogo das trocas (Servilha, 2008, p. 23).

Partindo dessas significações, percebemos que o sentido mais comum dado ao termo e espaço que ele representa como feira se relaciona com a venda, troca e exposição de mercadorias onde também são estabelecidas relações socioculturais. Assim de acordo com Ribeiro et al. (2007b) as feiras livres constituem um espaço diversificado onde ocorrem desde negócios financeiros a apresentações culturais, além de se constituir um espaço para colocar em prática programas de desenvolvimento rural.

Ademais de toda significação sociocultural que o fazer e estar na feira carrega consigo, as relações presentes na feira são distintas daquelas vivenciadas ao entrar em redes de varejo consagradas, onde o máximo de interação que existe é no momento de efetuar o pagamento, portanto, a escolha do produto nada tem a ver com as qualidades contadas por quem o produziu. Na feira é diferente, os consumidores são levados a escolher, sem pressa, produtos indicados por seu produtores ou por conhecidos que vão encontrando ao longo do percurso, “as conversas entre as pessoas que circulam no local fazem parte dos sons. É recorrente encontrarmos casais e crianças (filhos) andando pelos pavilhões consumindo, olhando ou dialogando” (OLIVEIRA, 2015, p. 31). Dessa forma, as relações de confiança e amizade resultantes das trocas e conversas com os feirantes vão sendo construídas e modeladas, e uma relação “descontraída

predomina entre a degustação e o “pegar, sentir” um produto.” (OLIVEIRA, 2015, p. 31).

Para olhares externos e sem qualquer tipo de proximidade, as feiras livres de Diamantina, como qualquer outro mercado ou feira, se assemelham a um “verdadeiro caos” (GEERTZ, 1989, p. 197). Os olhares distantes deste emaranhado de significados que representa o espaço da feira, custosamente se dará conta da “complexidade de relações estabelecidas, alicerçadas no desejo dos homens de trocar” (SERVILHA, 2008, p. 40). A descrição de Geertz (1989) das impressões do bazar de Sefrou no Oriente Médio, nos retrata o que existe por dentro deste caos.

[...] centenas de homens, este em farrapos, aquele em túnica de seda, o outro em algum traje camponês exótico, amontoados em becos, agachados em cubículos, moendo em praças, gritando na cara um do outro, sussurrando aos ouvidos um do outro, sufocando-se um ao outro num rio de gestos, caretas, olhares – tudo isso envolto num cheiro de burros, um ruído de carros, e uma acumulação de objetos materiais que nem o próprio Deus poderia inventariar, e alguns que possivelmente nem Ele saberia identificar [...] uma confusão de sentidos levada a um tom gigantesco. Para o olhar nativo, tudo isso parece igual, mas com uma diferença essencial. Incorporada a toda essa alta comoção, e de fato realizada por ela, está, com exceção (talvez) da Revelação, a força organizadora mais poderosa da vida social: a mbadla ("troca") (GEERTZ, 1989, p. 197).

As feiras são mais que pontos de comercialização da agricultura familiar. Nelas circulam bens, culturas e pessoas; além de pontos de vendas, são encruzilhadas entre a economia e a cultura, são retratos totais dessas sociedades rurais, são lugares de encontro e articulação política, são espaços vitais para as muitas agriculturas familiares do vale do Jequitinhonha. (RIBEIRO, 2007).

É também a partir de toda essa visão romantizada, construída ao longo dos anos das feiras através de trabalhos que em sua maioria tem como sujeito os consumidores e sua relação com as feiras, com os feirantes e com os alimentos, apontando questões como o enraizamento, reciprocidade, do resgate do tradicional e do fomento à soberania e segurança alimentar, que nasce o nosso interesse de trazer a tona a real viabilidade das feiras para agricultura familiar atrelada ao que os agricultores, sujeitos ativos desse espaço, encontram de dificuldades e facilidades

no acesso e permanência nesse espaço, culminando na análise de sua viabilidade ou não para estes sujeitos.

#### 4.4 O UNIVERSO DA FEIRA E SEUS ATORES

Braudel (1996, p. 247), ao demonstrar o funcionamento de algumas feiras, as caracteriza como um ambiente “aparentemente desorganizados e caóticos, os mercados e as feiras possuem uma lógica própria bastante complexa, com relações das mais diversas”. Assim também como Servilha (2008), ao descrever os sujeitos presentes nas feiras e a atmosfera que se forma, aponta que nelas estão presentes os mexeriqueiros e as mexeriqueiras, os acordos de família, as expressões e frases típicas, o ruído, o alarido, a música, a alegria popular, trupes de atores, representações teatrais, jogatinas, diversão e tumulto.

Tal como descrevem os autores, ocorre nas feiras livres de Diamantina. Ainda que entre elas existam diferenças históricas e espaciais ao mesmo tempo em que aparecem similitudes como é o caso de sua periodicidade semanal, na Feira do Mercado Velho a estrutura física é fixa, em local estruturado para receber feirantes e consumidores além do espaço físico ser historicamente consagrado como ponto mercador e os feirantes tem origem regional, enquanto que a feira do Largo Dom João, de implantação mais recente, acontece nas ruas ao lado da rodoviária que a cada domingo tem o trânsito interrompido para receber a estrutura da feira com suas barracas desmontáveis e palco móvel, além dos feirantes, que são apenas os do município e povoados. Ambas são caracterizadas por seus próprios feirantes como local de diversão, onde alguns deles vão à feira simplesmente para o divertimento, como relatado na entrevista quatro, ou ainda um local para conversar com pessoas diferentes, como é o caso dos entrevistados de número 7, e também como (citar outra fala que caracteriza a feira para além do comercial, econômico).

Em Bromley, Symansk e Good (1980) os autores mostram que a periodicidade destes mercados - e aqui nos interessa compreender as feiras livres semanais - pode ser explicada pela identidade dos produtores; assim, estes desejam negociar apenas em alguns dias na semana para não quebrar a continuidade dos trabalhos na produção de alimentos. Mesmo em localidades que existem os

mercados diários, os mercados periódicos coexistem e apresentam uma importância econômica tão grande quanto os estabelecimentos fixos (DANTAS, 2007).

Ainda assim, o imediatismo que caracteriza a sociedade contemporânea, exige uma adaptação dos agricultores familiares para atender às demandas do mercado e dos consumidores. Dessa forma, compreender esse movimento e o impacto causado na manutenção da identidade social do agricultor se faz necessário à medida que as interações entre o campo e a cidade recriam o rural.

Nesse sentido, Anthony Giddens, em “Modernidade e identidade”, suscita análises relacionadas à concepção de identidade e sua transformação na contemporaneidade a partir da ruptura com “uma ordem dita tradicional” (DIAS, 2005, p. 87).

A discussão tem início com o reconhecimento de que, em uma sociedade tradicional, a identidade social dos indivíduos é limitada pela própria tradição, pelo parentesco, pela localidade. A modernidade, caracterizada como uma ordem pós-tradicional, ao romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade “móvel”, mutável. É, nesse sentido, que, na modernidade, o “eu” torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois aonde não existe mais a referência da tradição, descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades abertas, de escolhas. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planejamento estratégico da vida assume especial importância (DIAS, 2003, p. 87).

Ao mesmo tempo em que o sujeito do campo, no nosso caso o agricultor familiar, ao encontrar dificuldades e se encontrar enredado na realização das múltiplas funções dentro do universo do meio rural – agricultor, transformador, vendedor e administrador - para atender a esse dinamismo da cidade, ele alcança uma liberdade ao poder tomar as decisões de acordo com suas necessidades. É apenas através desse tipo de mercado, um mercado direto e de cadeia curta, que os produtores rurais podem negociar seus produtos e até mesmo trocá-los por outros produtos para completar a necessidade da família de um produto que não produzem.

O mercador capitalista definido por Marx, que parte do dinheiro D, adquire a mercadoria M para retornar regularmente ao dinheiro, segundo o esquema DMD: 'Só se separa do dinheiro com a segunda intenção de recuperá-lo.' O camponês, pelo contrário, vai o mais das vezes vender seus gêneros na feira para imediatamente comprar aquilo de que necessita; parte da mercadoria e a ela retorna, segundo o itinerário MDM. Também o artesão, que tem de procurar o alimento na feira, não permanece na posição de detentor de dinheiro (BRAUDEL, 1998, apud Servilha, 2008, p 25).

Tendo em vista suas facetas que remetem a adaptação, principalmente à demanda de mercado, mas igualmente as possibilidades dos produtores, as feiras estão longe de serem consideradas instituições de trajetórias únicas, simples e lineares, pois sua sobrevivência ao longo da história depende exatamente dessa dinâmica "socioeconômica de coexistência entre o tradicional, o arcaico e o moderno". (SERVILHA, 2008, p. 26).

"Embora seja também um espaço de agricultores, feira não é uma atividade como a lavoura; tem necessidades próprias: feira exige o "juízo, a vivacidade de espírito, o cálculo e o risco" (GARCIA, 1984, p. 149), demanda talentos diferentes, como a arte da conversação e a dedicação continuada, e é, definitivamente, um espaço de socialização. (FORMAN, 1979; HEREDIA, 1979; GARCIA JUNIOR, 1983). Mas isso não foi observado apenas no Nordeste. As feiras do Sul do país têm quase o mesmo caráter, pois feirantes se integram à sua clientela e transformam a feira livre no seu espaço profissional de atuação, com atendimento especializado para clientes de perfil diferenciado (SACCO dos ANJOS et al., 2005).

Conquanto, Braudel (1998), Servilha (2008) e Sato (2007) destacam que as mercadorias presentes nas feiras, em sua maioria são produzidas pelos próprios feirantes, ou seja, o produtor também assume o papel de vendedor e logo de gerenciador de sua produção, Galizoni (2000) aponta para a presença cada vez mais crescente de outros sujeitos nas feiras, os atravessadores ou intermediários que favorecem a formação de uma longa cadeia de intermediação entre agricultor e consumidor, aumentando a pressão sobre os agricultores que estão na base.

A presença de intermediários nas feiras ocupando lugares dos próprios agricultores feirantes é grande, e nas feiras de Diamantina se tornaram, de acordo com os feirantes, um problema, já que os atravessadores conseguem ter mais

variedade de produtos e logo suas barracas são mais atrativas aos olhos de quem vai à feira de tudo.

O surgimento de atravessadores também é reportado por Braudel (1998) desde o início desses espaços comerciais.

Mesmo com todas as suas características vistas como negativas como a confusão, o estorvo na passagem de pessoas e meios de transporte, os pequenos conflitos, problemas estruturais como limpeza, luz, água, segurança, transporte de mercadorias e sanitários, os mercados e feiras se perpetuam no mundo contemporâneo. Apesar de problemas sérios relacionados aos fatores citados acima, assim como um aumento crescente no número de atravessadores, cuja prática descaracteriza a essência dos produtos historicamente vendidos na feira, ainda percebemos a importância social, cultural e comercial de tais espaços para um número significativo de pessoas. (SERVILHA, 2008, p. 26).

Em vista disso é que podemos abordar outra dificuldade em se manter as feiras livres, que foi mencionada tanto por agricultores feirantes de Diamantina como de Santa Maria, RS: o universo das feiras é complexo, porque o produtor além de ter que organizar a produção, precisa escalonar inovar, buscar formas de responder positivamente ao mercado, quando esse mercado, de certa forma exigente e “viciado” sempre nos mesmos produtos, exige do produtor uma oferta contínua, variada ao mesmo tempo em que monótona, como também descreve Oliveira (2015).

A periodização das feiras, ou seja, a sua ocorrência de tempos em tempos, geralmente semanal em função do período necessário para a produção dos produtos rurais, colheita e organização para a venda, é outra características que se perpetuou ao longo do tempo, como observados por Sevilha (2008) na feira de Araçuaí.

Dessa forma, algumas características marcantes das feiras sobreviveram e se perpetuaram ao longo do tempo, como a presença de intermediários, a sua ocorrência periódica e “as formas de transporte de produtos com carroças e mulas presentes tanto hoje como em relatos de século passados” (SERVILHA, 2008, p. 27). No entanto, não podemos afirmar que o mesmo ocorreu com as relações de gênero. Para Servilha (2008), as relações entre a divisão do trabalho do homem e

da mulher e o papel que cada um exerce na estrutura do mercado, sofreram alterações nas escalas de poder numa escala mais ampla e em função da discussão política de gênero; no entanto, segundo Woortmann (1997), a ordem simbólica do trabalho da mulher ainda se restringe à manutenção da horta e a cozinha, proporcionando sempre alimento para o homem, responsável pela produção que garante o sustento da casa.

## 5 AS DIMENSÕES DAS FEIRAS LIVRES ESTUDADAS

Na caminhada feita até aqui, procuramos demonstrar o contexto das mudanças alimentares ocasionadas pelo processo de globalização e como a insegurança alimentar gerada com a emergência dos impérios alimentares suscitaram o resgate e valorização das formas tradicionais de comércio, como são as feiras livres, para promover um consumo saudável e consciente de alimento.

As feiras livres são uma forma rotativa e solidária de distribuir a produção familiar, sendo, portanto, espaços que aproximam o produtor do consumidor, e assim os agricultores têm a chance de negociar, a possibilidade da diversificação na produção favorece a diversidade da cultura alimentar, comumente desvalorizada pelo incentivo a industrialização da agricultura e da alimentação. A criação de novos canais de comercialização e o fortalecimento e valorização dos mercados já existentes são instrumentos importantes para favorecer a soberania e segurança alimentar das famílias rurais.

### 5.1 DESCRIÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

A história de Minas Gerais é contada com graça e riqueza de detalhes por diversos autores, como acontece no livro organizado por Henriques (2010). Conhecer essa história e o processo de desenvolvimento da região se torna importante para compreender os fatores que influenciaram seu crescimento econômico, além de vislumbrar por quais caminhos se deu esse crescimento.

Minas Gerais começou a ser explorada no século XVI com a chegada dos bandeirantes na região a procura de pedras preciosas. A história do estado, ainda hoje impermeada de contos e controvérsias, versa sobre o avanço das primeiras expedições que visavam à exploração das minas de ouro e diamantes e que se intensificaram ao longo do século XVI até o século XVIII.

Ao descobrir a riqueza da região, a Coroa Portuguesa, em 1711, fundou a primeira vila nas Minas Gerais, onde hoje é o município de Mariana. Com a atenção da coroa voltada para a região, juntamente com seus atrativos naturais e preciosos, houve um rápido crescimento populacional que culminou em curto espaço de tempo

no destaque da região como um importante centro econômico do país. (NASCIMENTO, 2009).

Mesmo atento ao movimento de extração e ao cumprimento das “leis” já estabelecidas em outras províncias para exploração do minério, Portugal implantou formas rígidas de cobrar mais impostos dos minérios extraídos de Minas Gerais e inibiu a expansão de outras atividades que pudessem prover renda e desenvolvimento à província, como a exportação de alimentos, fumo, algodão e açúcar, dificultando, assim, a fixação na região e conseqüentemente, a presença de menos caçadores de ouro.

Ao dificultar a expansão e permanência na província, Minas Gerais só conseguiu estabilizar sua economia em meados da década de 1810 com a comercialização do café produzido na Zona da Mata, foi a partir daí que se tornaram maciços os investimentos em transportes para a exportação do produto para outras regiões. Começa a partir de então o investimento na agricultura, e o investimento de capital privado para a criação de empresas nos setores alimentícios, têxteis e siderúrgico. No início do século XX, o café era o principal produto do país, fazendo com que o estado se tornasse uma das maiores potências, além do estado de São Paulo.

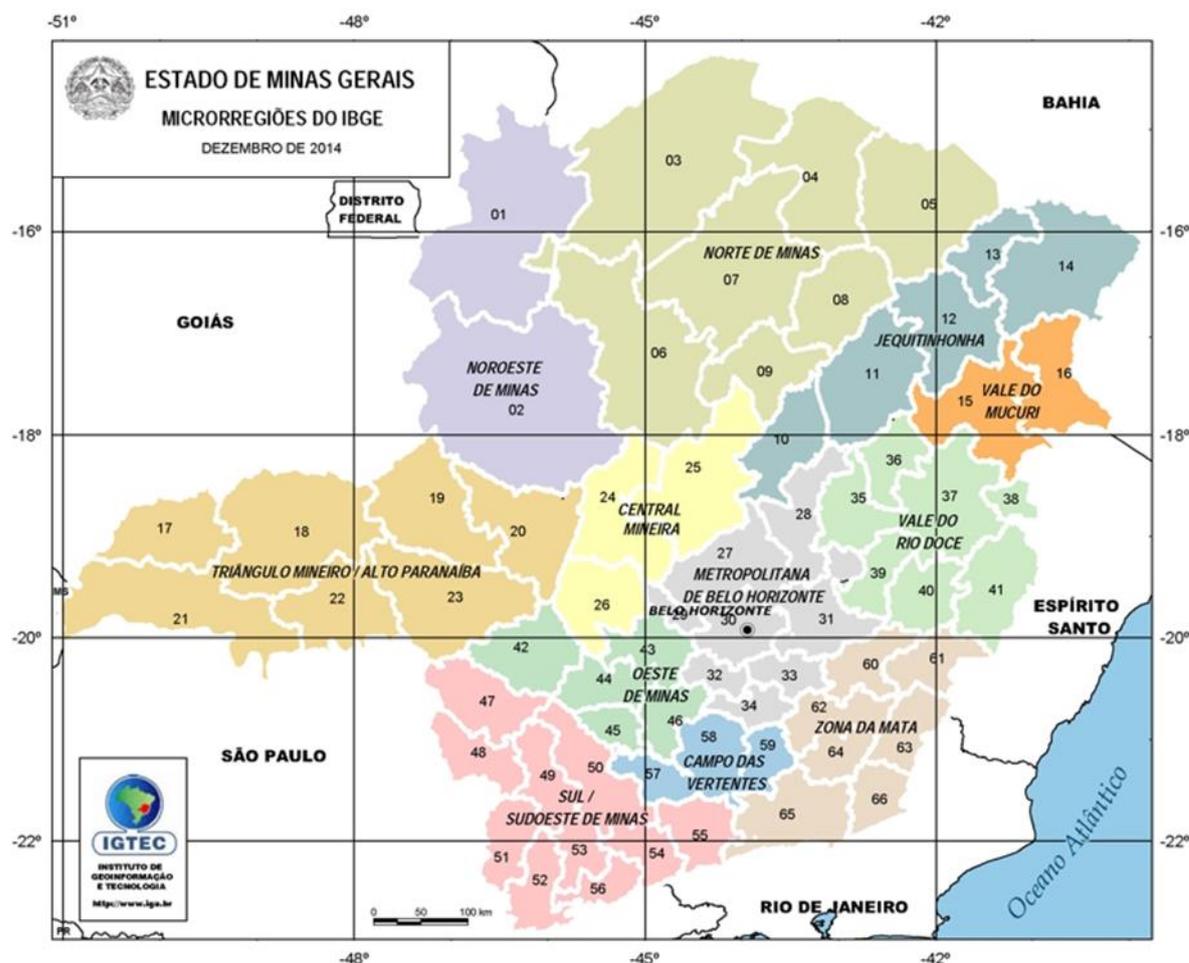
Ainda que em determinado momento da história, a cultura do café foi significativa para o estado, e hoje é a agropecuária que se destaca pela produção de carne bovina, além do milho, soja, cana-de-açúcar e, principalmente, leite e café; o desenvolvimento da agricultura no geral não ganhou o mesmo investimento que a mineração. A economia de Minas Gerais é caracterizada, principalmente, pela atividade mineradora, sendo o principal estado do país nesse setor.

Outro aspecto importante da economia do estado versa ao redor do turismo, em virtude de sua importância histórica que vai desde a capital até as cidades mais interioranas.

### **5.1.1 O Vale do Jequitinhonha**

O estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões e 66 microrregiões, conforme a Figura 1. As divisões são determinadas principalmente pelo processo social em comum presente nas microrregiões (IBGE, 2014).

Figura 2 – Mapa de Minas Gerais e suas subdivisões.



Fonte: Governo de Minas Gerais, 2017.

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha, ainda que subdividido em outras cinco microrregiões – Diamantina, Capelinha, Araçuaí, Pedra Azul e Almenara -, é na verdade amplamente conhecido pelas suas três divisões virtuais - Alto, Médio e Baixo Vale -, conforme Figura 2.

O Vale do Jequitinhonha deriva seu nome por causa do rio Jequitinhonha, que banha os estados de Minas Gerais e da Bahia. O Território abrange uma área de 50.143,249 Km<sup>2</sup> e é composto por uma infinidade de municípios com suas vilas e distritos. A população total do território é de 731.314 habitantes (IBGE, 2014), dos quais que 5,93% do total residem na zona rural (SIT, 2016).

Sua localização a nordeste do estado de Minas Gerais corresponde à parte do semiárido mineiro. Os municípios distribuídos proporcionalmente pelo espaço

regional e de tamanho modesto, estão ao mesmo tempo em um processo ativo de urbanização atrelado à vida rural de expressividade relevante (GARCIA JR., 1983).

Figura 3 – Subdivisões do mesorregião do Jequitinhonha.



Fonte: Polo Jequitinhonha, 2016.

É um território foco de vários olhares que descrevem e contam sua história na tentativa de mostrar que o desenvolvimento da região não se deu apenas a partir da mineração (SOUZA, 2010), embora tal atividade tenha tido um papel percussor no progresso do estado e tenha exercido função primordial para a evolução de outras atividades, como a pecuária por exemplo.

Da mesma forma que os estados do Nordeste do Brasil, o semiárido de Minas Gerais historicamente foi tratado como lugar da pobreza com intenso fluxo migratório sazonal, pequena oferta de emprego, baixa taxa de urbanização e destino de programas públicos descontextualizados com as especificidades locais (GALIZONI, 2000; MALVEZZI, 2007; RIBEIRO et al., 2007a). Entretanto, ao considerar outros aspectos, pode-se afirmar que a região apresenta uma enorme diversidade que se espalha pelos mais variados campos, dos quais se destacam a história, a arquitetura, os aspectos físico-naturais, a riqueza cultural, os hábitos, os costumes e o “saber-fazer” da população, que se manifesta através do artesanato, da religião, das festas populares e da comida (LIMA, 2014).

Como reportado por Souza (2010), Minas Gerais, que ao longo da ocupação de seu território teve diversas atividades desenvolvidas - não só a mineração -, se fez um estado de excepcional pluralidade. No Vale do Jequitinhonha o caminhar não foi diferente.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a pecuária se estendeu das margens do São Francisco até o Baixo Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Enquanto isso foi se estabelecendo uma variada agricultura de subsistência que servia de apoio tanto à expansão da pecuária quanto a uma mineração cada vez mais residual no alto Jequitinhonha. Na primeira metade do século XX, sobretudo entre 1920 e 1940, o norte de Minas chegou a apresentar um substantivo esvaziamento demográfico. Por outro lado, a região nordeste do estado, sobretudo o baixo Jequitinhonha e o vale do Mucuri, caracterizou-se por um acentuado incremento populacional. Entre 1920 e 1950, a população total quase dobrou, aumentando a sua participação relativa no estado de Minas de 7% para 9%, o que indica que a região desenvolvia um conjunto de atividades que atraía e retinha população. Esses dados parecem-me suficientemente esclarecedores do quadro heterogêneo que caracterizava o Vale do Jequitinhonha (SOUZA, 2010, p. 64).

São vários os olhares voltados para a região, e as imagens opostas construídas para mostrar a cara do Vale, são o resultado dessas diferentes concepções acerca do Jequitinhonha. De um lado, a imagem construída nas últimas décadas do século XX decorrente das denúncias de concentração de riquezas em determinadas regiões apontando o Vale como o “Vale da Miséria” (SOUZA, 2010, p.11), e do outro, a exaltação da diversidade cultural presente na região, uma das riquezas do Estado.

[...] estipular e compreender seus limites é algo que não é fácil tendo em vista os diversos recortes dados para estabelecer seus contornos, recortes cujas fronteiras variam de acordo com quem o delimita, sejam agências governamentais e não governamentais, públicas e privadas, institucionalizadas ou não. Não havendo uma delimitação precisa do seu território, o Vale é aquilo que recortam os agentes que lá atuam (SOUZA, 2010, p. 12).

Ademais dos recortes regionais e variantes de acordo com o olhar, dentro do Vale, ocorre a diferenciação de cada uma de suas regiões geográficas devido às atividades que impulsionaram o desenvolvimento de cada uma delas, além do período em que a Coroa portuguesa chegou. Dessa forma, o Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha apresentam características peculiares relativas à sua ocupação e exploração.

No Baixo Jequitinhonha predomina a pecuária extensiva devido à concentração fundiária da região (FILHO, 2009). No Médio Jequitinhonha existe uma mescla entre agricultura, pecuária, resquícios da mineração típica do período de ocupação da região nas últimas décadas do século XVIII, e o desenvolvimento da “nova mineração de grafite, lítio e granito no circuito Araçuaí, Pedra Azul e Medina”. (SOUZA, 2010, p. 22).

No Alto Jequitinhonha, região onde se destaca Diamantina, nosso interesse de estudo tem como principal atividade geradora de riqueza a mineração, o desenvolvimento da região se deu com o avanço dos mineiros que vinham pelo sul do estado e se concentraram da Serra do Espinhaço até onde hoje é a atual cidade de Diamantina “prossequindo para as minas de Goiás e Mato Grosso até início do século XVIII” (SOUZA, 2010, p. 22). Mas num segundo momento, se deu o avanço, ainda que lento, da pecuária, também fazendo parte da história da região, este segundo momento acompanhava o ritmo próprio do passo de boi e fundou as bases de uma organização social, ainda hoje fortemente marcada pelos elementos constitutivos do mundo rural. (SOUZA, 2010).

Arraial do Tejuco, ou apenas Tejuco, como era conhecida a atual cidade de Diamantina, tem a origem de seu nome no Tupi Guarani e carrega consigo o significado de “lamaceiro, charco, terreno encharcado” (CUNHA, 1998, p. 289). Fundada em 1732, foi o arraial sede da Intendência dos Diamantes, criada para garantir os interesses da Coroa Portuguesa na exploração de ouro e diamante, riquezas abundantes naquelas terras. (SEABRA, 2010, p. 86). Com quase três séculos de fundação, passou de povoado a arraial até chegar à organização de município.

Mas a origem da riqueza da região não é proveniente apenas das entranhas das montanhas, a riqueza mineral da região e do município, como conta a Lenda da

Acaica, famosa no Alto do Jequitinhonha, é proveniente das cinzas da Acaiaca, árvore frondoso e símbolo.

A Lenda da Acaiaca se refere a uma árvore frondosa, gigante, conhecida como a protetora do povo Puri que habitava a região. Segundo a lenda, enquanto ela vivesse os Puri existiriam, pois havia uma identidade existencial entre os Puri e a Acaiaca. Cientes desta história, os bandeirantes derrubaram a grande árvore e, logo após, segue a dizimação dos Puri; e do carvão da Acaiaca surgem os diamantes, pedra da riqueza e da maldição (Carvalho, 2010).

“De certa maneira, a lenda sintetiza o processo histórico de formação dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri” (Carvalho, 2010). Contudo, nosso objetivo neste trabalho não é discutir a lenda ao redor da criação do município, ainda que, ela aponte questões fundamentais que elucidam as bases econômicas do município como a exploração mineira de pedras preciosas.

Diamantina, localizada no Alto Jequitinhonha, tem 3 892 km<sup>2</sup> (IBGE, 2014) de extensão divididos entre a sede e seus 11 distritos. A população territorial em 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), era de 45 880 habitantes. A região possui vegetação árida, com presença marcante dos campos rupestres. No alto da Serra dos Cristais, também localizada no município o monocultivo de eucalipto ou desertos verdes como são chamados pela população, já integram a paisagem da região, modificando rapidamente a dinâmica econômica da cidade que tem representação forte na exploração de ouro e pedras preciosas, além do turismo intenso no município. (SEVILLHA, 2008)

A economia da região gira ao redor de um misto de atividades que vão desde o turismo até o extrativismo. Apesar de Diamantina ser o município polo do Alto Jequitinhonha, por sua localização e importância econômica, a agricultura e pecuária representam um menor impacto econômico no município do que os aspectos culturais e turísticos que estão mais em evidência, e conseqüentemente configura o foco de projetos, recursos e políticas de incentivo.

A mineração e o comércio eram as atividades que geravam mais empregos. Com a decadência econômica da mineração no final da década de oitenta, e o baixo dinamismo do setor de comércio e de serviços, Diamantina

passou a acreditar que o turismo poderia ser o novo vetor de desenvolvimento e crescimento local (MENDONÇA, 2005, p. 03).

Mesmo a mineração e o comércio responsáveis durante um longo período de tempo pela geração de renda e emprego na cidade, Diamantina sempre se mostrou com aptidão ao turismo por apresentar um vasto acervo cultural e histórico que se fortaleceu com o tombamento em 1938 como patrimônio cultural nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) (MEDAGLIA, 2013), e logo a confirmação da importância cultural veio com a declaração da UNESCO em 1999, considerando a cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade (ALBURQUEQUE, 2012). Ademais, Mendonça (2005, p 01) conclui que o “o turismo é a principal atividade econômica da cidade e que tem contribuído com o crescimento econômico e do emprego em Diamantina.”. Além disso, a cidade faz parte do circuito da Estrada Real, sendo uma das portas de entrada para o circuito que era rota de escoamento de diamantes e ouro garimpados na região.

A região também se destacou no século XIX pelo intenso movimento dos tropeiros que hoje são figuras históricas que ilustram o imaginário dos turistas que caminham pelas ruelas de Diamantina e, são os precursores das feiras livres de produtos rurais na cidade.

[...] lá, a mercadoria era vendida aos comerciantes por atacado, pessoalmente ou por atravessadores que ganhavam porcentagem. Os tropeiros voltavam levando encomendas como objetos de ferragem, louças, perfumes, fazendas e, alguns credenciados, até mala de correio (Martins, 2006, p. 153).

O “antigo sistema de circulação”, assim denominado por Martins (2006, p. 141), correspondia à combinação entre as tropas com carros de boi e caravanas de muares para o transporte de pessoas e mercadorias conduzidos por alguns homens denominados tropeiros. Era esse mesmo homem ou seu ajudante, chamado de arrieiro, quem negociavam as mercadorias com comerciantes e moradores dos locais de destino das tropas. Esse sistema perdurou por décadas e somente na década de 1960 é que as tropas deixaram de ser na região o principal meio de

ligação comercial entre as cidade e seus respectivos povoados entre os município do Vale do Jequitinhonha.

Martins (2006, p. 140),

No decurso da primeira metade do século passado, afluíam diariamente a Diamantina tropas vindas de todos os quadrantes regionais. Na cidade, era muito frequentes a passagem de tropeiros de localidades vizinhas. [...] O movimento intenso das tropas no Mercado Municipal de Diamantina, nas primeiras décadas do século XX, refletiu significativamente na composição das rendas auferidas pela Municipalidade.

Muito mais do que a produção pecuária de abastecimento, a exploração de Diamantes era a fonte das grandes fortunas da região, portanto, nesse contexto, as tropas se mantinham exercendo seu sentido econômico e social, e “o tropeirismo continuou a ser fator de articulação econômica do intercâmbio comercial entre Diamantina e as comunidades sob sua influência”, (MARTINS, 2006, p. 147).

Como já citado, embora o setor agropecuário na região permaneça, ainda hoje, em um plano secundário, assim com o foi desde o século XVIII, e essa condição ser relacionada ao aspecto geoambiental da região, que possui uma topografia irregular característica de campos rupestres, com solos rasos e arenosos, a partir de 1960, como demonstrou MENESES (2000) e foi relatado por MARTINS (2010 n.p.).

[...] a produção de “gêneros do país” ao redor desse núcleo urbano ocupou diversas propriedades e expressivo número de braços nos tempos coloniais. As atividades agropecuárias e de beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal foram significativas na história do Alto Jequitinhonha, concorrendo para que rumassem ao mercado do Tijuco/Diamantina, cereais, açúcar, rapadura, aguardente, farinhas de milho e mandioca, toucinho, queijos e gado em pé.

Reconstruir todo esse cenário histórico nos permite visualizar as bases da economia do município desde o século XIX, e dessa forma compreender como se desenvolveram as formas de comercialização de produtos oriundos do meio rural ali, e também como as feiras surgiram e assumiram um importante papel no

escoamento do excedente da produção agropecuária da cidade. A exploração de diamantina pela Coroa Portuguesa constituiu a principal atividade econômica, assim, a agricultura na região era uma atividade secundária e com característica de produção para subsistência. Dessa forma, a atividade tropeira se tornou essencial para abastecer o Distrito Diamantino. A agricultura na região ainda tem um lugar secundário na economia da cidade, no entanto, as manifestações das feiras livres, em especial a feira do Mercado Velho, tem origem no movimento dos tropeiros para suprir a necessidade de abastecimento e troca de mercadorias no município.

## 5.2 AS FEIRAS LIVRES DE MINAS GERAIS

No Brasil, é a região Nordeste que mais concentra estudos sobre as feiras livres, desde estudos relacionados à identificação de consumidores e suas preferências (CRUZ, 2008), alguns que tratam dos aspectos sanitários das feiras livres (LIMA, 2014), até aqueles que analisam o espaço da feira na perspectiva do espaço geográfico (Dantas, 2007) ou na perspectiva dos aspectos socioeconômicos (ALVES, 2008). Estes autores concordam quando descrevem que a presença nesse espaço se caracteriza também como uma estratégia de reprodução social dos agricultores familiares e que a feira livre é apenas mais uma das pluriatividades do campo. “A feira complementa a sobrevivência, mas exige dedicação, e é necessário construir um bom nome no mercado, uma boa relação com vizinhos, consumidores, poder público. Por isso, ela é um retrato total da sociedade rural.” (RIBEIRO, 2007b, p. 87). “De negócio só não dá, de agricultura só não dá”, sintetizou o feirante entrevistado por Garcia Jr. (1983).

O mesmo é observado na cidade de São Paulo por Dantas (2007), lá as feiras livres são uma das formas mais tradicionais de comercialização de alimentos em pequenas quantidades, com melhores preços e variedade, sem significar alimentos de qualidade inferior, o que atrai bastante a população de regiões mais periféricas. No entanto, Escola (2005) e Oliveira (2015) discordam dessa percepção periférica das feiras, para estes autores, as feiras, principalmente aquelas em que os feirantes priorizam uma produção que incorpora práticas de conservação ambiental e proteção à saúde humana, como é caso das feiras de produtos orgânicos, se tornaram um canal de comercialização diferenciado de alimentos, com agregação de

valor aos produtos e mesmo assim atraindo todos os públicos. Em algumas localidades a comercialização destes produtos, quase sempre certificados<sup>2</sup>, se tornou um nicho de mercado e com acesso limitado em função dos preços praticados.

Em Minas Gerais, Ribeiro afirma que:

A feira livre é uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais, principalmente no norte, nordeste e noroeste do Estado. Ela faz parte da economia e da cultura dessas regiões: abastece as cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoar a produção dos lavradores e aquece o comércio urbano com as compras dos feirantes (RIBEIRO, 2007b, p. 83).

No Alto Jequitinhonha, desde a década de 1980 os agricultores buscam mercados distantes para comercializar sua produção, mas os dissabores presentes nas experiências de comercialização à distância, com o pouco valor agregado, alimentos perecíveis, despesa com transporte, inviabilizam a prática. E é exatamente neste sentido que as feiras livres exercem um importante papel na criação de ocupações em uma região com alta taxa de migração sazonal como é o Jequitinhonha.

Nos últimos cem anos, migrar faz parte do cotidiano dos agricultores no Jequitinhonha, que viajam em busca de empregos e migram desde o final do século XIX para trabalhar nas lavouras de café situadas no leste de Minas Gerais. Na década de 1950 deslocavam-se para São Paulo na safra do algodão e para o Paraná na fronteira agrícola. Na década de 1970, Belo Horizonte e a capital paulista eram o destino para se empregarem na construção civil; e nos anos de 1980 até os dias de hoje, se dirigem para o interior paulista no período do corte de cana de açúcar. Nesse contexto, a migração pode ser compreendida como estratégia de reprodução e trabalho, além de se relacionar com a terra e as relações familiares ligados a condições estruturais e simbólicas, como é o caso da “escassez de terra,

---

<sup>2</sup> A Certificação é o processo pelo qual produtos ou serviços recebem um selo de qualidade pela performance superior ou especializada em relação a outros produtos ou serviços concorrentes (ESCOLA, 2005).

exaustão do ambiente, amealhamento de recursos, conhecimento de mundo” (GALIZONI, 2000, p. 57).

De acordo com Ribeiro (2007a, p. 83), “em todos os municípios do vale do Jequitinhonha mineiro existem feiras”. Ainda segundo o autor, as mais antigas e tradicionais acontecem aos sábados. Fenômeno este diferente do observado por Sato (2007) na cidade de São Paulo, onde ocorrem feiras de terça a domingo de forma itinerante e em espaços públicos de bairros com características socioculturais diferentes, por Palmeira (2014) na região da Zona da Mata de Pernambuco onde as feiras aconteciam aos domingos, e por Lucena (2011), que relata toda a preparação ao redor do evento que é ir à feira aos domingos em Ouro Brando, RN.

Conforme o autor,

Ali, dia de domingo é dia de mudança de cenário. É dia de colocar aquela “roupa de domingo”, de ir à missa, de girar e girar em volta da praça, de paquerar, de tomar aquela boa cachaça no bar de Dedezinho e, sobretudo, dia de ir à feira-livre. Fazer isso é mais que cumprir uma obrigação, é quase um ritual que se inicia com o despertar nas primeiras horas do dia ao som do cantar do galo ou das visitas vindas das comunidades rurais circunvizinhas que, com sua conversa alegre e sorriso frouxo esperam o preparo do tão saboroso e cheiroso café a ser tomado em volta da comprida mesa devidamente posta (LUCENA, 2011, p. 02).

Aos sábados, durante a madrugada, os feirantes vão chegando à cidade levando à feira a produção da semana “que, no longo “tempo-da-seca”, parecem ser milagres renovados” (RIBEIRO, 2007a, p. 83). As feiras do Alto Jequitinhonha são conhecidas pela variedades que ali chegam e variam ao longo das estações do ano em função das chuvas, do tempo das águas.

Nela a oferta é variada: no “tempo-das-água”, os lavradores vendem mantimentos saídos da lavoura, como milho e feijão verdes, ou produto das criações, como leite fresco, queijo, requeijão e doce de leite e, principalmente, os frutos da coleta – pequi, jatobá, panã, jaca, marolo, cagaita, coquinho-azedo, mangaba, coco-sapucaia, que aparecem nas praças de mercado de novembro a fevereiro. Começa o “tempo-da-seca” e a oferta muda, e aparecem os produtos com valor agregado, processados no sítio, como farinhas, cachaças e doces; mas principalmente, é a época

dos produtos das hortas, que exigem muito trabalho, enchem os cestos dos feirantes e os olhos dos fregueses (RIBEIRO, 2007a, p. 83).

Os espaços ocupados pelas feiras ao longo do Jequitinhonha se moldam às necessidades e característica da localidade. Servilha (2008) observa que em Araçuaí, o mercado com mais de 300 pontos não é suficiente para comportar o movimento dos feirantes e consumidores. Em Veredinha, Ribeiro (2007b) descreve que a pequena feira caberia no espaço equivalente a uma quadra de futebol de salão e em Almenara, os feirantes se estendem por cinco quarteirões. Em Diamantina essas duas realidades se fundem, na feira do Mercado Velho, o espaço disponível não é suficiente para abarcar todos os feirantes e o espaço ao redor do mercado é ocupado, com maior ou menor movimento dependendo da época do ano. Já no Largo Dom João, um único quarteirão da via pública é suficiente e na atualidade, sobram barracas.

Os agricultores, ao se organizarem para feira, vão para cidade com outros anseios além da venda, pois as feiras são também pontos de encontros desses agricultores com os mercados, para vender, comprar, barganhar, fazer trocas econômica, culturais e tão importante quanto às outras ações, estão presentes naquele espaço para socializar “no grande evento social que é a feira livre” (RIBEIRO, 2007b, p. 83).

Os autores citados acima para a construção desse referencial teórico ao redor das feiras contribuíram para a compreensão das relações existentes dentro do espaço da feira para além das trocas econômicas ou monetárias, é necessário perceber como o desenvolvimento e evolução deste espaço é condicionado à existência das relações sociais presentes ali presentes com “suas diferentes racionalidades e subjetividades” (SERVILHA, 2008, p. 42). Essa linha de raciocínio nos permite compreender que as feiras livres de Diamantina não podem ser analisadas apenas sob a ótica do viés econômico desvinculada do contexto social em que foram criadas e do contexto em que até hoje funcionam.

Relações de troca são influenciadas por racionalidades econômicas, mas não determinadas por elas. Faz-se necessária, portanto, a análise do mercado e de suas relações, alicerçadas não apenas nas atividades comerciais, mas também, e de forma tão relevante quanto, nas práticas não

comerciais. O mercado é um espaço cultural, onde as produções de representações e interpretações coletivas da realidade são construídas. (SERVILHA, 2008, p. 43)

Dessa forma, compreender em qual o contexto histórico que o Mercado Velho se transformou no espaço turístico, cultural e de trocas econômicas hoje conhecido como a Feira do Mercado Velho, ou como a feira do Largo Dom João abriga associações e não feirantes individualizados é essencial para nossas análises.

Um olhar mais atento sobre a história de Diamantina e particularmente a evolução das formas de comércio no município, sobre a maneira como se estruturou e a construção das relações sociais, ajudará a compreender a importância da feira livre para a região.

Partindo desse ponto, Dantas (2007, p. 41) entende que:

[...] as formas de comércio existentes no âmbito da cidade, dentre elas a feira, são resultantes das dinâmicas que subjazem à produção e reprodução do espaço, este entendido como meio e condição para a reprodução da vida humana em todas as suas dimensões. Desta forma, na medida em que o espaço se constitui num produto em permanente processo de transformação, faz-se necessário relacioná-lo com a sociedade que o produz.

E podemos entender que as formas espaciais com sua função e estrutura mudam a cada momento em que a organização social muda, ou seja, “elas contêm a existência social – são criadas pelas relações sociais e, ao mesmo tempo, as produzem” (OLIVEIRA; MORAES, 1996, p. 99).

Em cada momento histórico, as diferentes formas de comércio na cidade, sejam elas modernas ou tradicionais, tiveram grau de importância em função da atividade econômica característica da época e contribuíram para a produção e reprodução social naquele espaço. Ao constatar essa relação, concordamos com Dantas (2007, p. 42) quando ele afirmar que “[...] o comércio na cidade se constitui num elemento que precisa ser analisado levando em consideração à compreensão dos processos que ocorreram na cidade no conjunto da sociedade”, e também com Silva (2003), que afirma a necessidade de uma escolha estratégica da localização do comércio através da observação das relações comerciais, as mesmas que

possibilitam identificar as dinâmicas e processos de reprodução da sociedade e da cidade.

### 5.3 AS FEIRAS LIVRES DE DIAMANTINA

Descreveremos aqui a estrutura física e organizacional das feiras de Diamantina como proposta para se construir uma visão geral do ambiente estudado.

#### 5.3.1 A Feira Livre do Mercado Velho

Construído no século XIX, o Mercado velho foi tombado em 1999 como patrimônio mundial da humanidade pela Unesco assim como o resto do conjunto arquitetônico da cidade, e se transformou em um centro cultural disponível para realização de eventos culturais, gastronômicos e comerciais.

Foi erguido em 1835 para servir como ponto de apoio para os tropeiros que passavam ou tinham Diamantina como destino final das tropas de comércio. Antigamente vinham as tropas e arranchavam na praça e o Tenente Cassimiro Lajes, comerciante da cidade, criou essa intendência com a função de pouso para os tropeiros. Os animais ficavam amarrados nos postes externos enquanto os tropeiros vendiam as mercadorias internamente no espaço do Mercado Velho, de onde também vem o nome de mercado dos tropeiros.

No ano de 1890 foi definida e registrada a finalidade principal que justificou sua criação: garantir a emancipação do povo da “tutela dos monopolizadores”. No entanto, o Mercado Municipal de Diamantina jamais conseguiu cumprir a contento tal finalidade.

O Decreto de 3 de julho de 1895 publicado no jornal O Município, ano I, n. 35, 6 de julho de 1895, que determinou o funcionamento do Mercado, estabeleceu que os gêneros alimentícios fossem vendidos livremente pelo tropeiro, repartidamente entre consumidores e comerciantes, e que só haveria a venda por atacado depois de findo o prazo de 24 horas, contadas do momento da exposição dos gêneros. Entretanto, a letra da lei, que privilegiava a garantia de abastecimento a preços módicos aos consumidores locais de menor renda, foi recorrentemente

desrespeitada pelos próprios fiscais e diretores do Mercado, sob a pressão dos comissários das maiores casas comerciais de Diamantina.

Figura 4 – Mercado Velho de Diamantina no período dos tropeiros.



Fonte: Acervo de Jorge Vasconcelos.

É então em 1997 quando o galpão de arcadas rústicas e um dos principais símbolos históricos da cidade foi restaurado, que surge a Feira Livre do Mercado Velho.

A feira oferece desde quitandas<sup>3</sup>, produtos da agricultura familiar, artesanato, pratos de comida típica da região a entretenimento cultural. Dessa forma o tradicional mercado se configurou como mais do que um simples comércio, muito em função de suas apresentações culturais e a identidade que assumiu como ponto histórico da cidade.

A feira que acontece no mercado “construído, mantido e zelado pelos cofres municipais” (RIBEIRO, 2007a, p. 142) tem seu funcionamento aos sábados pela

---

<sup>3</sup> Em Minas e Goiás chamam-se quitandas os pães de queijo, os biscoitos de polvilho, os bolos, as roscas, as broas e demais guloseimas, servidos como lanches ou cafés da manhã.

manhã em função do turismo na cidade. Ao mesmo tempo em que a feira se torna um atrativo a mais, é aos sábados que o turismo se expressa mais fortemente na cidade, dessa forma, o turista ao conhecer o Mercado Velho tem a possibilidade de interação com a feira, movimentado o mercado e empolgando os feirantes, já que os turistas quase sempre acabam levando artesanatos e provando os pratos da culinária local vendidos na feira. Paçoca de carne e feijão tropeiro não falta, afinal de contas, eram também as comidas carregadas pelos tropeiros durante os dias de viagens.

Figura 5 – Mercado Velho no ano de 2016.



Fonte: acervo pessoal, 2016.

Sábado pela madrugada já é possível perceber a movimentação dos feirantes montando suas bancas e enchendo o mercado de cores, sabores e sensações. Desde 2014 foram desenhadas bancas para funcionarem como postos de venda móveis e exclusivos para a feira. Como são móveis, os feirantes são responsáveis por montar, desmontar e guarda-las. As bancas móveis, diferentes das fixas utilizadas

antes de 2014 resultaram das reivindicações dos feirantes velada pelo preconceito que existia, dado que durante a semana o espaço do mercado era ocupado por *hippies* que chegavam à cidade para a venda de artesanatos, principalmente em período de alta temporada de turismo. Assim, embora as bancas sejam patrimônio da prefeitura, cada feirante é responsável pela sua e devem providenciar que fiquem guardadas fora do horário da feira, assim, aquele espaço é erguido e desmontado a casa semana.

Dessa atual organização e responsabilidade com o espaço, surgiu uma nova oportunidade de bico<sup>4</sup>: o montador e guardador de bancas, tarefa realizada por aqueles feirantes que residem próximo à feira ou para aqueles que possuem carro próprio com capacidade para carga de mercadorias.

Existe um feirante que tem um caminhão então ele cobra R\$50,00 por mês pra guardar as mesas<sup>5</sup> e trazer de quem quiser. Só quem tem carro pra transportar que leva pra casa. [...] na época que surgiram essa bancas, tiveram quatro ou cinco produtores que ficaram sem vir porque não tinham como transportar ela, não tinham como levar, como trazer. (FM 5, 2016).

Para se tornar feirante no Mercado Velho, não é necessário ser agricultor ou residir em Diamantina. Contam os feirantes, que há 20 anos quando a feira começou, participavam dela boa parte dos tropeiros da região do Alto Jequitinhonha<sup>6</sup>, mas haviam abandonado o comércio via tropas porque os meios de transporte tinham evoluído e estavam mais acessíveis, dessa forma os feirantes foram chegando de todos os lugares do arredor de Diamantina e muitos deles permanecem até hoje, passando seu posto no mercado entre a família. Esse tipo de nepotismo, hoje é um problema entre os agricultores do município, que querem fazer

---

<sup>4</sup> Fazer um bico se refere executar um trabalho freelance, rápido, de curto período e com pagamento à vista sem que seja estabelecido qualquer vínculo empregatício.

<sup>5</sup> Alguns feirantes se refere as bancas de exposição e venda dos produtos de mesa.

<sup>6</sup> O Território Alto Jequitinhonha - MG abrange uma área de 19.578,30 Km<sup>2</sup> e é composto por 20 municípios: Carbonita, Diamantina, Minas Novas, Turmalina, Veredinha, Aricanduva, Capelinha, Coluna, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felício dos Santos, Gouveia, Itamarandiba, Leme do Prado, Presidente Kubitschek, Rio Vermelho, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas e Serro. A população total do território é de 270.516 habitantes, dos quais 97.184 vivem na área rural, o que corresponde a 35,93% do total. Possui 15.089 agricultores familiares, 390 famílias assentadas e 5 comunidades quilombolas (SIT, 2017).

parte da feira, mas não conseguem entrar porque o número de bancas sempre está esgotado, e não há mais espaço.

Com o espaço limitado e o número de bancas insuficiente para satisfazer a necessidade de todos os feirantes interessados em expor produtos e vender sua produção na feira, alguns, quando não desistem, optam por usar o espaço externo do mercado, e geralmente oferecem seus produtos no chão, assim como acontece em Veredinha, Carbonita, Berilo, Francisco Badaró e Virgem da Lapa conforme observado por Ribeiro (2007b, p. 143), contudo, ao ocuparem o espaço externo do mercado, passam a ser marginalizados e rechaçados pelos feirantes de “dentro” do mercado.

Figura 6 – montagem das bancas para a feira do Mercado Velho



Fonte: acervo pessoal, 2016.

O registro de novos feirantes é feito via formulário entregue na Secretaria de Cultura, assim é criada uma lista de espera, e quando uma banca fica livre chama-se o primeiro da lista. Não existe um critério para entrar, apenas é fixo o número de

bancas para cada um dos três segmentos - hortifrutigranjeiros artesanato e gastronomia -, assim, para as bancas vagas no setor de gastronomia, somente um feirante com oferta de produtos desse setor será chamado.

Mensalmente, é pago pelos feirantes uma cota de R\$20,00 para manutenção e limpeza do mercado antes e após a feira, o recebimento da cota e a contratação dos serviços de manutenção é de incumbência da Secretaria de Cultura do município, que também é responsável pela gestão e organização da Feira, ainda que exista uma associação dos feirantes do Mercado Velho, nenhum feirante voluntariamente assumiu a parte organizativa da mesma.

Figura 7 – Comércio na área externa do Mercado Velho



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

### 5.3.2 A Feira Livre do Largo Dom João

A Feira Livre do Largo Dom João existe há pouco mais de cinco anos, mais precisamente, ela surgiu em março de 2012, após dois anos de discussão entre os representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Social, Emater, Procaj, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Produtores Rurais, UFVJM, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Câmara Municipal e principalmente as associações de produtores e artesãos do município. O cerne das discussões ao longo desses dois anos foi sobre a necessidade de se criar um mercado que desse suporte aos agricultores familiares presentes em toda a extensão do município, desde a sede até os distritos.

Localizada no Largo Dom João, o nome da feira tem a origem inspirada na sua localização. O Largo fica em uma das partes mais altas de Diamantina, com características comerciais e residenciais, pode-se dizer que depois do centro histórico, é um dos bairros mais movimentados da cidade, abrigando locais como supermercados, centros de saúde, frutarias, a rodoviária e a Basílica Sagrado Coração de Jesus. Ainda que Diamantina tenha expressividade no turismo, se destacando pelo conjunto arquitetônico das diversas igrejas, a única que possui regularidade de funcionamento e celebração de missas é a Basílica, e tradicionalmente, aos domingos, ocorre a missa e logo depois a feira passa a ser ponto de encontro e local de compras da população. A concentração de todas essas atividades contribuiu para que a instalação da feira ocorresse ali. A proximidade com a rodoviária também foi um fator decisivo para a localização da feira, já que alguns feirantes necessitam de transporte público para chegar a ela, como veremos logo à frente.

Inicialmente participaram compondo o corpo de feirantes 38 associações de produtores rurais e artesão, três associações comunitárias e um instituição filantrópica para levar a população Diamantinense, região e aos turistas, produtos da agricultura familiar, artesanato, gastronomia e música.

A Feira funciona aos domingos, e a partir das 5 horas da manhã já é possível perceber a movimentação dos feirantes chegando e se instalando. Nas primeiras horas da manhã ela geralmente é visitada por aposentados, que não raro chegam instantes após a chegada dos próprios feirantes e, logo após a missa o fluxo de pessoas na feira se intensifica, consumindo rapidamente os produtos disponíveis.

Como esse espaço foi criado com o objetivo de se tornar uma alternativa de comercialização para os agricultores familiares e artesãos via associativismo e cooperativismo, ela possui duas características essenciais para cumprir tal objetivo: a primeira delas é que a feira é destinada para venda da produção e trabalho de sujeitos residentes no território do município, dessa forma, prioriza-se a valorização do trabalho, da produção e geração de renda local; a segunda é sobre a entrada na feira, só é possível via pessoa jurídica sem fins lucrativos, ou seja, estão presentes nas feiras os representantes das associações dos diversos distritos, sejam elas associações de bairro, associações de agricultores, associações de artesãos e até mesmo associações de cozinheiros com os produtos, alimentos e artesanatos dos

associados. Na época de sua implantação, em 2012, o então secretário municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Marcílio Almeida afirmou que a Feira Livre do Largo Dom João era a primeira feira composta apenas por associações no Brasil.

Além disso, a feira possui outra característica peculiar, mas não diferente da realidade encontrada na feira do Mercado Velho, desde sua formação e funcionamento até os dias de hoje, é a prefeitura quem coordena o espaço, assim como recebe as solicitações de novos feirantes, os desligamentos e as reclamações. Houve nos últimos dois anos a tentativa de organizar uma associação dos feirantes do Largo Dom João para transferir a gestão dela para os próprios feirantes, deixando-os menos vulneráveis a mudanças políticas e mais autônomos no processo organizativo da feira, no entanto, tem sido uma tentativa mal sucedida visto que os feirantes não se reconhecem como idealizadores e organizadores do espaço e por isso, ainda preferem a gestão externa, e alguns nem sabem ao certo da existência da associação.

Eles estavam montando uma associação, mas acho que ninguém está querendo responsabilidade, né [...] aí por enquanto está sem associação [...] aí tem o coordenador que dá uma passeada aqui no domingo, dá um incentivo, né, mas associação mesmo não tem ainda não. (FL 1, 2016).

A gestão da feira, mesmo acontecendo via prefeitura preza para que ocorram no mínimo a cada três meses assembleias gerais para tratar assuntos pertinentes ao funcionamento da mesma. Entretanto, as assembleias não ocorrem com essa regularidade e sim quando há necessidade, geralmente associada à entrada de novos feirantes. As assembleias acontecem após o horário de término da feira às 13h, e para sua marcação, foram relatados dois inconvenientes: o primeiro deles se refere àqueles feirantes que vendem muito rapidamente sua mercadoria e no meio da manhã já estão livres, se negando a ficar até o horário da assembleia; o segundo, de abrangência geral tem a ver com a indisposição de permanência na cidade durante o dia todo, no período da manhã na feira e no período da tarde em assembleia.

De vez em quando a gente se reúne, estava de três em três meses, mas agora tem tempo que ninguém se reúne pra falar nada não, o povo não tá

reunindo, porque todo mundo já fica cansado depois da feira e ficar reunindo 2 hora é cansativo, né quando tem algum assunto urgente assim à gente reúne, os feirantes, conversa, resolve. (FL 1, 2016).

No seu início, a participação das associações era fomentada com o subsídio do transporte de cada associação, para isso, semanalmente um ônibus fretado fazia um trajeto específico entre os 11 distritos, carregando produtos e feirantes, e logo ao final da feira, refazia o trajeto levando-os de volta. Na mudança de gestão da Prefeitura que ocorreu no ano de 2012/2013, o subsídio ao transporte dos feirantes foi cortado, o que foi afetando progressivamente a participação de feirantes no espaço, e como relatado por alguns ex-feirantes entrevistados, a participação ficou inviável em decorrência das distâncias entre os distritos e Diamantina e a precariedade no transporte público para a sede do Município.

As barracas montadas no espaço de comercialização são cedidas pela Prefeitura, que até o ano de 2016 arcava com os custos para montar e desmontar as mesmas. Hoje, cada associação é responsável pelo pagamento deste serviço e a prefeitura continua responsável por ceder o espaço para que as barracas possam ser guardadas ao final da feira.

Assim como na feira do Mercado Velho, aqui também estão presentes feirantes distribuídos em três segmentos – hortifrutigranjeiros artesãos e quitandeiros<sup>7</sup> -. Para a diferenciação entre os segmentos, a cobertura das barracas possuem diferentes cores, sendo as de cores verde para as associações que trazem hortifrutigranjeiros para venda, as barracas de teto amarelo são destinadas a venda de comidas da roça, além de churrasquinho e pastel frito, e as vermelhas são para o artesanato.

A Feira do Largo Dom João começa mais cedo do que a Feira do Mercado Velho e embora o horário oficial do término seja às 13h, nenhum “verdureiro” fica até esse horário porque praticamente já não têm produtos. Quem fica até o final são as bancas amarelas de comida típica, geralmente pastel, caldo e feijão tropeiro, e as bancas vermelhas que sempre cheias de artesanato, aproveitam até o último momento para atrair consumidores.

---

<sup>7</sup> Que produzem e vendem as quitandas em mercados locais e mais comumente nas feiras livres.

Para começar a comercializar na feira, só é possível se o feirante fizer parte de alguma associação que já possua barraca no local, ele precisa entrar em acordo com sua associação ou cooperativa para acrescentar a sua produção nas vendas; caso uma associação deseje participar, é necessário preencher um requerimento na prefeitura e o mesmo é avaliado na assembleia geral. Para novas associações e/ou cooperativas, é priorizada a participação daquelas que ofereçam produtos diferentes dos já vendidos na feira, assim, a concorrência entre feirantes não ocorre de forma tão intensa e cria-se um espaço com ofertas variadas ao longo do ano, fator esse muito importante no momento de se pensar estratégias para atrair consumidores para o local.

Figura 8 – As barracas da feira do Largo Dom João.



Fonte: Prefeitura de Diamantina, 2012.

Conforme um dos entrevistados,

Sempre tem gente querendo entrar na feira, principalmente na parte da gastronomia. Com essa crise, eu tive muito pedido, tive alguns de verdura, mas mais de gastronomia, mas é complicado, o pessoal segura muito, o pessoal da gastronomia (*se referindo aqueles que já estão na feira*) é bem firme nesse negócio, mas eles não estão errados porque toda vez que chegou pra mim pedido de barraca amarela era churrasquinho ou feijão tropeiro ou caldo e isso já tem, entendeu! Eles olham lá e o domingo que o pastel tá lotado chega aqui todo mundo querendo vender pastel, então eles têm que defender o deles mesmo, vai ter cinco ou seis barracas de pastel?

Então eu já falei se tiver coisa diferente a gente arruma barraca, mas os pedidos são só os mesmo: churrasquinho, caldo, feijão tropeiro e pastel (SL, 2016).

A criação desta feira demandou um longo processo para motivar o grupo envolvido na sua formação. As principais reflexões partiam da proposta organizativa inovadora. Que significado teria um mercado destinado à participação de associações e cooperativas do município? E da principal dificuldade relatada pelos então feirantes do Mercado Velho, como iriam essas associações se organizar para chegar até a feira? Conforme relatam os feirantes, somente após um longo período de incentivos é que as associações começaram a abraçar a proposta. No entanto, após os cinco anos de funcionamento, nos parece que o processo é ainda mais trabalhoso que o proposto no papel, a participação via associações e cooperativas que parecia significar uma organização prévia daqueles sujeitos, não refletiu na administração da feira, que até o momento segue sendo gerida pela Prefeitura.

Ainda que a gestão da feira continue nas mãos da Prefeitura, para garantir seu funcionamento independente de gestões municipais, foi sancionada a Lei nº 3816 de 04 de Outubro de 2013, que cria a Feira da Agricultura Familiar de Diamantina, dessa forma, a feira foi institucionalizada, mas os recursos para o funcionamento da mesma não, ainda dependem das gestões municipais e o reflexo da falta de recursos já é aparente quando é comparado o número de feirantes hoje com a quantidade de feirantes presentes no início da feira.

### **5.3.3 Quem são os feirantes?**

As feiras livres são espaços que acomodam uma heterogeneidade de sujeitos e frequentadores, que se aproximam por motivos coletivos ou pessoais dos mais diversos. No nosso entendimento, as duas feiras aqui estudadas não fogem desse contexto, pois elas são ocupadas por feirantes que são agricultores e atravessadores, vivem perto e longe, buscam a feira para complementar a renda familiar e estão ali buscando também interação social, chegam em carros próprio e em transporte público, sabem ler ou apenas fazem as contas necessárias para dar o troco na feira, e, são homens e mulheres.

Dessa forma, os espaços das feiras vão sendo ocupados por uma diversidade de objetivos e possibilidades, e concordamos com Dantas (2007, p. 41) quando ele afirma que a apropriação do espaço da feira “se dá a partir de quatro dimensões: física, social, simbólica e econômica”.

A apropriação física é mais expressiva, e representa o momento em que as ruas tornam-se o local de circulação das pessoas pelo grande mercado aberto que se forma semanalmente naqueles espaços “a feira é o momento da espetacularização da rua onde toda uma multidão heterogênea e variada se mistura” (SOUZA, 1975, p. 174).

Nas feiras estudadas, e conforme já mencionado, encontramos três categorias de sujeitos feirantes: os hortifrutigranjeiros, os artesãos e os que chamaremos de quitandeiros, referente àqueles feirantes que vendem quitandas e comidas típicas da região. Entre os feirantes de hortifrutigranjeiros encontramos os agricultores familiares, atravessadores e aposentados que praticam a agricultura urbana, essa categoria geralmente ocupa o maior número de bancas e barracas em ambas as feiras, como observado por Oliveira (2015) na feira da Economia Solidária em Santa Maria, RS e também por Servilha (2008) na feira de Araçuaí, MG. Desse modo, na feira do largo Dom João, 15 das 23 barracas eram de associações de hortifrutigranjeiros, no entanto, na feira do Mercado Velho, de maior extensão que a anterior, o número de barracas de hortifrutigranjeiros é igual ao número de barracas de artesanato, a ocorrência pode ser explicada pelo fato de que a feira do Mercado Velho é direcionada para o turismo na cidade que tem no artesanato de bonecas de palha e joias de capim dourado um dos atrativos turísticos local.

Os artesãos de ambas as feiras geralmente fazem parte das associações urbanas, mas em sua maioria são provenientes dos distritos que integram a zona rural do município, não retiram sua renda das atividades agropecuárias, mas vivem das atividades desenvolvidas no meio rural; produzem os artesanatos com palhas secas de milho e o capim dourado das Sempre Vivas<sup>8</sup> que coletam nos campos rupestres da Serra do Espinhaço. Por fim, estão os quitandeiros, estes, quase sempre urbanos, vão para feira vender as comidas típicas da região, que na feira do

---

<sup>8</sup> As Sempre Vivas são espécies de plantas encontradas na Cadeia do Espinhaço, abrangendo Diamantina. Depois de colhidas, são secas por 2 dias ao sol e podem durar por até 10 anos com a mesma aparência.

Mercado Velho atrai turistas e na feira do Largo Dom João representa o café da manhã de alguns e o tira gosto das conversas travadas no corredor da feira para outros. Geertz (1989) observou uma diversidade ainda maior de sujeitos presentes no bazar de Sefrou, Marrocos e ao construir uma tipologia social de seus frequentadores, constatou a presença de inúmeros sujeitos, tais como:

Mercadores itinerantes, comerciantes locais (que são também agricultores e/ou pastores de meio-período), fazendeiros ou criadores de rebanho (que vão a um ou outro mercado pra oferecer sua colheita ou animais e comprar o que precisam), prestadores de serviços e pessoas vindas de outras localidades para comprar ou unicamente frequentar o bazar, enfim todo tipo de pessoas – financeiros, comerciantes, moleiros, tecelões, curtidores de couro, ferreiros, sapateiros, caravaneiros, judeus, árabes, berberes – amontoados dentro e ao redor desses mini empórios (que eram naturalmente espaços públicos e não empresas privadas). (GEERTZ, 1979:136).

Figura 9 – As bonecas de palha da Dona Maria Luz, artesanato típico de Diamantina.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Frente a essa diversidade, nos interessa focar nos agricultores familiares presentes nas feiras, no entanto, não podemos relacionar a estes sujeitos apenas às

atividades agrícolas ou pecuárias. O retrato da feira confirmou essa assertiva quando encontramos entre os artesãos e quitandeiros sujeitos residentes no meio rural. O espaço rural multifuncional permite além da diversificação econômica, a redução da dependência gerada quando apenas uma atividade é desenvolvida no campo.

Entre os hortifrutigranjeiros, estão os intermediários ou atravessadores como são conhecidos aqueles que estão na feira vendendo um produto, o qual não são os produtores. Segundo Alves (2008) o produtor rural tem menos acesso a informações se comparado a outros agentes da cadeia produtiva, assim, alguns produtores que estão isolados ou com dificuldades de acesso aos mercados, acabam entregando sua produção a um intermediário. Alguns autores demonstram a consequência em longo prazo dessa relação. Para Gomes Júnior et al., (2011), os atravessadores que intermediam o processo de venda da produção de agricultores familiares são os responsáveis pela não valorização e consequente baixa remuneração das atividades agrícolas, além disso, Von der Weid (2001) observou em um estudo similar ao nosso, que, quando o controle da comercialização é realizado por um intermediário ou um grupo de intermediários, estes são quem controlam o preço pago ao agricultor, e quase sempre determinam preços desfavoráveis a eles.

Além dos problemas relacionados com o preço pago ao agricultor, os atravessadores competem diretamente com os agricultores quando decidem comercializar nas feiras livres, pois frequentemente praticam preços mais baixos que os agricultores e possuem maior variedade em seus postos de venda atraindo para si toda atenção dos consumidores da feira.

No entanto, não podemos deixar de observar que a sobrevivência de uma feira não especializada e, portanto sem direcionamento para um grupo específico de consumidores, a diversidade é uma das grandes responsáveis pela movimentação nas feiras, e nem sempre, os agricultores familiares conseguem levar essa diversidade aos consumidores, o que resulta na diminuição do movimento, das vendas e da renda gerada pela feira.

Na tentativa de controlar a presença de intermediários, e contornar os problemas que eles representam para os agricultores, os secretários responsáveis pela coordenação de cada uma das duas Feiras revelaram durante as entrevistas que em ambas as feiras, é proibida a presença de intermediários. A regra é

formalizada pelo estatuto que rege a feira do Mercado Velho, e no caso da feira do Largo, pela a lei municipal que ha criou.

Ainda assim, nas entrevistas realizadas com os feirantes, a presença de intermediários nas duas Feiras foi relatada em falas cheias de desprezo, ao mesmo tempo em que desencorajadas a denunciar, no entanto, sabiam quem eram, e com o advento da pesquisa, esperavam que ao revelar isso para a pesquisadora, algo finalmente poderia ser feito.

As entrevistas revelaram que a presença de intermediários é vista com desprezo pelos agricultores pelo fato de não saberem o trabalho que é cultivar a terra, e, portanto, usando a palavra dos agricultores, não derramaram nenhuma gota de suor para levar aquele produto pra feira. E são tão indesejáveis pelos outros feirantes, em virtude de oferecerem aos consumidores maior diversidade de produtos, além de produtos com maior aprovação por parte dos consumidores, em decorrência do aspecto físico daqueles alimentos. n

Na feira do largo, a barraca com o número mais expressivo de vendas era a do FL dois, ele não é agricultor, artesão ou quitandeiro, mas representa a associação dos moradores de Conselheiro Mata<sup>9</sup> levando para a feira aquilo que é escassamente produzido na comunidade, juntamente com outras tantas mercadorias compradas de agricultores de cidades vizinhas para levar à sua barraca. Em entrevista nos relatou que no ápice do período de vendas chegou a vender entre R\$6.000,00 e R\$8.000,00 por final de semana e que quando passou a ganhar menos da metade que isso, percebeu que a feira deixou de ser rentável.

Os agricultores feirantes estão presentes em maior número na Feira do Largo do que na Feira do Mercado Velho, provavelmente em função dos objetivos e prioridades de participação em cada uma delas. Destes sujeitos, mais de 90% dos entrevistados são mulheres que levam para feira a produção realizada na propriedade familiar. Para (WOORTMANN, 1997), não parece estranho a presença maciça de mulheres efetuando as vendas, para o autor, o espaço da cozinha e da horta é de cuidado da mulher e vender aquela produção o seria também. Gomes (2006), também constatou a inserção representativa de mulheres no espaço da feira ao estudar o perfil de mulheres feirantes em Vitória da Conquista, dos 1.032

---

<sup>9</sup> Distrito do município de Diamantina.

empreendimentos cadastrados na Central de Abastecimento Edmundo Flores, 455 estavam registrados em nome de mulheres, para o autor, as feiras livres são espaços favoráveis para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, e segundo Godoy (2005), a absorção de mão de obra feminina se dá com grande intensidade nas feiras ainda mais para aquelas que encontram dificuldade em se inserirem em outras atividades, já que teoricamente, as feiras livres oferecem uma vasta flexibilidade no trabalho e horários. No entanto, Silva (2003) constatou em seu estudo que a presença da mulher nas barracas das feiras só ocorre quando a mulher precisa ir a cidade comprar alguma coisa para casa ou para as filhas.

Partindo destes pontos de vista, podemos encarar a presença das mulheres que são responsáveis pela produção e comercialização dos alimentos nas barracas das feiras de Diamantina como um movimento contrário às lógicas citada por Silva (2003). As feiras livres possibilitaram além a venda do excedente de produção a visibilização do protagonismo exercido pelas mulheres rurais em atividades com o objetivo de renda.

Nas feiras também estão presentes os feirantes aposentados distribuídos entre as bancas de hortifrutigranjeiro, artesanatos e gastronomia. Em ambas as Feiras, encontramos aproximadamente de 20% de aposentados entre os feirantes, e estão mais presentes na feira do Mercado Velho do que na feira do Largo Dom João, por razões que caminham entre os 20 anos de existência da primeira Feira e pela forma como a “permissão” para ocupar as bancas do mercado foram herdadas. Figueiredo (2016) encontrou entre os feirantes do Mercado Municipal de Montes Claros em Minas Gerais aproximadamente  $\frac{1}{4}$  de feirantes que eram aposentados. Para esses sujeitos presentes nos três setores das feiras, o estar na feira se relaciona com a necessidade de complementar a aposentadoria com a renda da feira e para manter o convívio social com outras pessoas, assim, vão ali para se divertirem, conversar com alguém diferente.

Essa é a realidade do feirante FM 1, ele está na feira a quase 15 anos, é aposentado e faz agricultura em sua propriedade de aproximadamente 8 hectares em São Gonçalo do Rio Preto, cidade a 56km de Diamantina. Do que é produzido lá, traz somente o que não é consumido pela família. Apesar de ser casado, vai para feira sozinho, e não perde um final de semana porque é lá que são construídos os

laços sociais, “a gente encontra os amigos, faz novas amizades, vê o movimento, escuta uma musiquinha, isso aqui é bom demais”.

A esse respeito, Vedana (2013, p. 41, 65) defende que,

[...] o trabalho do feirante está fundamentalmente amparado em suas habilidades de construir laços sociais e promover sociabilidades (...) esses sujeitos não só investem nesses vínculos e trocas com o outro - colegas, fregueses, a pesquisadora - como também refletem sobre sua importância em seu cotidiano de trabalho.

Dessa forma, percebemos que na feira está presente uma diversidade de sujeitos que vivem no meio rural, mas que não necessariamente são agricultores familiares, se fazendo presente a pluriatividade rural, caracterizada pelo desenvolvimento simultâneo de várias atividades econômicas que incrementam a renda de pequenos produtores (ANACLETO, 2016).

A isso cabe destacar que, é necessária a superação da associação da agricultura familiar apenas com o trabalho primário, de extração e modificação da matéria prima. A agricultura familiar pode direcionar o trabalho gerador de renda a inúmeras atividades agrícolas e não agrícolas que também diversificam as fontes de renda e ocupação das famílias. A pluriatividade rural, portanto, é um dos aspectos que favorece a diminuição do êxodo rural ao mesmo tempo em que promove a valorização das diversas tradições ao redor do meio rural, dessa forma, diversificar as atividades no campo contribui significativamente para o incremento da renda familiar atrelado a alternativas para o desenvolvimento rural regional (PAULA, s.d).

Essa nova ruralidade, assim chamada por (PINA, 2008) é consequência do aumento da urbanização do campo em um processo que inicia de acordo com Matos (2005), em 1980. O novo rural também é apontado por Grossi (2002) como reflexo das mudanças que ocorrem na própria cidade, sendo a mão-de-obra excedente das cidades direcionada para o campo em busca de novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho (PINA, 2008).

Na Tabela 1, está organizada de forma sucinta a distribuição dos feirantes entre as categorias encontradas nas feiras e sua relação com o campo ou com a cidade.

Tabela 1 – Distribuição dos entrevistados em categorias.

CATEGORIA DE FEIRANTES			
	HORTIFRUTIGRANJEIROS	ARTESÃOS	QUITANDEIROS
Q U E R E M	Agricultores familiares	Rurais <sup>10</sup>	Urbanos
	Atravessadores	Urbanos <sup>11</sup>	
S Ã O	Aposentados	Aposentados	

Fonte: acervo pessoal, 2017.

#### 5.4 AS MOTIVAÇÕES PARA ACESSAR A FEIRA

Na tentativa de constatar porque os agricultores se tornam feirantes e compreender como esses canais de comercialização atendem as necessidades destes sujeitos, surgiram em nossas entrevistas com os feirantes e ex- feirantes duas grandes questões como motivadoras ao acesso e permanência nas feiras de Diamantina, a renda e a sociabilidade.

Nossas entrevistas não foram direcionadas para dimensionar a composição da renda mensal dos feirantes, mas a constatar o que motivava a permanência deles ali no ambiente da feira trazendo semanalmente as encomendas dos clientes já fidelizados e também produtos para a clientela em geral.

Entre nossos entrevistados, 43% afirmaram que a renda proveniente da feira era importante porque complementava a renda da família, para 28% a renda da feira era a única fonte de renda da família e por isso estar na feira era uma obrigação, enquanto que para o restante dos feirantes entrevistados, 29%, estar na feira nada tinha haver com a renda, e afirmações como “a venda da feira não dá pra nada não” era recorrente, apesar de ela ser bem vinda.

Dessa forma, notamos a importância do estar na feira para a sobrevivência econômica daquelas famílias visto a ênfase dada no ganho a mais que esse canal de comercialização proporciona. Ribeiro et al. (2007b) ao pesquisarem as dinâmicas econômicas no Vale do Jequitinhonha, constataram que o tipo de produto levado à

<sup>10</sup> Aqui fazemos referência a “rurais” àqueles entrevistados que residem na zona rural.

<sup>11</sup> Aqui fazemos referência a “urbanos” àqueles entrevistados que residem na zona urbana.

feira tem relação direta com a receita familiar e em decorrências disso, estes espaços de ampla abrangência podem se transformar em ponto de apoio aos agricultores que se tornam feirantes. Ângulo (2002), ao estudar a feira de Turmalina no alto Jequitinhonha, revelou que para acessar as feiras não é necessário um alto investimento, além disso, geram ocupações e abastecem as cidades.

Além disso, outras afirmações que demonstravam as motivações para estar nas feiras como: “a gente produz tudo limpinho (sem agrotóxico) e tem que vender” (FM 2, 2016, grifo nosso) ou “a gente planta para família, tudo sem veneno, e não vamos comer tudo” (FM 4, 2016; FL 6, 2016), nos chamou a atenção pelo fato de que nenhum dos entrevistados relatou a feira como espaço de comercialização de alimentos livres de agrotóxico. Não podemos deixar de comentar que em decorrência da insegurança alimentar suscitada nas últimas décadas pela crescente industrialização da alimentação e aos escândalos alimentares associados ao processo, incentivou de modo geral, a demanda por uma alimentação mais saudável com a busca por alimentos localizados e a valorização de contato com o produtor. Essa nova perspectiva vinda dos consumidores proporcionou uma nova brecha de mercado para os agricultores familiares que podem aumentar seu potencial produtivo ao explorar esse nicho e fornecer aos consumidores os alimentos adequados às suas necessidades, “aumentando a renda e a qualidade de vida no meio rural” (BRANDÃO, 2012).

Segundo Sacco dos Anjos et. al., (2005), no contexto atual, em que permanece a questão da segurança alimentar e nutricional, a importância das feiras adquire visibilidade em relação à disponibilidade e garantia de acesso a alimentos social e culturalmente referenciados. Além de todos estes aspectos citados, a discussão sobre as feiras também pode ser entendida como expressão de resistência camponesa e disputa de um modelo sustentável de produção.

Outro fator motivador do acesso e permanência nas feiras foi a sociabilidade que apareceu entre os agricultores feirantes que possuíam alguma outra fonte de renda, seja ela a aposentadoria ou emprego fixo. Possuidores de outras fontes fixa de renda, o estar na feira era aguardado com ansiedade por esses sujeitos como um grande evento social, em que poderiam ali encontrar amigos, clientes e sobre tudo horas de boa conversa e interação com a cidade.

Estes fatores também foram evidenciando por Nascimento et al. (2010) em estudo realizado com os feirantes de Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco, constatou a importância econômica dos mercados públicos assim como a relevância destes espaços para a integração social dos agricultores familiares. Para Pintaudi (2006), estes espaços públicos cumprem também uma função cultural além de econômico e social, as feiras absorvem uma diversidade de manifestações culturais propagando os costumes locais. No nosso caso, a feira livre do Mercado Velho sempre promove espaços destinados à expressão de artistas locais, as apresentações artísticas no Mercado Velho influencia diretamente no turismo.

Dessa forma, percebemos como a renda é enfatizada no quanto a sentindo de motivar a participação neste espaço, como também, entre outros aspectos, a ampliação das relações sociais e a participação da vida na cidade. As entrevistas também enfatizam como a feira deixou de ser apenas uma espaço de trocas mercantis, indo ao encontro de outras duas pesquisas como a de Garcia (1984) e a de Oliveira (2015) que demonstram a pluralidade na funcionalidade deste espaço.

## 5.5 A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DOS AGRICULTORES NAS FEIRAS

Na literatura, são inúmeros os trabalhos que discutem e têm como objeto de pesquisa o acesso aos mercados pela agricultura familiar. Ribeiro et al. (2003) sintetizam o foco destas pesquisas ao longo das décadas. De acordo com o autor, na década de 1950 as dificuldades no acesso aos mercados era tema de pesquisas específicas, em 1960 passou a ser objeto de estudos de extensionistas e sociólogos, nos anos de 1970 se tornou parte da literatura que contemplava a modernização da agricultura, sendo incorporada em 1980 aos debates dos movimentos sociais. Por fim, nas décadas seguintes o tema se tornou pauta na discussão do desenvolvimento rural e na formulação de políticas públicas. Dessa forma, “tais discussões acumuladas resultaram em duas orientações fundamentais, entendidas como as alternativas viáveis para a superação das dificuldades na comercialização da produção familiar: o associativismo e o acesso a mercados específicos” (RIBEIRO et al., 2003).

O caminho a ser percorrido entre a decisão de tornar-se feirante e estar na feira é longo, e muitas vezes nesse trajeto os agricultores se desmotivam. No

entanto, para aqueles que conseguem chegar a acessar a feira, as dificuldades encontradas na permanência neste espaço se reproduzem a cada semana. É comum, mesmo com a afirmação da importância social, política, econômica e cultural, que problemas no estabelecimento das feiras ocorram, desde a escolha do local a serem realizadas até conflitos políticos (FIGUEREDO, 2016).

Para os agricultores feirantes das feiras estudadas, o transporte, a falta de investimentos na divulgação e infraestrutura das feiras, atrelados às condições ambientais adversas e a ausência de assistência técnica nas propriedades que culmina na baixa produtividade e dificuldade de adaptação às condições ambientais, foram as principais dificuldades apontadas. Para os ex-feirantes, sem dúvida alguma o principal problema que os levou à condição de ex-feirantes também gira ao redor da questão do transporte e das estradas precárias que ligam os distritos à sede.

No entanto, essas questões não são exclusividade das feiras do Jequitinhonha, Pierri (2012, p. 5), ao analisar os dados do INCRA/FAO (2000), afirma:

[...] é notório que agricultores familiares brasileiros, pouco capitalizados, enfrentam dificuldades na coordenação das atividades e qualificação da produção, bem como restrições de transporte, gestão e logística. Deparam-se também com uma precariedade de práticas organizativas, consideradas em seu viés sociocultural. Todas estas dificuldades estão associadas, em algum grau, ao baixo nível de escolaridade no meio rural, cuja explicação só poderá se dar pela devida consideração do seu conteúdo histórico, político e socioeconômico.

Os agricultores feirantes de Diamantina se deslocam até as feiras através de todo tipo de transporte, de ônibus, carro próprio, de carona e até de táxi, o que não é diferente do constatado por Geertz. Segundo ela, nos dias em que ocorre o bazar em Sefrou, “pessoas de 66 categorias étnicas diferentes se deslocam à cidade a pé, de burro, de mula, de ônibus e de caminhão” (GEERTZ, 1979, p. 6).

Assim como mencionado por Ribeiro et al. (2007b), é comum que em toda cidade do Jequitinhonha que possua feira exista algum programa municipal de apoio às feiras, e quase sempre estes estão relacionados justamente com a questão do transporte, como acontece em Carbonita e Veredinha, que possuem programas contínuos de transporte público para os feirantes. No entanto, em Diamantina os

feirantes tiveram um curto período apoio no transporte das mercadorias dos distritos até a feira, e deixaram de receber esse apoio desde a gestão municipal de 2014. Com isso, dispendem parte do ganho das feiras com o pagamento do transporte. Não raro, os gastos associados ao transporte para a feira se tornam impraticáveis, e esses agricultores deixam de acessá-la, como aconteceu com um casal residente em Bandirinha<sup>12</sup> e dependem do ônibus de linha para chegar à sede, mas não existem horários de ônibus compatíveis com os horários da feira, assim não puderam mais ir. Com o feirante E2 de Conselheiro Mata, embora a questão do transporte tenha se apresentado como o principal limitador para acessar as feiras, o que inviabilizou foram às más condições das estradas, e um dos feirantes de Pinheiro desistiu da feira também por não existir transporte adequado para chegar até lá.

Mas aí começou a ficar muito dispendioso pra gente, né. O transporte, a gente tinha que ter um carro mais adequado pra carregar, é assim... então foi coisas que eles pediram que não estivesse no perfil da gente. Na época eu tinha um Fusca, aí as coisas foram fracassando e a gente tinha que manter aí eu falei, não, pra comprar, pra vender, não compensa né. Ai foi indo e desistimos, o custo ficou muito porque as estradas não ajudavam, depois fui balancear bem e vi que não estava pagando nem o combustível e aí não fui mais não. (FL 3, 2016)

Durante as entrevistas semi estruturadas, as questões relacionadas às dificuldades encontradas para acessar e permanecer na feira foram de caráter aberto, com as respostas sendo livres e sem direcionamento específico, para que as mesmas não fossem influenciadas pela opinião ou posicionamento da pesquisadora. No entanto, sempre ao relatarem as dificuldades relacionadas ao planejamento da produção para atender aos consumidores e às dificuldades ao redor das práticas de cultivo, surgia a pergunta na minha mente “mas e a assistência técnica?”. Dessa forma, no decorrer das entrevistas, a ausência de assistência técnica nas propriedades foi relatada por 100% daqueles feirantes que eram agricultores. Tal afirmativa me chocou e instigou a investigação mais profunda para compreender o porquê tal ausência.

---

<sup>12</sup> Distrito de Diamantina.

Em relatório anual de atividades desenvolvidas no ano de 2015 pela EMATER entregue à Prefeitura de Diamantina, constatamos que apesar da EMATER fazer parte do CMDRS, Conselho responsável pela criação da Feira do Largo Dom João, a Empresa não realizou nenhuma atividade ou assistência voltada para a comercialização ou inserção de agricultores nos mercados alternativos, como são as feiras. Além disso, a orientação predominante foi em relação à produção leiteira para atender ao programa “Leite pela vida”, e nas feiras apenas um dos feirantes entrevistados estava cadastrado no Programa, e mesmo assim nenhum produto derivado do micro laticínio era vendido na feira, e tampouco o leite em função das restrições encontradas para sua comercialização direta.

De acordo com os gestores das feiras, o leite, ao ser comercializado “cru”, é considerado um produto com risco microbiológico e pode trazer prejuízo à saúde do consumidor pela presença de microrganismos patológicos. Por essa razão, não pode ser vendido nas feiras, tampouco os seus derivados, como por exemplo, o Queijo Minas que é feito de leite cru. Dessa forma, alguns agricultores deixavam de levar esses produtos ou os vendiam clandestinamente.

De acordo com o feirante FM 1, as exigências para levar determinados produtos para a feira também eram muitas, elevando os custos e tornando a atividade inviável. O mesmo foi observado por Oliveira (2015) no Feirão da Economia Solidária em Santa Maria, onde alguns produtores do pavilhão da agroindústria deixaram de levar determinados produtos, pois se seguissem todas as recomendações sanitárias, acabariam com o custo muito elevado e os produtores não teriam como arcar.

[...] aí eles falaram que se a fosse levar um doce, um queijo, uma coisa assim tinha que ter um freezer, no caso tinha que ter um carro com uma carroceria pra manter uma caixa de isopor com as coisas. Eu concordo, porque se está falando isso é pra preservar a saúde, então está mais que certo, se a gente não tem esse conforto, vamos deixar pra quem tem. (E4, 2016)

Para os programas oficiais de assistência técnica, a dificuldade destes feirantes em se adequar às exigências sanitárias e estruturais descritas pela legislação e exigidas para comercializarem sua produção na feira poderia ser

resolvida com “a modernização tecnológica nos níveis que lhes permitam atingir os padrões de produtividade dos segmentos modernos da agricultura” (VIEIRA, 1998), contudo, Wilkinson (2008) salienta que a imposição regulatória dos níveis de qualidade resultam na modernização das atividades agrícolas como condicionante para a permanência nos canais de comercialização, acabam por ser responsáveis pela desistência, quando não falência dos agricultores familiares que comercializam através dos canais curtos, nas feiras livres.

Contraditoriamente, o acesso às cadeias curtas de comercialização é também cercado de exigências que aumentam à medida que os produtores tentam acessar esses mercados, “levando a processos de adaptação aos padrões dominantes e em mobilizações para impor um novo conjunto de padrões mais compatíveis com as suas condições técnicas e econômicas” (SCHNEIDER, 2015). Portanto, garantir mecanismos regulatórios diferentes e coerentes com a realidade das agroindústrias familiares, favorece esses produtores à medida que acessam as cadeias curtas de comercialização com produtos diferenciados pela sua produção local e artesanal. Ploeg (2008) afirma que geralmente os alimentos processados nas agroindústrias familiares, em pequena escala, são consumidos localmente, a pequenas distâncias de onde são processados, fomentando as cadeias curtas.

Deste modo, é necessário também que a assistência técnica seja adequada e atenda positivamente a demanda dos agricultores familiares e feirantes no processo de agregação de valor da produção. Para Schneider (2015, p. 57), essas “experiências visam melhoria na renda das famílias e estratégias de produtos diferenciados, os quais destacam valores da tradição e do artesanal.”.

Azevedo et al. (2004), ao analisar a produção de queijo Minas por nove produtores artesanais de Alto Parnaíba, Minas Gerais, assistidos EMATER, constatou que todas as amostras apresentaram características organolépticas e padrões microbianos dentro das especificações legais estabelecidas pela portaria número 146/96 do Ministério da Agricultura.

A pouca ou nenhuma assistência técnica também foi um dos motivos para o abandono da produção de repolho e tomate por feirantes de Turmalina após eles terem sido atacados repetidamente por pragas e os agricultores não encontrarem alternativas e orientação para o controle (Ângulo, 2002). Assim, salientamos a importância de adequar a assistência técnica à demanda para priorizar as

potencialidades da região e para que produtores possam receber orientações relacionadas com as aptidões locais e em função da produção existente na propriedade.

Constatamos também que existe entre alguns os agricultores feirantes, a percepção de que ir para a feira é apenas um “ponta pé inicial” no processo de produção e comercialização. Ao que se pode constatar, feira é apenas para os pequenos produtores, que produzem pouco ou que vendem apenas o excedente da produção, logo, ao alcançarem maior produção visam outros mercados como o mercado institucional através dos programas de aquisição de alimentos, PNAE e PAA, e alguns cogitam os monocultivos para então entregarem em grandes redes de varejo.

Esse é o objetivo da FL 3, feirante da Feira do Largo Dom João com produção expressiva de hortaliças, ainda assim, almeja produzir apenas cebolas para entrega em redes de varejos ou a qualquer outro intermediário que se responsabilize por comprar toda a produção de uma só vez; mas isso seria considerado um salto na condição produtiva da família visto o investimento inicial que a atividade exigiria. Pontos como a escala e padronização da produção, qualidade do produto final e capital para investir são fundamentais para o sucesso da atividade e geralmente são os principais limitadores para o crescimento da produção.

Outro ex feirante, deixou de frequentar a feira para direcionar sua produção para a entrega a programas institucionais. Conversar com ele e tentar compreender o processo pelo qual passam as feiras de Diamantina foi interessante, já que esteve presente desde o início na criação da feira do Largo Dom João.

Embora, não fosse mais feirante, não havia “dado baixa” na participação e sua barraca seguia sendo montada cada final de semana, além disso, na fase inicial da pesquisa, foi o primeiro informante chave indicado para conversarmos, ainda que não fosse mais feirante.

Ainda que estejam em evidência e altamente difundidos, os movimentos como o *slow food* e a priorização do consumo através canais curtos de comercialização, como nas feiras, as práticas relacionadas a estes circuitos são pouco expressivas.

A compra de alimentos in natura ainda está concentrada nas grandes redes de varejo, que para Galli; Brunori (2013) deve-se a dois fatores: o primeiro deles é o preço, em geral os grandes varejistas possuem melhores preços em função da

escala com que trabalham se comparado às feiras; e o segundo fator se relaciona com a comodidade oferecida ao consumidor, já que nestes espaços o consumidor é capaz de satisfazer todas as suas necessidades devido ao conjunto de bens e serviços ofertados no mesmo local. Pivoto (2016) ainda aponta outro fator que desencoraja a presença de consumidores nas feiras: a sazonalidade dos produtos ofertados.

Os agricultores familiares, ao optarem por um sistema de produção diversificado ofertam a cada período produtos cultivados e adaptados a cada estação do ano, o cultivo de variedades adaptadas ao clima favorece o uso de menos insumos agrícolas, que resultam em um menor custo de produção, menos riscos associado a perdas e menor dependência da variabilidade nos preços do mercado. Não obstante, em busca da satisfação do paladar acostumado aos mesmos sabores, os consumidores buscam frequentemente produtos análogos para compor sua alimentação diária, buscam por produtos de qualidade e disponibilidade constante, demanda esta satisfeita apenas nas redes varejistas.

Ainda que não tenha sido indicado pelos feirantes e ex-feirantes entrevistados como entrave ou dificuldade, consideramos a precariedade da autorganização dos feirantes para a gestão das feiras um problema quando se trata de buscar soluções para as questões problematizadas por eles. É verdade que as associações de feirantes existem, sendo que os feirantes de Diamantina estão associados na Associação dos Feirantes do Mercado Velho ou na Associação dos Feirantes da Feira do Largo Dom João; no entanto, as associações não estão ativas e carecem inclusive de representantes.

Incidados a refletirem sobre a importância do associativismo para se fortalecerem como feirantes e lograrem sucesso em suas reivindicações foi consonante a posição dos entrevistados em relação à indisponibilidade para fomentar o funcionamento das associações; pareceu-nos que consideram mais confortável a organização atual, em que as feiras são coordenadas pela Prefeitura através de secretários.

Na feira do Largo, os feirantes estão ali como representantes das diversas associações que construíram a feira e, portanto, trazem os produtos de todos os associados. Quem estará presente nas barracas semanalmente é decidido em cada associação. Essa lógica organizativa, pensada e discutida por dois anos, parecia

aos idealizadores da feira um caminho menos tortuoso para formular e propor ações de desenvolvimento local com identidade territorial e firmar acordos sólidos e efetivos, no entanto, não é esse movimento que observamos na feira. Nas barracas estão presentes agricultores associados com apenas sua produção, isso devido ao período de decadência por que passa a feira em decorrência dos cortes financeiros direcionados para o fomento do transporte dos feirantes. Assim, os agricultores associados estão cada vez menos presentes com seus produtos. Esse processo contrário ao fortalecimento da feira os coloca a mercê de vontades e confrontos políticos municipais na implementação de ações duradouras.

Essas dificuldades relatadas no acesso e permanência nas feiras livres não são diferentes das encontradas por Gerrtz (1979), Ângulo (2002), Ribeiro et al. (2003, 2005 e 2007b), Godoy (2005), Dantas (2007) e Oliveira (2015). Ao estudarem as feiras de norte a sul do país, estes autores concordam que embora estes espaços tenham relevância para o escoamento da produção da agricultura familiar, para o abastecimento das cidades e movimentação do comércio local, nem sempre recebem a atenção necessária para promover o desenvolvimento rural.

A seguir, a Tabela 1 apresenta de forma sistematizada os dados anteriormente discutidos das duas Feiras Livres de Diamantina, com informações relacionadas à sua história, estrutura e funcionamento.

Tabela 2 – Sistematização dos dados das Feiras Livres de Diamantina.

	<b>Feira do Mercado Velho</b>	<b>Feira do Largo Dom João</b>	Total
Ano de fundação	1997	2012	
Iniciativa de fundação	Sec. de Cultura	CMDR	
Localização	Centro de Diamantina	Largo Dom João	
Gestor	Sec. de Cultura	Sec. de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	
Frequência	Semanal	Semanal	
Dias de funcionamento	Sábado	Domingo	
Capacidade de ocupação	60	42	102
Barracas/bancas ocupadas	60	23	83
Hortifrutigranjeiros	24	15	39
Artesanatos	24	2	26
Quitandas	12	6	18
Origem dos feirantes	Cidades do Alto Jequitinhonha	Diamantina	
Motivação para acessar a feira	- Única possibilidade de venda; - Complementar a renda; - sociabilidade; - amor; - Hobby, terapia;	- complementar a renda; - sobrevivência; - sociabilidade;	
Principais entraves no acesso	- Transporte; - Falta vaga para novos feirantes;	- Produção variada;	
Principais entraves na permanência	- Transporte; - Estacionamento; - Presença de atravessadores; - Música alta;	- Presença de atravessadores; - Pouco movimento de consumidores; - Produção (variedade, recursos hídricos); - Transporte; - Estrutura precária; - Desorganização dos feirantes; - pagamento pela montagem das barracas.	

Fonte: Arquivo Pessoal, 2016.

## 5.6 AS POSSIBILIDADES DA FEIRA

Para finalizar o capítulo, nos parece importante apontar as possibilidades das feiras de Diamantina diante do exposto pelos feirantes e do observado pela pesquisadora.

As feiras livres de Diamantina contam com feirantes distribuídos em 80 bancas e barracas nas feiras de sábado e domingo, porém as feiras raramente contemplam a diversidade alimentar e cultural presentes na região, e tal fato se reflete na variedade ofertada aos consumidores.

A pouca variedade representada nestas feiras apresentou-se como um problema na medida em que os próprios feirantes refletiam sobre o movimento atual naquele espaço, e o classificavam como decadente em ambas as feiras.

Ainda que existam consumidores mais atentos às questões relacionadas à saúde e que levam em conta questão da segurança alimentar e nutricional, buscando o resgate de antigos sabores e variedades para a alimentação e priorizando os canais curtos de comercialização para garantirem sua alimentação, representam maior número aqueles considerados “modernos”, que estão em busca de comodidade e praticidade, que implica, dentre outras coisas, encontrar a variedade de alimentos necessário para sua alimentação em um único espaço. Dessa forma, aprofundar na compreensão do comportamento do consumidor permite explorar e direcionar a produção para o efetivo consumo. “O comportamento do consumidor engloba o estudo de o que compram, por que compram, quando compram, onde compram com que frequência compram e com que frequência usam o que compram” (SCHIFFMAN, 2000).

Em ambas as feiras do município existem medidas de incentivo para a participação de novos feirantes desde que ofereçam produtos diferentes dos ali apresentados. No entanto, o incentivo deixa de ser atrativo quando são levadas em conta todas as outras dificuldades relacionadas à permanência na feira, que por sua vez, também são responsáveis pela desistência da participação de inúmeros feirantes.

Portanto, para além do registro de novos feirantes é necessário que as dificuldades relatadas sejam sanadas. No caso destes agricultores feirantes, oferecer condições apropriadas de transporte bem como assistência técnica

adequada nos parece essencial. Trabalhar com esses agricultores questões produtivas para responder às demandas, nesse caso, a convivência com o semiárido em função do longo período de seca que reduz a produção agrícola por um período extenso, o escalonamento da produção minimizando os períodos sem oferta de determinados alimentos, além do incentivo ao cultivo agroecológico ou orgânico de variedades locais e adaptadas às condições climáticas da região, poderão contribuir para um salto na qualidade, quantidade e variedade de alimentos produzidos.

Este último ponto nos leva a refletir sobre outro, que se refere ao nicho de mercado de alimentos agroecológicos ou orgânicos que os agricultores feirantes podem explorar nas feiras livres, e dessa forma deixar de pensar o espaço apenas como uma opção inicial da comercialização.

A produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos, considerado um nicho de mercado em expansão, representa não só um mercado promissor como também um espaço em evolução para produtores e consumidores no que se refere às questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e segurança alimentar no processo de produção, compra e consumo. O crescimento dessa demanda, principalmente localmente, é reflexo da busca dos consumidores por uma alimentação saudável em consonância com o meio ambiente, e em alguns casos movidos pela confiança que o contato do produtor com o consumidor proporciona.

Os canais curtos de comercialização, como por exemplo, a venda direta, comumente caracterizada pelas feiras livres, são espaços que aproximam o produtor do consumidor, proporcionando aos consumidores, através desse contato direto, a resposta às questões que frequentemente permeiam o consumo - Quem produziu? Como foi produzido? De onde vem?-, e aos produtores a chance de garantirem a sustentabilidade dos sistemas produtivos a partir da reprodução de sua base ecológica e social através da inserção econômica da família.

Apesar de existir uma gama de potencialidade e aspectos a serem explorados, nos parece que o fortalecimento, e nesse caso o real funcionamento das associações dos feirantes, é primordial para alcançar o progresso das feiras livres de Diamantina, e com isso potencializar o desenvolvimento rural.

Os passos iniciais de como, por exemplo, montar uma associação já foram superados porque essas associações já existem, no entanto, é necessário rever os

princípios básicos para fortalecer as associações de forma que sejam representativas e com responsabilidades sociais e locais. Logo, os feirantes, através das associações fortalecidas, poderão apresentar melhores condições e força para buscarem melhorias para as atividades desenvolvidas na feira e nas propriedades, desenvolverem melhor a capacidade de trocar experiências e buscar novas formas de sanar as dificuldades envolvidas nesse universo mercadológico.

A economia rural da região tem uma pauta de produção que é ao mesmo tempo muito diversificada e muito pouco integrada às cadeias produtivas: por isso, uma iniciativa que gera ocupação, receita e valoriza a identidade da região merece destaque. As feiras geram receitas que dinamizam esses municípios, criam e colocam em circulação recursos que alimentam a população urbana e contribuem para a soberania alimentar. As feiras livres beneficiam os agricultores, o comércio urbanos e os consumidores. (RIBEIRO, 2007a, p. 85).



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início desta pesquisa nas Feiras Livres de Diamantina, buscamos demonstrar como os agricultores familiares de Diamantina estão interagindo com as feiras livres do município, e assim compreender porque acessam e como permanecem ativos nestes canais curtos de comercialização. Dessa forma, vale a pena registrar alguns pontos mais relevantes vistos neste trabalho que fazem com que estas Feiras exerçam importância para o desenvolvimento rural em Diamantina.

Inicialmente vimos que Diamantina, desde a sua fundação como Arraial do Tejuco em 1732, carrega em sua história um desenvolvimento ligado à exploração do ouro e diamante, e ainda hoje a caminhada em outros setores da economia não se apresenta tão expressiva, salvo o turismo, responsável por grande parte da economia da região desde 1989 quando o município se tornou Patrimônio Cultural Nacional da Humanidade, tombada pelo IPHAN.

Devido a grande movimentação mineira, sua importância econômica e localização no século XIX, o então Arraial do Tejuco atraía todo tipo de mercadores. O município fazia parte da rota das tropas de comércio e em 1835 com a construção do Mercado Velho, erguido para servir de ponto de apoio para as tropas, passou a ser destino delas. Foi a partir da consolidação do espaço para a comercialização dos tropeiros, que a atual Diamantina se tornou município sede para as trocas de comerciais do Alto Jequitinhonha.

No final da década de 1990, o Mercado Velho foi restaurado e em 1997 começou a funcionar oficialmente a Feira do Mercado Velho que permitiu uma nova dinâmica ao comércio na cidade. As mercadorias para serem comercializadas agora não chegam mais através das tropas, mas os comerciantes continuavam vindo de todas as cidades vizinhas e aos poucos foram consolidando a Feira.

Por também se tratar de um atrativo turístico, a Feira do Mercado Velho, ao longo dos quase 20 anos de existências, passou por mudanças, mas nunca deixou de receber fomentos através da Secretária de Cultura da Prefeitura de Diamantina. Em pouco tempo, os postos de comercialização do Mercado Velho se esgotaram e a crescente demanda por parte de agricultores que necessitavam de estratégias e canais de comercialização para escoarem sua produção resultou no ano de 2010,

nas primeiras movimentações através do CMDR para discussão sobre a criação de uma nova feira.

A Feira Livre do Largo Dom João, fundada em 2012, também sob a administração municipal, mas dessa vez pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, surgiu para atender a demanda dos agricultores locais, o acesso a essa feira é restrito a residentes no município, que engloba 11 distritos e a sede Diamantina e o acesso se dá através de associações, portanto, na feira estão presente os representantes das associações com os produtos de seus associados, sejam elas associações comunitárias, de agricultores ou artesãos do município de Diamantina.

A consolidação dessa segunda feira permitiu o acesso a todos os agricultores do município interessados em comercializar sua produção, já que inicialmente o projeto proporcionava aos feirantes o transporte deles e das mercadorias dos distritos até a sede. No entanto, com a mudança de gestão municipal o fomento ao transporte foi cortado e logo todos os fomentos direcionados para contratação de artistas locais que animavam o espaço da feira, também. Todas essas mudanças refletiram diretamente na quantidade de associações que seguiram comercializando na feira, assim como no movimento de consumidores nela.

No que tange o acesso por agricultores às Feiras Livres de Diamantina, observamos que é envolto de inúmeras dificuldades, principalmente no caminho a ser percorrido até a feira, com a adequação da produção para satisfazer o consumidor em variedade e quantidade, transporte dos produtos em estradas de difícil acesso e armazenamento da produção no ambiente da feira devido às precárias condições estruturais frequentemente encontradas nestas. Além disso, a forte presença de intermediários neste canal curto de comercialização, cada vez mais aberto, executando a mesma função que os agricultores feirantes, a venda de produtos oriundos da agricultura familiar, praticando em sua maioria preços abaixo dos custos de produção, inviabiliza a permanência dos próprios agricultores nas feiras.

A análise das duas feiras e o resultado das entrevistas realizadas demonstram que esse canal curto de comercialização só se mostrou viável para o acesso e permanência daqueles agricultores familiares pouco capitalizados e que buscam na feira apenas um complemento da renda. Ainda assim, a falta de apoio e

incentivos institucional torna a permanência desses agricultores nas feiras custosa. Esse mesmo canal se mostrou inviável para aqueles agricultores com possibilidade maior de investimentos. Esta constatação se deu através do fato de que os agricultores mais capitalizados, com maior produtividade e conhecimento técnico, estão deixando as feiras para acessarem outros mercados, como é o caso dos mercados institucionais e até mesmo para entrega nas redes de varejo.

A essa questão cabe refletir sobre qual o papel que as feiras livres estão cumprindo no desenvolvimento rural e qual é o papel que deveriam cumprir. Ainda que esse canal de comercialização fosse pensando para responder apenas às ambições na esfera econômica, desvinculada das outras dimensões, como por exemplo, a social e cultural, percebemos que não está cumprindo seu papel.

Dentre os vários fatores que motivam a participação na feira, a renda é bastante expressivo embora, percebemos que o agricultor que comercializa ali é um sujeito movidos por diversos elementos sociais e não apenas pela lógica econômica do lucro.

Apesar de que para acessar as feiras o investimento inicial seja baixo, para estes feirantes, viver do rendimento proporcionado pela feira se mostrou inviável; diante dessa realidade e de todas as possibilidades que as feiras livres podem oferecer aos agricultores, assim como aos consumidores, pensar em mecanismos para que se tornem viáveis e atrativas se torna importante.

É necessário, portanto, direcionar as ações territoriais e os recursos provenientes de programas de agências públicas e privadas de combate à pobreza ou mesmo programas que fomentam a agricultura familiar para atender às necessidades reais destes sujeitos, já que quase sempre estes programas de abrangência nacional, chegam descontextualizados com a realidade local e acabam por priorizar ações que não são primordiais.

A supervalorização dos elementos sociais e culturais das feiras livres, como observamos no decorrer da construção da revisão teórica do nosso objeto, como espaços de revalorização de práticas tradicionais relacionadas a produção de alimento e de reconexão entre produtores e consumidores nos espaços de comercialização socialmente construídos, desencontra-se com a realidade observada em Diamantina, à medida que essas percepções derivam mais da parte dos consumidores do que dos próprios feirantes.

Para os feirantes, a mudança de padrão alimentar dos consumidores que buscam por alimentos localizados e produzidos em consonância com o meio ambiente, neste caso se mostrou apenas como outra possibilidade de mercado e agregação de valor ao produto final. Ainda assim, para trabalhar sob essa perspectiva, é necessário que o feirante desenvolva conhecimentos acerca dos nichos de mercado acessíveis para seu produto e trabalhe na conscientização dos consumidores para isso. A diferenciação nos aspectos ambientais sociais e culturais na produção de alimentos que abastece os canais curtos de comercialização é uma estratégia diferencial, contudo, o marketing é fundamental para que possa conscientizar o consumidor da existência destes alimentos com destaque para a produção artesanal ou tradicional nos canais de comercialização. No entanto, é necessário salientar e mais ainda questionar os obstáculos que a legislação sanitária constrói para impedir que os produtos processados e transformados artesanalmente pela agricultura familiar chegue aos consumidores das feiras.

Explorar a diferença deste tipo de produção daquela de alimentos altamente industrializados é essencial para a expansão destes mercados com a devida valorização de seus produtores. No entanto, o que também se observa é que se torna obrigatório que o agricultor adote um perfil empreendedor, incorporando às suas funções mais etapas para gerir o processo de comercialização de alimentos ou produtos alimentícios com valor agregado.

Para mais, a incapacidade de articular apoio político externo, nos parece a causa das frequentes debilidades das organizações dos agricultores, e no nosso caso, a debilidade das associações das quais fazem parte os feirantes. Para os críticos da proposta de desenvolvimento local participativo, no contexto da globalização, as questões de desenvolvimento devem ser pensadas em nível macroeconômico e nacional, no entanto, a importância do desenvolvimento direcionado para o local é relevante para que as ações propostas respondam às necessidades locais comuns, que são únicas.

Por fim, ainda que a história de Diamantina esteja intimamente relacionada à exploração do ouro e diamantes e com um histórico esquecimento para o fomento da agricultura e agropecuária na região reflita no o atual cenário das feiras e dos agricultores, rodeado de dificuldades em acesso e permanência nas feiras, a região possui vários territórios produtores de alimentos. Observamos, dessa forma, o

quanto o espaço das feiras possuem potencial para se tornarem relevantes e garantirem de forma satisfatória a reprodução social e econômica dos feirantes. No entanto, é necessário construir ações direcionadas para o fortalecimento da organização dos feirantes e para a expressão das potencialidades citadas.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. 1997, Brasília, DF, Anais, p. 29 (Texto para discussão).

ALBURQUEUE, F. de A. M. **Diamantina: Patrimônio Cultural da Humanidade**. DoCo 2012 – Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano. P 207- 210.

ALVES, R. R. da N.; SILVA, C. C. da.; ALVES, H. da N. **Aspectos socioeconômicos do comércio de plantas e animais medicinais em área metropolitanas do Norte e Nordeste do Brasil**. Revista de Biologia e Ciências da Terra, v. 8, n. 1, 2008, p. 181-189.

ANGULO J.L.G. Mercado Local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. Dissertação (mestrado), PPGA/UFLA, 2002. 138p.

ARAÚJO, J. A. G. de; RODRIGUES, M. de F. F. **A feira e o mercado centra de Campina Grande/PB: leitura da paisagem e imagens do lugar**. Sociedade e Território, Natal, v. 16, n. 1-2, p. 179-196, jan./dez., 2004.

AUGUSTO, et al. **Saúde, Ambiente e sustentabilidade**. In: CARNEIRO, F. F. et al (org.). Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

AZEVEDO, A. C.; BARROS, J. J. C.; ROSSI, D. A. **Análise microbiológica de queijos Minas artesanal como critério final de avaliação para certificação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA – CONBRAVET, 31, 2004, São Luís. *Anais...* São Luís: Sociedade de Medicina Veterinária do Maranhão – SOMEVETMA, 2004.

AZEVEDO, P. F. & BANKUTI, F. I. **When food safety concern decreases safety: evidences from the meat informal market**. Paper Congress of International Society of New Institutional Economics, 2002.

BRANDÃO, A.A. **Produção e comercialização de hortaliças em feiras livres na microrregião de Januária**. [Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias]. Montes Claros: Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Informações Territoriais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 3 nov. 2016.

BRAUDEL, F. **O jogo das trocas**. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo, Martins Fontes, 1996. 573p.

BROMLEY, R. J; SYMANSKI, R.; GOOD, C. M. **Análise racional dos mercados periódicos**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 184-194, jan./mar., 1980.

CALUNDUNGO, A. J. A. Tendências e impactos da globalização no sistema agroalimentar. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2003.

CANEIRO, F. F. et al. **Segurança alimentar e nutricional e saúde**. In: CANEIRO, F. F. et al. (org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CARVALHO, M. A. **A presença indígena no Vale do Jequitinhonha: A difícil memória**. In: SOUZA, J. V. A.; HENRIQUES, S. M (Org.). Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 268p.

CASTELLS, M. **The rice of the network society** (Volume I of the Information Age: Economy, Society and Culture). Oxford: Blackwell, 1996.

COLÁS, A. **Empire**. Cambridge: Polity Press, 2007.

COMUNELLO, F.J. **Os movimentos nos mercados**: A formação dos circuitos agroecológico e orgânico. V ENEC Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 2010. Rio de Janeiro/RJ.

CONTRERAS, J. **A modernidade alimentar**: entre a superabundância e a insegurança. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 54, p. 19-45, jan./jun., 2011.

CHRISTALLER, W. **Os lugares centrais na Alemanha do Sul**. Tradução Mária Antônio Eufrásio. São Paulo, 1981. Mimeografo.

CRUZ, P. P. da.; et al. **Perfil dos consumidores de hortaliças da feira livre de bom Jesus, Piauí**. Hortic. bras., v. 26, n. 2 (Suplemento - CD Rom), jul-ago. 2008.

CUNHA, A. G. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem Tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

DANTAS, G. P. G. **Feira de Macaíba/RN**: Um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006). 2007. 202 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DIAS, R. C. P. Resenha: modernidade e identidade. Psicol. Soc., Porto Alegre, vol.17, n. 3, Set./Dec. 2005.

EMBRAPA. EMBRAPA Hortaliças. **Comunicado técnico**. Brasília, 2017. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/web/portal/comunicados-tecnicos>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ESCOLA, R.; LAFORGA, G. **O mercado de produtos orgânicos**: abordagem da produção orgânica no município de Itápolis. In: congresso da sociedade brasileira de

economia, administração e sociologia rural, 45, 2005, Londrina (PR). Anais... Londrina: SOBER, 2005.

FARINA, E. M. M. Q. & SAES, M. S. M. **Consolidation, multinationalisation and competition in Brazil**: impacts on horticulture and dairy products systems, *Development Policy Review*, v. 20, n. 4, p. 441-457, 2002.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, N. C.; FREITAS, A. M. L. de. **Agricultura familiar**: um estudo sobre a contribuição do Mercado Municipal de Montes Claros – MG para o trabalho e renda de pequenos produtores. *Espacios*. Vol 37 (Nº 01), 2016.

FILHO, J. L. A.; SILVA, M. G da; SILVA, S. P. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural**: uma análise a partir do território rural baixo Jequitinhonha. *Perspectivas em Políticas Públicas*. Belo Horizonte, v.II, n. 3. jan/jun 2009. P. 24-44

FLEXOR, G. **A globalização do Sistema Agroalimentar e seus desafios para o Brasil**. *Economia-Ensaio*, Uberlândia, v. 20, n.21, p. 63-95, jul./dez. 2006.

FONTANELLA, B. J. B. et al. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde**: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(1): 17-27, jan, 2008.

FRANZINI, G. **Il crac Parmalat, storia del crollo dell'impero del latte**. Roma: Editore Riuniti, 2004.

FREITAS, M. T. de A. **A abordagem sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 21-39, julho/ 2002. P 21 – 39.

FRIEDMANN, H. **Household production and the national economy**: concepts for the analyses of agraria formations. *Journal of Peasant*, v. 7, p. 158-184, 1990.

FRIEDMANN, H. **Focusing on Agriculture**: A comment on henry Bernstein's 'Is There an Agrarian Question in the 21st Century'. *Canadian Journal of Development Studies*, v. xxvii, n. 4, p. 461-465, 2006.

FOLADORI, G. **Consumo y producción de cultura: dos enfoques contrapuestos em las ciencias sociales**. *Anales de Antropología*, México, v. 29, 1992.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(1): 17-27, jan, 2008.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Online. Rio de Janeiro, 2009. 309p. disponível em < <http://static.scielo.org/scielobooks/c26m8/pdf/forman-9788579820021.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2016.

GALIZONI, F. M. **A Terra Construída** - família, trabalho, ambiente e Migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2000.

GARCIA JR., A. R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GARCIA, M. F. **Feira e trabalhadores rurais**: as feiras do brejo e do agreste paraibano. 1984, 237p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais**: cadeias curtas das agroindústria familiares. 2012. 294P. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GEERTZ, C. **A Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989. 323 p.

GEERTZ, C. **Suq**: the bazar economy in Sefrou. In: Geertz, C. et al. Meaning and order in Moroccan society: three essays in cultural analysis. New York, Cambridge University Press, 1979. P. 123-313.

GENDRON, C.; BISAILLON, V.; OTERO, A. I. **The Institutionalization of Fair Trade**: More than Just a Degraded Form of Social Action. *Journal of Business Ethics* (2009). 86: 63-79.

GIDDENS, A. **As Consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. Título original: *The Consequences of Modernity*.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2014. 200p

GODOY, W. I. **As feiras-livres de Pelotas, RS**: Estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização. 2005. 313 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

GOMES, F. A. **Mulheres Empreendedoras**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.

GOMES JR, S. F.; et al. **Integração de métodos multicritérios na busca da sustentabilidade agrícola para a produção de tomates no município de São José de Ubá-RJ**. *Pesquisa Operacional*, v. 31, n. 1. Rio de Janeiro. Jan./abr. 2011.

GRANOVETTER, Mark. 1985: Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology* 81 (3): 489–515.

GROSSI, M; SILVA, G. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

HAYEK, F.A. Monetary theory and the trade cycle, 1 ed. New York: Sentry press. [1933].

HENRIQUES, M. **Visões do Vale em Movimento**. In: SOUZA, J. V. A.; HENRIQUES, S. M (Org.). Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 268p.

HEREDIA, B. M. A. de. **A Morada da Vida**: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HESPANHOL, R. A. M. **Agroecologia: limites e perspectivas**. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B.R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HIRST, P. Q; THOMPSON, G. F. **Globalization in One Country**: the Peculiarities of the British. *Economy and Society*, v. 29, n. 3, p. 335 – 356 2001.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Tradução Waltensir Dutra. 15. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ILICH, I. **Necessidades**. In: SACHS, W. (Editor) Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 out. 2016.

KEYNES, John Maynard. As possibilidades econômicas de nossos netos. **Keynes**, v. 2, p. 150-159, 1984.

LAVILLE, C.; DIONNNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEBARON, F. **A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

LIMA, J. de F.; SANTOS, T. dos S. e S. Aspectos econômicos e higiênico-sanitários da comercialização de camarões de água doce em feiras livres de Macapá e Santana, estado do Amapá. *Biota Amazônia*. Macapá, v. 4, n. 1, p. 1-8, 2014. Disponível em: < <http://periodicos.unifap.br/index.php/biota>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LOPES, M. A.; MARTINS, M. L. Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX. *História (São Paulo)* v.30, n.1, p. 332-348, jan/jun 2011.

LUCENA, T. I. N. de.; CRUZ, D. da S. **Lugares que educam**: o aprendizado nas feiras livres. *Revista inter-legere*. Nº8. 2011.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril, 1978. (Coleção Os Pensadores 43)

MALVEZZI, R. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MARTINS, L. M. **As variáveis ambientais, as estradas regionais e o fluxo das tropas em Diamantina, MG: 1870-1930**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 141-169, 2006.

MARTINS, M. L. Quintais, Chácaras, Intendências e Abastecimento Alimentar Em Diamantina: Séculos XIX e XX. In: *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. 2010. [N.p.]

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp. 1974

MARX, K. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores).

MATOS, R. E. da S. **Espacialidades em rede**: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte, 2005.

MEDAGLIA, J.; MAYNART, K.; SILVEIRA, C. E.; **A segmentação de Mercado e Demanda Real em Diamantina/MG e região**. *Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica*. Vol. VII, nº4, Rio de Janeiro, Março, 2013. P 54-75

MENDONÇA, M. P. de. et all. **Evolução do mercado de trabalho no turismo em diamantina**: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local. PUC Minas, 2005.

MENESES, J. N. C. **O continente rústico**: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça Editora, 2000.

MESEGUER, E. G.; ESPÍN, J. M. G. **Cultivos bajo cubierta em el sureste de España**. *Papeles de Geografía*, ano 2011, n. 53, p. 155-170, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde: São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 81 p.

- MOREIRA, V. S. P. **Atividades sociais na feira livre de Pedro Velho/RN**. 1999. 72f. Monografia (Bacharelados em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.
- MUNDORF, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NASCIMENTO, E. C do. **Vale do Jequitinhonha**: Entre a carência social e a riqueza cultural. Contemporâneos Revista de Artes e Humanidades, n. 4. Mai – out, 2009. 15p.
- NASCIMENTO, J. et al. **Avaliação da Percepção Ambiental**. Um estudo de caso com os feirantes do Mercado Público das Mangueiras, em Jaboatão dos Guararapes – PE. CONNEPI, 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/368/250>> Acesso em: 18.Mar.2017.
- NEALE, et. al. **Preparing a case study**: a guide for designing and conducting a case study for evaluation input. Pathfinder International Tool Series, 2006.
- NETO, O. C. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 51- 66.
- NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea**. Rev. Eletrônica de Ciências Sociais, ano 2, v. 5, p. 219-325, Dez. 2008. Disponível em: <<https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/download/407/380>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- OLIVEIRA, B. A. C. de C.; MORAIS, C. S. V. **A teoria das formas em Lefebvre**. In: MARTINS, J. de S. (org.). Henry Lefebvre e o retorno da dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- OLIVEIRA, S. S. de. **“Pegando a feira”**: trocas, reciprocidade e mercado no feirão colonial em Santa Maria, RS. 2015. 134p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- ORTIGOZA, S. A. G.; RAMOS, C. da S. **A geografia do comércio eletrônico (e-commerce) no Brasil**: o exemplo do varejo. Geografia, Rio Claro, v. 28, n. 1, p. 63-81, jan./abr. 2003.
- PAULA, J. S. de.; FILHO, J. F. F. Evolução recente da agroindústria rural artesanal em Minas Gerais. Horizonte Científico, vol. 5, edição 1. [s.d]
- PALMEIRA, M. **Feira e mudança econômica**. Vibrant, Virtual braz. Anthropology. v. 11, n. 1. Brasília, jan./jun. 2014.

- PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. In 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Maceió – AL: 2016. 13 páginas.
- PINA, J. H. A.; LIMA, O. A. de.; SILVA, V. de P. **Município e distrito: um estudo teórico**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008.
- PINTAUDI, S.M. **Os mercados públicos: metamorfoses de um escapo na história urbana**. Rev. Cidades. V. 3, n. 5, pp. 81-100, 2006.
- PIVOTO, D. et al. **Cadeias curtas de suprimentos de alimentos: uma oportunidade para os produtores rurais?** In. 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Maceió – AL: 2016. 13 páginas.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: luta por autonômica e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- QUEIROZ, T. A. N. de.; AZEVEDO, F. F de. **Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmicas das feiras livres em Natal-RN**. Sociedade e Território, Natal, v. 24, nº1, p. 115-133, jan./jun. 2012.
- RENTING, H., MARSDEN, T., BANKS, J. **Understanding alternative food neetworks: Exploring the role of short food supply chains in rural development**. Environment and Planning, Wageningen, v. 35, p. 393-411, 2003.
- RIBEIRO, E. M. et al. **A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais**. UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.
- RIBEIRO, E. M., et al. **Programa de apoio às feiras e à Agricultura Familiar no Jequitinhonha mineiro**. Agriculturas. v. 2, n. 2, jun. 2005.
- RIBEIRO, E. M. et al. **Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 04, p. 1075-1102, out./dez., 2007. a
- RIBEIRO, E. M. et al. **As feiras livres do Jequitinhonha: feirantes, consumidores e comércio urbano no semiárido mineiro**. Revista científica de humanidades. 2007. b
- SACCO DOS ANJOS, F.; et al. **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências**. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v. 1. 197 p. 2005.
- SAHLINS, M. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção**. Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.18, n. 4, p. 927- 935, 2013.

SATO, L. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 95 – 102, 2007.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK. L. L. **Comportamento do consumidor**. Trad. Vicente Abrósio. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000.

SCHNEIDER, S.; FERREIRA, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina**. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SCHÜSSLER, R. **Sacerdotisas sumérias**. *Revista Historiador Especial*, n. 1, ano 3, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 9 out. 2016.

SEABRA, M. C. T. da C. **Toponímia do Vale: Passado e Presente**. In: SOUZA, J. V. A.; HENRIQUES, S. M (Org.). *Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimento*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 268p.

SERVILHA, M. de M. **As relações de trocas materiais e simbólicas no Mercado Municipal de Araçuaí – MG**. 2008. 180p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 238p.

Sistema de Informações Territoriais, SIT, 2003. Disponível em <<http://sit.mda.gov.br>> Acessado em 20 de outubro de 2016.

SKLAIR, L. **Sociologia do sistema global**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, E. C. **Feira de Gado**. In: INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: 1975.

SOUZA, J. V. A.; HENRIQUES, S. M (Org.). **Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimento**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 268p.

STIGLITZ, J. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. Futura, São Paulo, 2002, 327 p.

TCHUMAN, G. **Historical social science**: methodologies, methods, and meanings. In: DENZIN, N; LINCOLN, Y. (Ed) *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 1994. p. 306-323.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores**: novas conexões para o desenvolvimento rural. Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá, v. 75, n. 75, ene./ jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.cdr12-75.asac>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

VEDANA, V. **Fazer a feira e ser feirante**: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013

VIEIRA, L. F. **Agricultura e agroindústria familiar**. Revista de Política Agrícola – Ano VII – Nº 01, 1998.

WEBER, M. **Economia y sociedad**: esboço de sociologia compreensiva. 2. Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. P. 493-497.

WILKINSON, J. **Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 147-174.

WILKINSON, J. **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, 2003.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFEGS, 2008. 213p. (Estudos Rurais).

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB. 1997.

YIN, R. **Case study research**: desing and methods. Thousand Oakds: Sage Publication, 2003.

## **ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FEIRANTES**

### **- Dados socioeconômicos**

Nome:

Idade:

Município de residência:

Município de nascimento:

Escolaridade

Contato:

Ocupação:

### **- Produção**

Qual o tamanho da propriedade?

O que produz na sua propriedade?

A produção é destinada para venda ou para o consumo?

Tem a estimativa da quantidade/hectare produzida?

E a estimativa da quantidade destinada para venda?

### **- Comercialização da produção**

Como comercializa a produção? Locais de comercialização?

Há quanto tempo é feirante?

Qual a principal razão pela qual começou a comercializar nessa feira?

Como você acessou a feira? Quando?

Qual a frequência que vem comercializar na feira?

Quais são as principais dificuldades no acesso à feira? E na permanência?

O que significa a feira pra você?

Como traz os produtos a serem comercializados para a feira?

Quais os principais produtos comercializa na feira?

Destes, quais foram produzidos por sua família?

De onde vem os (outros) produtos comercializados por você na feira?

Costuma sobrar algum produto trazido para comercialização? O que é feito com eles?

Quando começa a organização para chegar à feira? E Quando termina a organização para finalizá-la?

Você considera a feira importante para o desenvolvimento econômico da sua família?

### **- Organização da feira**

Como funciona a organização da feira?

O que sabe sobre o surgimento da feira (ano de início, número de feirantes, quem iniciou a feira e por que, primeiros produtos a serem oferecidos, por que nesse local?)

Como é organizada a feira? (existe critério para a escolha das barracas, quem pode acessar e o que pode vender)

A associação possui um regimento ou estatuto? Quando foi criado? Quem participou da elaboração?

Existe alguma contribuição financeira para a associação?

Definição coletiva de preços a serem praticados?

Registro do movimento financeiro da feira? Quem faz? Coletivo ou individual?

Quando acontecem as reuniões da associação da feira?

Geralmente, quais assuntos são tratados?

Quais as principais reivindicações dos feirantes?

Atualmente, qual a principal necessidade da feira?

Existe comunicação entre os feirantes das diferentes feiras de Diamantina?

## **ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-FEIRANTES**

### **- Dados socioeconômicos**

Nome:

Idade:

Município de residência:

Município de nascimento:

Escolaridade

Contato:

Ocupação:

### **- Produção**

Qual o tamanho da propriedade?

O que produz na sua propriedade?

A produção é destinada para venda ou para o consumo?

Tem a estimativa da quantidade/hectare produzida?

E a estimativa da quantidade destinada para venda?

### **- Comercialização da produção**

Como comercializa a produção? Locais de comercialização?

Qual a principal razão pela qual começou a comercializar nessa feira?

Como você acessou a feira? Quando?

Quais são as principais dificuldades enfrentadas no acesso à feira? E na permanência?

Porque deixou de comercializar na feira?

O que significa a feira pra você?

Você considera a feira importante para o desenvolvimento econômico da sua família?

## **ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PODER PÚBLICO**

### **- Dados socioeconômicos**

Nome:

Idade:

Município de residência:

Município de nascimento:

Escolaridade

Contato:

Cargo:

### **- Sobre as feiras**

Exerce alguma atividade relacionada às feiras da cidade?

Qual o seu envolvimento com a feira?

De onde surgiu a ideia de criação de uma nova feira?

Porque no Largo Dom João?

Qual a contribuição do poder público local para o surgimento e manutenção da feira?

Alguma outra entidade, empresa apoia a feira?

De onde são os feirantes?

Existe um cadastro deles?

Como acessam a feira?

Possui um histórico das mudanças ocorridas do momento da implantação até hoje da feira?

Com quantos começaram, quem eram? Quantos são hoje, quem são?

Registro de vendas?

Existe a distinção entre feirantes frequentes e temporários, feirantes locais e de outros municípios, feirantes que possuem banca ou vendem em caixotes (com pouca estrutura) e feirantes não produtores, chamados de atravessadores?

Frequenta as reuniões da associação dos feirantes?

Qual a principal reivindicação dos feirantes?

Como é organizada a feira? (existe critério para a escolha das barracas, quem pode acessar e o que pode vender).